

4.3 OS FATORES CONDICIONANTES DA CRIAÇÃO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, NO ESTADO DA BAHIA, NA DÉCADA DE 1990

O presente item desta pesquisa vai se ocupar de estudar os fatores que levaram as instituições de ensino a criarem cursos nos anos 90 e, conforme já indicado no capítulo sobre a sua metodologia, parte de uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de estudo de caso, tendo como campo de análise quatro instituições de educação superior do Estado, de diferente natureza ou organização acadêmica, dependência administrativa e localização. Nelas, foram estudados os processos que deram origem aos cursos, neste período, as justificativas e os cenários utilizados para a sua criação, contidos nos projetos elaborados e a relação destes itens dos projetos, com as perspectivas sentidas pelos seus coordenadores, no momento da coleta de dados para esta pesquisa, no que diz respeito às possibilidades desses cursos satisfazerem às necessidades da sociedade.

Com isto, modifica-se, radicalmente, o estilo desta tese, em relação às análises feitas até aqui, vez que, doravante, o estudo passa a assumir um caráter interpretativo com dados não quantitativos, a partir das impressões obtidas pela pesquisadora sobre as informações colhidas nas consultas aos documentos, nos depoimentos e nas entrevistas feitas com os informantes. O discurso deste relatório, então, torna-se mais descritivo e narrativo, às vezes, detendo-se em detalhes da realidade observada, como sugere o tipo de pesquisa qualitativa, modelo metodológico que sistematiza a construção do conhecimento, nesta parte da investigação. Neste sentido, constitui-se na representação da realidade percebida, pelo olhar da pesquisadora, a partir dos elementos que conseguiu reunir para esta fase do estudo.

Vale enfatizar que, a pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos coletados no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BILKLEN, 1994). Para Ludke e Marli André, o estudo qualitativo desenvolve-se numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. Estes autores, também, chamam a atenção de que, o estudo de caso, como um tipo de pesquisa qualitativa, parte do princípio de que o seu leitor ou usuário, ao analisar os seus resultados, utiliza o seu conhecimento tácito da realidade em estudo, para estabelecer semelhanças com outros casos, ou outras situações por ele vivenciadas, propiciando fazer algumas generalizações, desenvolvendo novas idéias, novos significados e novas compreensões (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Estas são as razões por que, na apresentação dos resultados desta fase do estudo, a pesquisadora, em alguns momentos deixa

livre, também, a interpretação do leitor, sobre os fatos estudados, oferecendo informações detalhadas, que podem dar margens a uma variedade de análises, a depender da vivência de cada um com os fenômenos analisados, inclusive, oportunizando o aparecimento de temas de outros estudos, que poderão ser aprofundados em futuras pesquisas.

Após estas colocações de ordem metodológica, ressalta-se que a preocupação em responder as seguintes questões dirigiu a investigação, nesta parte do trabalho:

- a) Que instâncias da instituição propuseram, discutiram e decidiram sobre a criação de novos cursos?
- b) Que processos foram desenvolvidos, desde a decisão da criação, até a efetivação dos cursos criados?
- c) Que razões levaram a instituição a escolher aqueles cursos que foram criados na década?
- d) Que justificativas e cenários foram abordados nos projetos que procuraram expressar a importância da sua implantação?
- e) Que expectativas têm os coordenadores desses cursos sobre a sua importância, considerando as metodologias e os conteúdos pensados e os que estão sendo trabalhados nos mesmos, levando em conta o cenário socioeconômico atual?
- f) Em que sentido as respostas às questões acima diferem, conforme a natureza, a dependência administrativa, a localização, o tempo de existência das instituições pesquisadas, a área de conhecimento e a tipologia dos cursos criados?

As informações para responder a algumas destas questões foram coletadas através de consultas a documentos existentes nos arquivos das instituições, principalmente os projetos elaborados para a autorização dos cursos e a documentação pertinente à sua tramitação. Outras informações foram adquiridas com as entrevistas semi-estruturadas, realizadas com dirigentes ou ex-dirigentes das instituições e coordenadores dos cursos pesquisados. Foram investigados 32 cursos, de acordo com a distribuição seguinte.

Como pode-se verificar, considerando os tipos de carreira ou área de formação, de acordo com a classificação de cursos elaborada nesta tese, em todas as categorias desta classificação, pelo menos, um curso foi analisado, nesta etapa da pesquisa, e entre as instituições pesquisadas, oscilou entre 7 e 9, o número de cursos estudados.

Tabela 29 – Distribuição dos cursos pesquisados na fase do estudo de caso, por natureza e dependência administrativa das instituições e tipo de carreiras ou área de formação.

Cursos por tipo de carreiras ou área de formação	Universidades			Faculdade (particular)	Total
	Fed	Est(1)	Part		
Profissões liberais	-	2	1	1	4
Profissões para a indústria e o setor primário	-	-	1	-	1
Profissões para a administração, econ. e comércio	1	-	-	2	3
Profissões especializadas para o setor Saúde	1	-	-	-	1
Bacharelado em Ciências Exatas e Naturais	1	2	-	-	3
Bacharelado em Ciências Humanas e Filosofia	-	-	1	-	1
Profissões para as Artes e Cultura	2	-	-	-	2
Licenciatura nas Ciências Exatas e Naturais	1	1	-	-	2
Licenciatura nas Ciências Humanas e Humanidades	-	3	-	-	3
Graduação para serviços específicos em novas áreas	1	1	4	6	12
Total	7	9	7	9	32

Fonte: elaboração da autora

(1) correspondendo à instituição pesquisada no interior do Estado

4.3.1 A universidade pública federal

Conforme já analisado em outras partes desta tese, a Universidade Federal da Bahia foi criada em 1946, com a incorporação de oito cursos das escolas de educação superior já existentes no Estado, reunindo, assim, a Faculdade de Medicina, com os cursos anexos de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola Politécnica e, logo depois de criada, a Academia de Belas Artes, que já oferecia o curso de Arquitetura. Para constituir um sistema universitário e atender às necessidades científicas, tecnológicas e culturais, o Reitor Edgard Santos desenvolveu um projeto, num contexto de desenvolvimento socioeconômico do Estado, configurado pelos acelerados processos de urbanização e industrialização que, também, ocorria na Bahia, à época. O Hospital das Clínicas foi inaugurado em 1950, como um dos mais modernos da América do Sul. Nos anos 50, inaugura-se as unidades de vanguarda artística, em articulação com movimentos internacionais nesta área, com a criação dos cursos de Teatro, Música e Dança. (UFBA,1999).

Com o desenvolvimento da prospecção e exploração do petróleo, cursos ministrados por professores estrangeiros deram origem à Escola de Geologia, em 1957, e a um centro de pesquisa neste campo, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. No início dos anos 60, foram criados os Institutos de Matemática, Física e Química, além de órgãos culturais como o Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO e o Museu de Arte Sacra. Ainda neste processo, foram construídos o Parque Universitário do Canela e os primeiros prédios do

campus da Federação/Ondina. A implantação da Faculdade de Agronomia, ainda nos anos 60, inseriu a Universidade no campo da pesquisa e ensino das questões rurais, com a incorporação de um campus em Cruz das Almas. (UFBA,1999). Conforme já evidenciado em outro capítulo desta tese, o Estado da Bahia foi um dos pioneiros em implantar a Reforma Universitária de 1968, que alterou a feição de alguns centros originais de produção do conhecimento, reagrupados nesta época, em unidades de ensino e pesquisa básica e unidades de ensino profissional e pesquisa aplicada. No ano de 2000, esta instituição contava, segundo a classificação que adota para agrupamento dos seus cursos em áreas de conhecimento, com seis unidades que desenvolviam ensino, pesquisa e extensão, na Área I – Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia; nove, na Área II – Ciências Biológicas e Profissões da Saúde; oito unidades, na Área III – Filosofia e Ciências Humanas; uma unidade na área IV – Letras; e quatro unidades na Área V – Artes.

Os cursos que foram criados na década de 90 envolveram as seguintes unidades de ensino: Escola de Belas Artes, Instituto de Geociências, Faculdade de Comunicação, Instituto de Ciências da Informação, Instituto de Física e Instituto de Ciências da Saúde³. Do ponto de vista da história da instituição, o período analisado nesta pesquisa cobre quatro reitorados. O primeiro, situando-se entre os anos de 1988 a 1992; o segundo, entre 1992 a 1994; o terceiro, entre os anos de 1994 a 1998 e o último, entre os anos de 1998 a 2002. De 1991 a 2000 foram criados os seguintes cursos, de acordo com a classificação de cursos elaborada nesta tese.

Quadro I – Cursos criados na Universidade Federal da Bahia, de 1992 a 2000

Curso	Criação(1)	Tipo de carreira ou área de formação
Decoração	1991	Profissões especializadas para as Artes
Desenho Industrial	1991	Profissões especializadas para as Artes
Geofísica	1992	Bacharelado nas Ciências Naturais e Exatas
Prod. em Comunicação e Cultura	1996	Graduação para serviços específicos em novas áreas
Arquivologia	1998	Profissões para a administração, econ. e comércio
Licenciat. em Física (Noturno)	1999	Licenciatura nas Ciências Naturais e Exatas
Fonoaudiologia	1999	Profissões especializadas para setor Saúde

(1) Criação, considerando o primeiro ano de funcionamento do curso

Entende-se, então, que os movimentos de alteração na constituição do elenco de cursos desta instituição, neste período, representaram um esforço de ampliação de vagas, ainda que em termos modestos. Em termos gerais, pode-se afirmar que esta Instituição amplia seus cursos, nesta década, voltando-se para as carreiras artísticas, bacharelado e formação de professores, e o faz numa tentativa de acompanhar as mudanças sociais, de um lado, e atender às aspirações da população demandante, de outro. As iniciativas, na sua maioria, partem das

³ Os dados coletados foram extraídos de publicações da Universidade, dos processos originados dos projetos de criação constantes nos arquivos da CEG e de entrevistas feitas a ex-dirigentes e servidores da Instituição.

unidades de ensino, locais onde foram registradas manifestações de grande empenho, por parte de dirigentes e, especialmente, de alguns professores, às vezes, com incansável dedicação à causa, para o atingimento dos seus objetivos. Luta que se prolonga até por vários anos, dadas as dificuldades que se apresentaram nesses percursos.

Segundo um ex-dirigente entrevistado, as idéias de abertura dos cursos partem de iniciativas pontuais e, para ele, só assim poderia sê-lo, dado o tamanho e a complexidade da instituição. Para ele, são as unidades de ensino que podem auscultar as necessidades da comunidade. Segundo uma técnica do órgão que coordena os assuntos acadêmicos, a SUPAC, os pedidos de abertura de novos cursos vêm das próprias unidades e isto, para ela, constitui uma boa característica desse processo, vez que não se configura como uma imposição, por parte dos órgãos centrais. Esta funcionária ressalta a boa vontade e a luta dos professores e até dos dirigentes das unidades de ensino, que fazem muitos sacrifícios para ver em funcionamento, os cursos que idealizaram implantar.

As dificuldades, por seu turno, se prendem, em grande parte, à falta de infra-estrutura e de recursos, para a implementação, muito por conta dos cortes orçamentários que a instituição vem sofrendo, durante esses anos. Estes obstáculos se manifestam, principalmente, através da falta de professores e da impossibilidade de ampliação do quadro docente, de forma a permitir a expansão de vagas e/ou o oferecimento de novas disciplinas. Outras dificuldades que se apresentam para os proponentes dos novos cursos, se vinculam a conflitos internos da própria instituição, principalmente, porque as decisões para a autorização decorrem de análises feitas em órgão colegiado, composto de representantes das várias unidades de ensino, com posições políticas variadas e concepções acadêmicas, às vezes, divergentes. Para o ex-dirigente entrevistado, as dificuldades na tramitação dos processos de criação de novos cursos se devem, muito menos, aos fatores de ordem administrativa, do que aos fatores de ordem política. Na sua opinião, há uma disputa de espaço e, até certo ponto, a manifestação das vaidades de alguns representantes, em manter os seus domínios, na instituição. No seu dizer, as dificuldades, em muitos casos se ligam ao conservadorismo da Academia, que impede a renovação. Mas ressalta, também, as dificuldades derivadas da situação crítica, em termos financeiros, que abateu sobre a universidade nesta década, para ele, um período de sucateamento das instituições federais do País.

Outras dificuldades no processo de criação de novos cursos, se relacionam à complexidade da organização administrativa da instituição que, em muitos casos, imprime um ritmo lento na tramitação dos processos, nas análises técnicas, na emissão de pareceres, o que faz adiar a abertura dos cursos, para períodos letivos posteriores. Ligada a este aspecto, outra

dificuldade apontada pelo informante decorre da própria estrutura curricular, baseada em departamentos, onde o currículo, a ser criado, se configura de forma fragmentada, a depender da aprovação de vários departamentos da Instituição, conforme ilustram alguns casos analisados.

Apesar de se perceber, com bastante evidência, que as iniciativas de abertura de novos cursos nascem das unidades, mais especificamente, dos departamentos de ensino, detectou-se, nesta pesquisa, referências sobre políticas, a nível central, dirigidas à expansão de novas vagas e novos cursos. No Relatório de Atividades de 1990, por exemplo, consta que, naquele ano, na Instituição

consolidou-se a política de expansão da oferta do ensino de graduação, acrescentando-se o quadro de vagas/disciplinas e o oferecimento de novos cursos. A criação de três cursos novos irá dar prosseguimento ao plano de expansão de vagas da Universidade, conforme acordo preestabelecido com o MEC para a criação de novos cursos (UFBA,1990).

Nos relatórios das gestões seguintes, é sempre evidente a preocupação com a ampliação de novas vagas, destacando-se a criação de comissões para estudarem as questões pertinentes, dentre elas, a implantação de cursos noturnos. Ressalta-se que a instalação de alguns desses cursos se deu de forma, ainda precária, em 1991, sendo que, aos poucos, seus alunos foram incorporados aos cursos diurnos, pela absoluta falta de condições de infraestrutura e segurança para a sua efetivação (UFBA, 1991). Nos relatórios da instituição de 1992 até 1997, consta-se sempre que, devido às dificuldades de ampliação do número de vagas e da criação de novos cursos, pela falta de recursos até para a manutenção da própria Instituição, é destacada a prioridade dos órgãos colegiados e das unidades, em se dedicar ao estabelecimento de diretrizes em relação ao ensino de graduação e ao aperfeiçoamento do corpo docente, no sentido de melhorar a qualidade do ensino (UFBA, 1992; UFBA, 1993; UFBA, 1994; UFBA, 1995; UFBA, 1996; UFBA, 1997). É um período em que se investe numa reforma acadêmica, buscando envolver o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando o estímulo a novas experiências pedagógicas. É no bojo dessas reformas que são revisados alguns currículos, é criada mais uma habilitação para o curso de Comunicação, é aprovada a abertura dos cursos de Licenciatura em Física (Noturno), Arquivologia e Fonoaudiologia e a plenificação dos cursos de Secretariado Executivo e Licenciatura em Ciências Naturais. Vale destacar que, o estabelecimento de comissões para analisar a situação dos cursos existentes, em muito contribuiu para reformar grande parte dos currículos, e, no caso da Licenciatura em Ciências Naturais, no reforço à recomendação para a sua plenificação e, no caso da

Licenciatura em Física, na criação de um curso novo, com um currículo específico para a clientela do turno noturno, que se encontra consolidado, na atualidade. Os relatórios referentes aos últimos anos da década, também, manifestam a preocupação com a necessidade de ampliação de vagas, no entanto, reconhecendo a existência de obstáculos para essa expansão numérica, principalmente, pela falta de condições infra-estruturais e de professores, especialmente, para a ampliação da oferta nos cursos noturnos (UFBA, 1998; UFBA, 1999; UFBA, 2000).

No que se refere às instâncias da Instituição que se responsabilizam pela discussão e decisão sobre a abertura de novos cursos, é importante assinalar que, em termos administrativos, o projeto elaborado nas unidades, segue, em forma de um processo, por uma tramitação, que vai envolver análises técnicas, despachos administrativos e discussões, no órgão colegiado de decisão superior, que delibera sobre assuntos da Graduação, a Câmara de Ensino de Graduação - CEG. Nesta Câmara, um relator é designado para elaborar um parecer, o qual deverá ser apreciado pelos seus pares. Em sendo aprovado, este parecer, o processo é encaminhado para os órgãos competentes da Instituição, para as providências cabíveis que levem à consolidação do pleito. Implantado o curso, o órgão de direção acadêmica, a SUPAC, juntamente com a unidade de ensino correspondente, constitui processo para o seu reconhecimento, a ser apresentado ao MEC.

Em termos cronológicos, e descrevendo com mais detalhes, a via normal seguida por esse processo pode ser assim descrita: no nível da unidade de ensino, em reunião do conselho departamental, é aprovada a idéia de abertura de um determinado curso, normalmente, proposta por um professor ou grupo de professores de algum departamento. A unidade, então, constitui uma comissão ou designa um professor, para a elaboração de um ante-projeto, que é discutido, nesse mesmo conselho, em reuniões posteriores, recebendo contribuições, inclusive, de outras unidades e, até de fora, da Instituição. Enriquecido com sugestões e reelaborado, o projeto é submetido à aprovação desse conselho departamental. Em seguida, a unidade consulta os departamentos das outras unidades a serem envolvidas na realização do curso, no que se refere à possibilidade de ampliarem vagas em disciplinas já existentes ou para a criação de novas disciplinas, que viabilizem o funcionamento do curso. Depois dos pareceres satisfatórios desses departamentos, o projeto é encaminhado pelo diretor da unidade à CEG, para apreciação e aprovação do pleito. Este colegiado, por sua vez, encaminha o processo para a Superintendência Acadêmica - SUPAC, para análise técnica do projeto, verificando se ele atende aos preceitos da legislação em vigor, em termos de currículo mínimo, carga horária, pré-requisitos, recorrendo aos instrumentos que oferecem a base legal

do curso, como pareceres, portarias do Ministério e resoluções do Conselho Nacional da Educação, como, também, às normas da Universidade.

Quando o projeto não atende a essas exigências, volta à unidade solicitante, para que sejam feitas as alterações ou complementações. De volta à SUPAC, o titular, ou técnico do Grupo de Currículo, emite parecer, informando sobre a situação do cumprimento do projeto àqueles pré-requisitos e, de volta à CEG, o relator indicado elabora parecer recomendando, ou não, a aprovação do pleito, parecer que é colocado em discussão para votação. Se aprovado o parecer do relator, deferindo o pleito, o processo é encaminhado novamente à SUPAC, para conhecimento e anotações e para o cadastramento e implantação do currículo do curso e criação das disciplinas, com os seus respectivos códigos, nomes, carga horária, créditos, departamentos e pré-requisitos. Nesta Superintendência, também, mais especificamente, no Serviço de Seleção, são abertas as novas vagas para o próximo concurso vestibular. Completadas estas providências, o processo é encaminhado para a unidade para conhecimento e providências, sendo depois devolvido à Câmara, para arquivamento.

Este, porém, é a via mais simples, havendo processos que caem em diligências, até por repetidas vezes, o que vai resultar em muitas idas e vindas, até serem atendidas todas as condições estipuladas neste percurso. O caminho pode ainda se prolongar, se algum membro da Câmara pedir vistas ao processo, para firmar uma posição ou tese contrária à do relator, no que vai resultar na elaboração de outros pareceres que, por sua vez, serão discutidos em plenária. Chegando-se ao consenso sobre a aprovação do pleito ou atendidas as novas condições estabelecidas, o processo, então, retorna ao seu curso normal, até o seu arquivamento.

Por seu turno, aprovada a abertura do curso, a unidade de ensino procederá às providências para a sua implementação e, à implantação do seu colegiado, escolhendo o seu coordenador e vice-coordenador. A partir daí, o coordenador do curso passa a responder a todas as questões relativas ao seu funcionamento e à sua consolidação, quando são feitos os ajustes no currículo, em termos de substituição de disciplinas, revisão ou liberação de pré-requisitos e outros, o que vai demandar para cada uma dessas alterações novo processo, com o mesmo percurso, até a aprovação pela Câmara de Ensino de Graduação.

Como se verifica, a abertura de um curso na universidade estudada pressupõe um caminho bastante complexo em que envolve uma diversidade de órgãos e agentes, que, pelo menos em termos burocráticos, torna o processo, às vezes, penoso e demorado. Neste aspecto podemos perceber as dificuldades que a instituição enfrenta, para acompanhar as mudanças que se operam na sociedade, principalmente, as transformações contemporâneas, analisadas

no capítulo 2 desta tese, principalmente, para atender às demandas que requeiram mais agilidade nas respostas. Por sua vez, a montagem do projeto, também, requer um esforço de elaboração, pesquisa e consultas, que resulta em constantes reformulações durante o processo e que não cessam com a autorização do cursos. Vale ressaltar que todos os projetos reúnem informações e análises, contendo a sua concepção, justificativa, objetivos, perfil profissional, elenco das disciplinas, com ementas e pré-requisitos, alguns quadros que demonstram a relação de disciplinas, por departamentos e unidades, caminho crítico do currículo, fluxograma e recursos necessários. Todos eles apresentam análises da necessidade social do curso, com dados da realidade.

Em termos gerais, estas são as condições por que passam as solicitações de abertura de novos cursos na universidade federal estudada, no que concerne ao desenvolvimento das propostas, discussão, decisão e aos ritos que são seguidos nos processos, pelas instâncias da administração, para a consecução dos pleitos, originados das unidades. Na realidade, é um processo de construção em permanente aperfeiçoamento e adaptações, inclusive, com a participação de estudantes, de representantes de outras unidades e de outras instituições da sociedade, a exemplo de entidades civis e profissionais, o que se configura como um exercício intelectual bastante rico, realizado de forma participativa.

Este exercício, desta forma, tende a oportunizar o intercâmbio de informações e de múltiplos conceitos que se articulam, integrando várias áreas do conhecimento e favorecendo o embate de idéias e posições diversas e até divergentes, cujas discussões podem se converter em saltos significativos, como processo de construção coletiva na Academia. No entanto, considera-se que a excessiva complexidade burocrática observada, assim como a subjacente preocupação de alguns agentes nesse processo em manter suas posições e seus domínios nessa teia de relações e de poder, pode acarretar dificuldades nessa construção coletiva e, por vezes, de fazer a Universidade se aproximar, de forma mais rápida e eficiente, das demandas sociais.

Examinaremos a seguir as razões que levaram às escolhas dos cursos, às justificativas e aos cenários abordados nos seus respectivos projetos, tendo como referência cada um deles, de forma separada, e na ordem cronológica em que foram sendo implantados, na década. Em seguida, serão feitas considerações sobre as expectativas dos seus coordenadores a respeito das metodologias, conteúdos e importância dos cursos para o cenário socioeconômico atual, reservando-se, para o final do sub-item, uma análise de caráter mais geral, buscando delinear algumas conclusões sobre os fatores que levaram à criação dos cursos nesta Universidade, durante a década de 90.

a) Cursos de **Decoração e Desenho Industrial**

Estes dois cursos, implantados na Escola de Belas Artes, são analisados em conjunto, vez que as suas solicitações foram feitas através de um único processo e a aprovação de suas criações foi feita através de um único parecer da Câmara de Ensino de Graduação - CEG.

Desde os anos 60, que a comunidade da Escola de Belas Artes vinha discutindo a possibilidade de criar novos cursos, como os de Desenho Industrial, Artes Decorativas, Fotografia, Programação Visual, no intuito de reformular o ensino das artes na Universidade. No entanto, nos anos que se seguiram, uma proibição de criar novos cursos de nível superior no País, fixada através de portaria ministerial, impediu o desenvolvimento desses projetos. Em julho de 1990, foi realizado o Seminário Pró-Reformulação do Ensino na Escola de Belas Artes, com a participação de professores, estudantes, técnicos e profissionais da área, onde foram discutidas as propostas dos novos cursos e reformulação das áreas de atuação da Escola (UFBA/CEG, 1990).

Instituídas comissões que desenvolveram estudos e levantamento de informações curriculares, foram elaborados os projetos para o curso de Decoração e o de Desenho Industrial, com habilitação em Programação Visual. No dizer da coordenadora do curso de Decoração, os cursos nasceram do desejo da comunidade da Escola em modernizar o seu ensino, em se atualizar, diante do que acontecia em outras partes do País. No mesmo mês de realização desse seminário, os projetos desses dois cursos foram encaminhados para a Presidência da Câmara de Ensino de Graduação. Na apresentação, a direção da Unidade colocava que a estrutura administrativa e docente da Escola justificava, plenamente, a implantação de novos cursos, aproveitando o seu potencial de trabalho, diante do quadro de necessidades que apresentava o País (UFBA/CEG, 1990).

Para os projetos, os cursos eram reclamados pela comunidade baiana e nordestina, em virtude do mercado existente. Existiam reclamações derivadas das constantes improvisações de profissionais no mercado, assim como da constatação da importação de profissionais vindos do eixo Rio - São Paulo. Os cursos pretendidos eram conseqüentes do desenvolvimento cultural e tecnológico do País e, especialmente, da Bahia, tornando um investimento de retorno imediato para a comunidade, principalmente, na área de Artes Gráficas, Programação Visual, das Artes Decorativas e da Fotografia. Para o projeto do curso de Decoração, a formação de decorador deveria capacitá-lo a projetar a decoração como a composição do espaço interno, sempre harmônico com o espaço arquitetônico criado, e com as conquistas do “*design*” contemporâneo. A proposta de implantação do curso de Desenho

Industrial, com habilitação em Programação Visual afirmava que o excepcional mercado de artes gráficas e respeitável produção universitária justificavam, plenamente, a formação de profissionais nesta área. Analisados os projetos, pela SUPAC, foram feitas sugestões para os ajustes necessários e encaminhados à Unidade para as reformulações. Em discussão na Câmara, o parecer favorável é aprovado, destacando a necessidade de serem feitas algumas alterações e confirmações de alguns departamentos que acusaram a necessidade de contratação de professores para o oferecimento de algumas disciplinas (UFBA/CEG, 1990).

Outros ajustes foram acrescidos, a partir do pedido de vistas ao processo de um conselheiro que argumentava a necessidade de se rever aspectos conceituais dos projetos, com relação à área de atuação dos futuros profissionais desses cursos, que se situava em áreas próximas de outros profissionais graduados em outro curso da Instituição. Este aspecto se constituiu em dificuldade para a implementação dos cursos, segundo suas coordenadoras, inclusive, depois dos cursos já instalados, em 1991. No caso específico de Decoração, há uma resistência de se aceitar o campo de trabalho do decorador, por parte dos profissionais da área de Arquitetura, entendendo, estes, que, também, são decoradores. No pensamento da coordenadora do curso de Decoração, as áreas de trabalho do arquiteto e do decorador são claramente diferentes e bem definidas. O decorador se envolve com o espaço interno do projeto arquitetônico. Para ela, há dificuldades do entendimento dessa concepção sobre o perfil do decorador, até mesmo entre professores que ministram algumas disciplinas do curso. Segundo ela, por conta dessas dificuldades, os que militam na área da decoração, vêm tentando modificar até a própria denominação da profissão, para “*design* de interiores”, dado que o profissional não projeta, não modifica o projeto do imóvel e, sim, trabalha os seus interiores (UFBA/CEG, 1990).

b) Curso de Geofísica

A indicação da criação do curso de Geofísica foi discutida e aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Departamental do Instituto de Geociências da Universidade, em julho de 1990, no bojo da discussão sobre a implantação de dois cursos de pós-graduação a serem oferecidos pela Unidade. Segundo o coordenador do curso, já havia uma tradição no Instituto em oferecer cursos de pós-graduação, em Geofísica. Era, também, desejo da comunidade acadêmica desta escola, criar um curso de graduação. No entanto, havia uma dificuldade de implantação, pela resistência dos profissionais do Instituto de Física. Na reunião do Conselho acima citada, quando se estudou a possibilidade de se criar o curso de

Mestrado em Geografia e o de Exploração Mineral, em nível de especialização, um professor aproveitou a oportunidade e lançou a idéia de se criar o curso de graduação em Geofísica, o que foi acatado (UFBA/CEG, 1991).

A partir dessa reunião foi constituída a comissão para a elaboração do ante-projeto e, em outubro, é apresentada a sua primeira versão, para discussão e sugestões, seguindo-se um período de modificações, até a sua versão final, aprovada pelo conselho departamental, em abril de 1991. Em maio deste mesmo ano, o Diretor do Instituto encaminha a proposta de implantação do curso para os onze departamentos das várias unidades que deveriam oferecer disciplinas, de acordo com o currículo elaborado, solicitando pronunciamento sobre a possibilidade de oferecerem novas vagas, ou criar disciplinas novas (UFBA/CEG, 1991).

Devido à paralização dos docentes, em greve, que se estendeu de junho a setembro deste ano, as análises pelas plenárias dos departamentos só foram concluídas em outubro. Feitas algumas alterações, a partir das sugestões dos departamentos, na reunião do Conselho Departamental do Instituto, de 21 de outubro, é apresentado pelo Diretor da Unidade e discutido pelos membros, todo o histórico do processo de elaboração e encaminhamento da proposta, com as contribuições e ponderações dos mencionados departamentos. Nesta oportunidade, o citado Diretor acentua tratar-se, este curso, do segundo de graduação em Geofísica, no Brasil (o primeiro foi criado na USP, o qual serviu de fonte de consulta para elaboração do projeto da Bahia), e que a necessidade de contratação de professores, alegada por alguns departamentos, não deveria constituir-se em empecilho à proposta, visto que a criação do referido curso estava incluída no projeto de expansão de cursos da Universidade. Aprovado, então, o projeto, com as modificações sugeridas, é encaminhado para a SUPAC, para análise do ponto de vista pedagógico e legal, em regime de urgência, já que a pretensão da Unidade era de implantar o curso, no semestre seguinte. Com o parecer afirmativo desse órgão, de que a proposta estaria em condições de ser apreciada pela CEG, o processo é encaminhado a esta Câmara, que aprova o parecer do Relator a favor da abertura do curso, em 30 de outubro, com 15 vagas, a serem oferecidas no vestibular de 1992 (UFBA/CEG, 1991).

No que diz respeito às razões e justificativas de implantação do curso as informações contidas no projeto, ressaltam que, apesar das dificuldades econômicas atuais do País e a crise em que viviam as universidades brasileiras, o avanço acadêmico-científico ocorrido nas duas últimas décadas na área da Geofísica, na UFBA, era uma verdade inquestionável. A proposta estava baseada na experiência acumulada de ensino e pesquisa do Instituto de Geociências e, em particular, no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geofísica. Além disso, toda a infra-estrutura existente de pessoal científico e os recursos computacionais e equipamentos

estariam à disposição desse novo curso, que teria uma forte conotação aplicada, mas, que, contemplaria, ao mesmo tempo, uma formação básica adequada, de forma a preparar o profissional para uma carreira científico-acadêmica avançada. A formação em nível de graduação ressaltaria as atividades relacionadas a, assim denominada, Geofísica Aplicada. No caso, o geofísico a ser formado na UFBA estaria apto a atuar em cinco campos de atividade profissional: Geofísica Aplicada à Exploração de Petróleo; Geofísica Aplicada à Exploração Mineral; Geofísica Aplicada ao Estudo de Água Subterrânea; Geofísica Aplicada à Engenharia Geotécnica e Geofísica Aplicada ao Monitoramento do Meio Ambiente (UFBA/CEG, 1991).

Para o projeto, o profissional a ser formado pelo curso, não iria competir com o geólogo ou profissão correlata. Ao contrário, deveria trabalhar em estreita correlação com os mesmos. Afirmava que o reconhecimento do geofísico já estava firmado no País, no nível das empresas públicas ou privadas, seja nas instituições de ensino ou pesquisa. O curso iria oferecer ampla gama de disciplinas optativas, o que faria o aluno aperfeiçoar, conforme suas aptidões e aprofundar em determinadas áreas da Geofísica. Além disso, o elenco das disciplinas tornaria o currículo flexível e ágil, capaz de responder, adequadamente, às transformações e às variações conjunturais que a sociedade viria a impor. Além disso, a sólida formação teórica através das ciências básicas, contidas no elenco das disciplinas complementares obrigatórias, haveria de formar um cidadão preparado, também, para a carreira acadêmica (UFBA/CEG, 1991).

c) **Habilitação Produção em Comunicação e Cultura**

Através de ofício datado de 10 de julho de 1995, o coordenador do colegiado do curso de Comunicação da Universidade encaminha à CEG, proposta de reformulação desse curso. No citado ofício, o coordenador informa que tal proposta estava baseada em duas formulações. A primeira, referente à modificação do então atual currículo do curso, que contemplava a habilitação em Jornalismo e a segunda, relativa à implantação de uma nova habilitação – Produção em Comunicação e Cultura. Para ele, o esforço do colegiado era devido ao reconhecimento dos anseios estabelecidos na comunidade acadêmica, com a evolução da área de Comunicação, o que levava à necessidade da Faculdade em proceder a uma renovação do processo de ensino de graduação, por meio de alteração dos mecanismos didáticos. A proposta tinha como princípio norteador da concepção, um caráter inovador, justificado como currículo experimental, uma possibilidade já desenvolvida em outras

instituições. Com isto, o colegiado pretendia, com a reformulação, ampliar a oferta de matrículas, além de contemplar uma reivindicação da comunidade, que há muito solicitava a ampliação do número de habilitações oferecidas. A proposta ampliaria a oferta do curso em mais vinte vagas/ano (UFBA/CEG, 1995a).

Para justificar tal proposta, o projeto elaborado argumentava que a implantação de mais uma habilitação no curso de Comunicação iria responder aos imperativos ditados pelo desenvolvimento fantástico e acelerado da produção, da circulação e do consumo dos bens simbólicos, com registros marcantes na sociedade contemporânea. Com isto, ele discute a importância que têm assumido novos conceitos como o da sociedade da informação, da cultura do espetáculo, da idade mídia e os efeitos das mudanças nas novas formas de sociabilidade. Neste contexto, segundo o projeto, o campo da mídia passa a reter uma forte dimensão cultural, onde os bens simbólicos vão se configurando numa multiplicidade de mecanismos de produção cultural, com reflexos em todos os campos sociais. Por conta disto, o campo dos mídia reúne uma diversidade de gêneros: jornalismo, publicidade e propaganda, narrativas midiáticas e o *show*. O citado documento esclarece que a opção da Faculdade de Comunicação da Universidade, em realizar mudança curricular com a implantação de nova habilitação, decorre da compreensão desse campo, expresso, socialmente, em sua diversidade de modalidades e de renovar, academicamente, seu ensino, com base nesta perspectiva mais global de comunicação, na sociedade contemporânea e no Brasil (UFBA/CEG, 1995a).

Assim, em um primeiro momento, almejava agregar à habilitação de Jornalismo, renovada e atualizada, a habilitação de Produção em Comunicação e Cultura, objetivando recompor o universo “Comunicação”, em sua multiplicidade de gêneros constitutivos. A implantação de outras habilitações, Publicidade e Propaganda e Narrativas Midiáticas, complementar, no futuro, a constelação delineada como Comunicação, nessa faculdade. Justificava, o documento, que a opção de renovação encontrava inspiração em trajetórias locais e nacionais. O Brasil acompanha o modo avançado e inovador do processo de contaminação e disseminação de bens simbólicos. A Bahia, reconhecido pólo cultural/comunicacional do País, também, participa deste movimento, principalmente, pela afirmação de sua identidade. Todo esse desenvolvimento vem criando um mercado de trabalho e demandando especialistas, sejam para atuar, estudando e realizando pesquisas, sejam como profissionais da comunicação e cultura, para criarem, produzirem e/ou difundirem obras e espetáculos. Neste sentido, continuava o projeto, a UFBA não poderia ficar indiferente a esse movimento. Além disso, sua forte tradição de atuação acadêmico-cultural e o desenvolvimento da Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas

dotavam a Faculdade de Comunicação de condições favoráveis para a oferta da habilitação pretendida. Transformado em processo, a proposta segue os trâmites normais, volta em diligência à coordenação do colegiado, para atender solicitação da SUPAC e, analisada e discutida na CEG, tem parecer favorável, aprovado em 21 de novembro de 1995, tendo a sua implantação em 1996(UFBA/CEG, 1995a).

Como pode-se observar, esta foi uma das tentativas da Universidade em ajustar sua oferta às novas demandas da sociedade e, mesmo considerando as dificuldades que ela tem enfrentado para a criação de novos cursos, pode-se deduzir, com as informações trabalhadas, que tal iniciativa se deu, através de um processo até certo ponto ágil, levando em conta outras experiências registradas neste trabalho.

d) Curso de Arquivologia

A abertura deste curso significou, também, um esforço da instituição em atualizar a sua oferta, buscando responder às novas demandas originadas das transformações sociais contemporâneas, notadamente, no que concerne ao desenvolvimento da área de informações. Por outro lado, este foi o curso, cujo processo de criação foi o mais demorado, dentre todos os criados neste período na UFBA, se observarmos o espaço de tempo decorrido entre o surgimento da idéia e a sua efetivação.

O curso de graduação em Arquivologia foi idealizado em 1972, por uma das professoras da então Escola de Biblioteconomia e Documentação, hoje Instituto de Ciências da Informação. Em 1979, o Departamento de Biblioteconomia compôs uma comissão para a criação e implantação do curso, sendo que, neste mesmo ano, foi apresentado e aprovado pelo departamento, um estudo preliminar com este propósito. Enviado à CEG, em 1980, o referido estudo retorna ao colegiado de Biblioteconomia, sob a forma de processo, para que fosse transformado em proposta curricular, de acordo com as normas técnicas. Para tanto, foram realizados dois seminários, com a participação de professores, alunos e profissionais ligados às áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e História. Mesmo com todos os esforços empreendidos, até 1985, o curso ainda não se concretizava, segundo dados históricos, por motivos administrativos (UFBA/CEG, 1996). Informações colhidas junto a professores dão conta de que a instalação do curso contava, também, com resistências internas da própria Unidade, especificamente, do pessoal de Biblioteconomia, que via seu espaço ameaçado, com a formação desses novos profissionais.

Em 1986, os estudos foram retomados e foi elaborado um novo projeto. Uma dificuldade se apresentava: faltavam professores da área de Arquivologia para ministrarem as disciplinas específicas do curso. Em virtude disto, foi realizado, entre os anos de 1989/90 o Curso de Especialização em Arquivologia, com o objetivo de capacitar docentes para o futuro curso de graduação. Em 1994, uma nova comissão é designada para retomar os estudos e elaborar o projeto pedagógico do curso, o qual, depois de discutido e aprovado na unidade, é enviado, em 1996, para a SUPAC, para elaboração de parecer técnico, para depois ser encaminhado à CEG. Esta Câmara o aprova, com parecer favorável, em abril de 1997, seguindo, assim, o processo, o caminho normal, até a implantação do curso, em 1998 (UFBA/CEG, 1996).

Como justificativa, o projeto apresentado à Câmara, em 1996, realçava a importância da informação dentro das mudanças radicais do mundo contemporâneo, especialmente, por conta do desenvolvimento tecnológico acelerado, o avanço da telemática e a conseqüente transformação da sociedade. Para o projeto, todos esses elementos tiveram como insumo básico, a informação. Assim, com vistas a atender à demanda dos diversos segmentos, nos quais se organiza a sociedade, a Universidade, como geradora do conhecimento e promotora da formação profissional, deveria criar cursos dedicados a essa área do conhecimento, tendo como objetivo, atingir os novos paradigmas da informação, habilitando os profissionais a usar as tecnologias, tanto como ferramentas para processar a informação, o documento, o dado, como, também, gerar e administrar sistemas de informação, voltados para a resolução de problemas, e para a tomada de decisão (UFBA/CEG, 1996).

O projeto define a Arquivologia como um ramo de conhecimento que se impõe, pelos seus princípios básicos de gerência da informação, no que diz respeito ao controle, registro, processamento e facilidade de acesso, e que se consolida com as técnicas de gestão e preservação do acervo documental. Para ele, o processo de informações administrativas e jurídicas é indispensável ao funcionamento eficaz das organizações privadas e dos órgãos públicos, considerando-se suas atividades meio e fim, que justificam sua presença, posição, atuação e justificativa na sociedade. Segundo o projeto, sendo, os arquivos, os setores, por excelência, nos quais aquela informação deve ser armazenada, processada e recuperada, eles são imprescindíveis à administração pública e privada. A falta de formação e conseqüente inexistência de mentalidade crítica sobre a questão do acesso à informação, tem acarretado problemas como falta de suporte à administração, serviços deficientes prestados aos cidadãos, além de dificultar a realização da pesquisa histórica. O projeto apontava que, no Brasil, existiam, apenas, quatro cursos de Arquivologia, situados em universidades do sudoeste e sul

do País, tornando, assim, gritante a necessidade de se criar novos cursos, diante do crescimento e da complexidade, cada vez maiores que se apresentavam a organização e o funcionamento das entidades públicas e privadas em todo o País (UFBA/CEG, 1996).

e) Curso de Licenciatura em Física (Noturno)

Segundo o projeto elaborado para a implantação deste curso, a partir de 92, iniciou-se um processo intensivo de implantação de cursos de licenciaturas em Ciências e Matemática nas universidades federais: Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Brasília. Em 1995, foi criado, na UFBA, por iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação, o Fórum de Licenciaturas, composto por diversos cursos de licenciatura, com o fim de discutir o aperfeiçoamento dos 17 cursos existentes, todos oferecidos no período diurno e alguns com elevadíssimos índices de evasão, os quais não eram, entretanto, um fenômeno apenas da UFBA. Embora reconhecendo a necessidade de estudos aprofundados, o projeto identifica razões internas e externas à Universidade, para os altos índices de evasão. As razões internas estão associadas à desatualização curricular e a inadequação dos horários de funcionamento dos cursos, os quais poderiam e deveriam ser superados, a partir de um esforço conjunto da comunidade acadêmica. A proposta pretendia enfrentar, pelo menos, algumas das causas da evasão (UFBA/CEG, 1998).

Na entrevista realizada pela pesquisa com o coordenador do curso, que, na época da elaboração da proposta, era o coordenador do curso de Licenciatura em Física diurno, ele assim coloca sobre os antecedentes da criação do curso.

Como coordenador, eu tinha que fazer algo, diante da situação do curso. O índice de evasão chegava a 80%. Participamos de algumas sessões do Fórum das Licenciaturas. A Reitoria se mostrava preocupada. Diante das dificuldades dos alunos em freqüentar as aulas, foi feita uma primeira tentativa, iniciando um curso noturno que, mais tarde, não deu certo, sendo os alunos absorvidos no turno diurno. Elaboramos um projeto e, no período que antecedeu ao vestibular, fizemos uma verdadeira campanha nas escolas, nos meios de comunicação e, com isto, apareceram muitos candidatos. Nos vestibulares posteriores, a procura por vagas neste curso continuou. O curso noturno foi a solução para grandes problemas que tínhamos, no sentido de reter o aluno no curso. (Depoimento em entrevista à pesquisadora).

Para iniciar a discussão, com vistas à elaboração do projeto, em janeiro de 1996, foi desenvolvido um seminário sobre o tema, inclusive, com a participação de um professor da

UnB, que apresentava experiência sobre o assunto. Durante o ano de 1997, discutiu-se, exaustivamente, a estrutura curricular do curso e, em reunião do colegiado dos cursos de Física, em março de 1998, foi aprovada a proposta neste nível da instituição. Em seguida, tal proposta foi encaminhada à Reitoria, com a expectativa de oferecer 40 vagas no vestibular de 1999. Após análise técnica, feita pela SUPAC, a proposta é analisada pela CEG, que aprova parecer favorável em maio de 1998, seguindo o processo os trâmites normais, até a efetivação do curso (UFBA/CEG, 1998).

A justificativa do projeto chamava a atenção para a necessidade premente de professores para o ensino de segundo grau, público e privado, no Estado. Segundo este documento, as demandas eram muito superiores à oferta de professores de Física, mantida pelo Instituto de Física. Na Capital, essa carência era suprida, em parte, por estudantes dos cursos de bacharelado em Física, Engenharia, Matemática e outros, os quais, por não terem a formação adequada, não estariam aptos a desempenharem a contento as funções de professor de Física para o ensino médio. A carência maior era no interior. Mas não só os estudantes secundaristas tinham suas demandas frustradas. Uma parte dos alunos de licenciatura em Física que trabalhava, não tinha condições de cursar no período diurno. Dos que tentavam, muitos eram forçados a abandonar os estudos. Em um levantamento feito entre os alunos, ao tempo da elaboração do projeto, 58% deles trabalhavam. Para a proposta, a criação do curso iria contribuir para a solução de um impasse: de um lado, a carência de professores de Física para o 2º grau e, do outro, a existência de candidatos a licenciatura sem condições de realizar o curso no período diurno. O curso noturno não deveria distinguir-se do diurno. Só deveria haver adaptações, para adequá-lo às especificidades de sua clientela. As modificações não objetivavam reduzir as exigências e, sim, garantir melhor aprendizado. Referiam-se ao tempo de duração do curso e às reformulações metodológicas e do planejamento didático, especialmente, nas disciplinas básicas. A proposta, para o projeto, era socialmente justa e estava em consonância com a LDB, no que se referia a cursos noturnos (UFBA/CEG, 1998).

f) Curso de Fonoaudiologia

Em 1993, foi apresentada, em reunião do Conselho Departamental do Instituto de Ciências da Saúde – ICS, proposta para a abertura do curso de Fonoaudiologia, em consenso com a Pró-Reitoria de Graduação. Em outubro deste mesmo ano, este conselho aprovou a criação de uma comissão, constituída por professores dos vários departamentos do Instituto, técnicos e fonoaudiólogos, representantes do Núcleo Pró-Associação de Fonoaudiólogos da

Bahia, para proceder a estudos, visando à elaboração de um ante-projeto para a criação do curso. Nesta intenção, uma integrante da comissão visita a Faculdade de Medicina da USP, a Escola Paulista de Medicina, para observar alguns cursos de Fonoaudiologia em funcionamento em outras regiões do País. A comissão apresenta a primeira versão do projeto do currículo ao Professor Mauro Spinelli, da PUC de São Paulo, Doutor em Ciências dos Distúrbios da Comunicação, responsável pela criação de diversos cursos no gênero (UFBA/CEG, 1995b).

Com as suas sugestões, a comissão elabora versão modificada e estabelece contatos com os 18 departamentos da UFBA, que deveriam oferecer disciplinas para o curso, com o objetivo de realizar adequação dos programas das disciplinas já existentes e a elaboração de programas daqueles a serem criadas. Em diversas reuniões foram elaborados os programas das disciplinas profissionalizantes a serem oferecidas pelo Departamento de Fonoaudiologia a ser criado. Foram elaborados os projetos arquitetônicos para o Departamento e para o Centro Clínico de Atendimento Fonoaudiológico, a serem instalados no Instituto. Concluída a proposta, a comissão encaminha-a ao Conselho Departamental no dia 28 de dezembro de 1994, já em forma de projeto, obedecendo as normas da Universidade. Em fevereiro de 1995, o Diretor do ICS encaminha ofício à CEG, anexando o projeto, informando que, na aprovação dos departamentos sobre a oferta de algumas disciplinas, algumas unidades faziam solicitação de contratação de professores, o que deveria ser analisado pela SUPAC. A proposta visava a criação do curso em 1996 (UFBA/CEG, 1995b).

Deve-se acrescentar que, antecedendo à aprovação da proposta, o ICS, através de um dos seus departamentos, esteve a oferecer, no segundo semestre de 1995, o I Curso de Especialização em Distúrbios de Comunicação Humana, possibilitando aos profissionais com formação em Fonoaudiologia e outras áreas afins, a reciclagem de conhecimentos e a introdução de metodologias inovadoras capazes de capacitá-los para a atividade docente. Esta iniciativa significava preparar professores para as primeiras disciplinas do curso.

O parecer 264/95 da Câmara de Ensino de Graduação, aprovado em junho de 1995, considerava-se favorável à abertura do curso, levando em conta a necessidade da sociedade, a estrutura curricular, elaborada de acordo com a legislação pertinente e a capacidade operacional existente na Universidade. No entanto, chamava a atenção de aspectos que deveriam ser revistos no que dizia respeito aos recursos humanos necessários, tendo em vista que diversos departamentos haviam condicionado a oferta de vagas para o curso à contratação de novos professores. Em julho deste mesmo ano, a SUPAC se manifestava no processo, julgando ser prudente aguardar novas orientações do MEC, tendo em vista a vigência até

06.09.95 da Medida Provisória, publicada em 09.06.95, que fixava prazo final para a instalação do novo Conselho Nacional de Educação e o Decreto nº 1472 de 20.05.95, que suspendia até a instalação desse Conselho, a criação de cursos superiores, em todo o Estado Nacional. Ao mesmo tempo, a SUPAC alertava para a necessidade de o pleito ser submetido à avaliação da necessidade social, pelo Conselho Nacional de Saúde - CNS, pela especificidade do curso pretendido (UFBA/CEG, 1995b).

Por outro lado, a análise técnica, feita pelo Grupo de Currículo da SUPAC resultou em um parecer, que considerava o projeto em condições para ser analisado pela Câmara, para a sua aprovação. A partir daí, o processo vai seguir um trâmite complexo, internamente, na Reitoria e, depois, no MEC, com vistas, de um lado, a checar dotação orçamentária para fosse garantido o suporte ao funcionamento do curso (é a primeira e única vez que a pesquisa observou esta exigência para a criação de um curso) e, de outro, para que fosse viabilizada a análise da sua necessidade social pelo CNS.

Este período se estendeu de agosto de 1995 a agosto de 1997, quando o pleito é reanalisado e aprovado, do ponto de vista acadêmico pela Câmara, analisado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, e encaminhado para a Secretaria de Educação Superior – SESU, do MEC, para providências junto ao Conselho Nacional de Saúde, com o fim de ser aprovado, do ponto de vista da necessidade social. Foi um período de idas e vindas do processo, com a intervenção de muitos órgãos e atores, internamente, na Universidade e entre esta e o MEC/SESU, até que este encaminha o processo à Reitoria, com a aprovação e homologação do pleito pelo CNS, avançando mais um passo para a concretização da abertura do curso. No âmbito da Universidade, as outras providências para a implantação do curso são tomadas, sendo este incluído na oferta de vagas no vestibular de 1999 (UFBA/CEG, 1995b).

Como razões, cenários e justificativas para a criação do curso, o projeto argumentava, dentre outras coisas, que o conhecimento científico avançou na possibilidade de avaliação e diagnóstico de freqüentes distúrbios da comunicação e da fala em nível mundial. Estudos tem demonstrado que, na atualidade, uma em cada dez crianças tem apresentado precocemente problemas físicos, sensoriais e emocionais, tornando-se preocupação da comunidade científica ligada a esta área da Saúde, o enfrentamento de problemas em torno das barreiras que se apresentam para a comunicação humana. O progresso acadêmico nas três últimas décadas acrescenta, o projeto, por conta disto, cria novo campo científico – a Fonoaudiologia, centrada no estudo, pesquisa, prevenção, avaliação e terapia na área de comunicação oral e escrita.

O projeto apontava que, na Bahia, inexistia escolas de formação em Fonoaudiologia. Existiam necessidades de profissionais na área de saúde e educação para sanar os problemas

desta área. O projeto, também, colocava que, neste Estado, existia um amplo mercado de trabalho potencial, embora com a quantidade de clínicas e consultórios ainda insuficiente, para atender a população demandante, sob este aspecto. O projeto previa, também, a implantação progressiva do Centro Clínico de Atendimento Fonoaudiológico, que visava ao desenvolvimento de práticas clínicas supervisionadas, prestando atendimento à população, fazendo aproximar a Universidade da Comunidade, numa vertente de atividades de extensão. Ainda aventava a possibilidade de se assinar futuros convênios com outras entidades, assim como com o Poder Público, através do Sistema Unificado de Saúde, como forma de operacionalização destas propostas de prestação de serviços à Comunidade. Quanto aos recursos humanos, o projeto previa a seleção inicial de dez professores a serem submetidos a concurso público, o que não pôde ser viabilizado dada a política de contenção, empreendida pelo governo federal, com relação à admissão de novos professores (UFBA/CEG, 1995b).

Pode-se perceber o aguçamento das dificuldades enfrentadas pela Universidade para a implantação do seu último curso criado na década de 1990.

- Expectativas dos coordenadores dos cursos analisados, considerando as metodologias e conteúdos que estão sendo trabalhados e o cenário socioeconômico da atualidade⁴.

A coordenadora do curso de **Decoração** afirma que, à época da elaboração do projeto, o curso foi idealizado para ser o melhor possível. Foram feitas pesquisas na área em todo o Brasil. No início de funcionamento, foi até considerado o melhor do Brasil, por duas vezes indicado em revistas de circulação nacional. Hoje, faltam professores, salas apropriadas, equipamentos e condições de infra-estrutura, para realizar o curso, da forma como foi idealizada. A escola e o corpo docente fazem o melhor que podem dentro da criatividade. Atualmente, torna-se necessária uma atualização, levando em consideração os avanços na área de *design* gráfico, para acompanhar o desenvolvimento do mercado. Visando unificar os cursos existentes no Brasil, há, inclusive, uma tendência de reformulação do currículo, de forma coletiva em várias instituições que oferecem esse tipo de curso no País, no intuito de fortalecer o perfil do profissional egresso, frente a outras áreas afins de profissionais.

Ressalta, esta coordenadora, que o currículo, inicialmente, tinha uma preocupação em zelar pelas raízes culturais da Bahia, em manter o caráter regional, cultural peculiar do Estado. Hoje, há uma preocupação em aproximá-lo dos currículos das outras escolas que oferecem este mesmo curso no País, daí por que disciplinas que contemplavam os elementos regionais e

⁴ As expectativas dos coordenadores foram coletadas com entrevistas, seguindo roteiro semi-estruturado.

culturais têm se transformado em optativas. Isto, também, por causa do movimento de aproximação do perfil do currículo aos de outras regiões, acima mencionadas. Assim, o currículo do curso, na atualidade, está sendo reformulado, tendo, também, em vista as mudanças no mercado de trabalho.

A coordenação do curso de **Desenho Industrial** coloca que o mesmo tem superado as expectativas do projeto inicial. As disciplinas voltadas para projetos gráficos e de programação visual tem encaminhado alunos para o campo de trabalho na área do *design*. Como atividades de extensão desenvolvidas pelos alunos, salienta-se a participação em dois grandes projetos de programação visual: o de Maragogipinho e o de Mulungu no Morro, em conjunto com a Faculdade de Medicina. A Agenda UFBA, distribuída com os calouros, é projetada e acompanhada pelos alunos do curso, sendo que a seleção do melhor projeto é feita em concurso interno. No projeto Maragogipinho, foi produzido um *folder* bilingüe, embalagem, etiquetas, *banner*, *totem*, para divulgação da cerâmica desta localidade – atividade de extensão da UFBA. O outro projeto, Mulungu do Morro, trata-se de uma campanha para combate e erradicação da cisticercose em conjunto com a FAMED, com isto elaborando trabalhos como cartilha, calendário, cartões de Natal e outros.

Sobre as suas expectativas em relação à formação dos estudantes diante dos novos cenários socioeconômicos, afirma ser otimista, apontando que o conteúdo do curso tem contribuído para a formação específica do profissional em direção ao seu futuro, apesar da falta de laboratórios gráficos e de fotografia com equipamentos avançados. Os professores da área de programação visual trabalham com conteúdos programáticos e metodologias visando integrar o aluno no mercado de trabalho. Os estágios são feitos em agências de publicidade, escritórios de programação visual, supervisionados pelos professores. Atualmente, três alunos fazem intercâmbio fora do País (Espanha, Inglaterra e Itália). Com uma demonstração de satisfação e orgulho, ela informa que dois concluintes do curso estão atuando no Canadá, na área de *design* e mais outros dois, em São Paulo e Fortaleza. Em resumo, para ela, os alunos em curso e os já formados têm mercado de trabalho garantido.

O coordenador do curso de **Geofísica** considera que, embora tenha sido necessário realizar algumas adaptações, o currículo proposto tem sido efetivado com sucesso. Mesmo com poucos concluintes, ele informa que há uma absorção dos egressos no mercado. Enquanto houver exploração de petróleo na Bahia, haverá necessidade de geofísicos na região, diz ele. Deixando entrever satisfação, ele enfatiza a aprovação no primeiro lugar em um concurso feito pela PETROBRAS, com uma significativa diferença de desempenho, em relação ao do segundo lugar, de um recém-concluinte do curso. Informa que este ex-aluno tem

sido alvo de disputa entre os departamentos daquela empresa, pela sua capacidade. Outro concluinte encontra-se trabalhando nos Estados Unidos. Outros continuam os estudos no Programa de Pós-Graduação. O coordenador, no entanto, se queixa da falta de preparo dos ingressantes do curso, no que se relaciona à aprendizagem nas disciplinas de Física e Matemática. Este tem sido um agravante para conseguir melhores resultados com os alunos. Mas, do ponto de vista do trabalho do geofísico, levando em conta as necessidades da sociedade, o coordenador admite que ainda existe uma falta de conscientização dos dirigentes dos órgãos públicos, como prefeituras municipais, para aproveitar o potencial que o geofísico pode dispor na área de preservação do meio ambiente. Mesmo assim, ele lembra que há uma de suas ex-alunas trabalhando em área dedicada ao tratamento de água.

A coordenação do curso de **Comunicação Social, habilitação Produção em Comunicação e Cultura**, referindo-se às possibilidades de absorção dos seus alunos no mercado, é otimista. Quanto ao conteúdo do curso, segundo a informante, desde que o curso iniciou têm sido feitas algumas alterações no seu projeto pedagógico. A última delas, em vigor a partir de 2000, deixou o currículo mais enxuto, mais interessante. No entanto, os alunos ainda se ressentem e demandam por exercícios laboratoriais. As perspectivas são boas neste sentido. Por iniciativa dos alunos, está sendo criada uma Empresa Júnior e, ainda que, informalmente, ela já está funcionando e realizando trabalhos relativos a eventos da própria Faculdade e da Universidade. Os alunos de Produção tiveram uma participação ativa na SBPC, principalmente, na SBPC Cultural. Está sendo elaborado um convênio com o Teatro Vila Velha, tentando desenvolver pesquisas mais voltadas para a área, de modo a agregar alunos e professores deste campo. Um trabalho de conclusão de curso, por exemplo, está sendo desenvolvido, cujo produto final será um seminário, onde será discutido o campo da Produção Cultural, a emergente necessidade deste profissional na sociedade contemporânea, o perfil do produtor cultural e a importância da formação acadêmica deste profissional. Para a coordenação, isto, também, justifica o seu otimismo em relação ao curso e ao futuro promissor deste campo de conhecimento, principalmente, na Bahia, considerada, no projeto de criação do curso, como um contexto que demandava, mais de que em outros lugares, profissionais com esta formação, pela vocação natural para questões de cultura.

A habilitação, criada em nível de graduação, não tem tradição acadêmica, sendo o caso baiano, pioneiro no Brasil, junto com outro implantado no Rio de Janeiro, concomitantemente, isto significando, para a coordenação, a falta de outras experiências que sirvam de referência.

Para a coordenação do curso de **Arquivologia**, até certo ponto, ele tem correspondido às expectativas do projeto. No entanto, alguns problemas podem ser apontados para a consecução dos seus objetivos. Há uma desatualização de algumas disciplinas. O currículo necessita de algumas reformas, sobretudo, em relação a algumas disciplinas que não mais respondem às necessidades da formação do profissional. Há uma defasagem do curso em relação às mudanças tecnológicas. Não existem laboratórios de recuperação de documentos, nem locais para realização das práticas. Neste sentido falta à Universidade uma política de integração entre as suas unidades. Outras dificuldades se ligam à falta de professores, o que tem feito sobrecarregar os existentes. Este fator se acentua, no atendimento aos alunos que desejam cursar disciplinas ou desenvolver aulas práticas no turno noturno. No caso das aulas práticas, mesmo que as bibliotecas de algumas unidades funcionem à noite, os arquivos, neste horário, não estão disponíveis. Não obstante tais dificuldades, no que concerne ao currículo, algumas reformas têm sido feitas, inclusive, neste momento, dentro do Programa de Reconstrução Curricular da Pró-Reitoria de Graduação. Por outro lado, mesmo não havendo ainda concluintes, já se percebe que o mercado está aberto para esses profissionais. Muitos estudantes já se encontram desenvolvendo estágios em algumas organizações. No entanto, a carreira ainda não é suficientemente valorizada. A sociedade não tem consciência da sua importância, que só é sentida diante de alguma dificuldade, como no caso do analista de sistema que, continuamente, tem sentido a carência do instrumental do arquivista, em determinadas situações.

Para o coordenador do curso de **Licenciatura em Física (Noturno)**, falando da concepção e analisando a situação atual do curso, foi feito um projeto pedagógico típico, com alterações na grade, na organização do curso, na metodologia. Por conta disto, nem todos os professores concordaram com a sua filosofia. Como há carências de professores, ficou difícil desenvolver o projeto tal como foi pensado. Nele, há uma preocupação em ensinar as teorias, os conceitos de forma contextualizada e recorrendo à história da ciência. Nem todos os professores concordam com esta abordagem. Agrava-se isto, quando precisa-se contratar professores substitutos. No entanto, os alunos se manifestam satisfeitos com o currículo e a forma de ensino preconizado pelo projeto, até onde isto é possível. Neste sentido, os alunos que atuam na área de ensino da Física e que fazem o curso para conseguir o diploma de nível superior, elogiam o curso e acham que ele abriu novas perspectivas de análise, que passaram a ver a Física de uma outra forma. Com as novas condições, não há, praticamente, evasão dos alunos. As chances deles, em termos de emprego, são de cem por cento, segundo o coordenador. Para ele, nota-se que há uma intensificação da procura pela habilitação na

licenciatura. O coordenador coloca-se otimista, com relação ao futuro do curso, mesmo sem ter ainda concluintes. Ressente-se, no entanto, da resistência de alguns professores que não aceitando a filosofia e a metodologia do projeto do curso, acham que o aluno é quem deve se adaptar ao curso pensado da forma tradicional. Para ele, o sucesso de uma nova proposta pedagógica depende, fundamentalmente, do envolvimento do professor com a sua filosofia.

Analisando o andamento do processo de implantação do curso de **Fonoaudiologia**, em correspondência com as expectativas do seu projeto e os novos cenários, a sua coordenadora afirma, em entrevista, que, em parte, tais expectativas vêm sendo concretizadas. No entanto, com muitas dificuldades. Como ponto positivo, ela salienta os frutos derivados da elaboração do projeto, com o envolvimento de profissionais experientes na área, e pelos avanços num processo experimental de um curso novo, com muitos desafios, a merecer constantes ajustes neste processo. A primeira turma está cursando o quinto semestre, o que não permite ainda uma avaliação madura sobre o processo de implementação. Os grandes problemas, entretanto, se vinculam à falta de professores, o que obriga, freqüentemente, a escola a recorrer à categoria dos professores substitutos. Mas, na medida do possível, o currículo vem sendo cumprido. A esperança da coordenadora para minorar esta situação se prende aos resultados dos concursos que a Universidade vinha empreendendo, no momento da realização da entrevista.

A narrativa dos processos de criação de cursos na UFBA, no decênio de 1990, permite tecer algumas considerações sobre os fatores que concorreram para esta dinâmica, neste período, nesta Instituição.

Percebe-se, com bastante nitidez, que, apesar do pequeno número de cursos criados, setores da Universidade se mobilizaram para criar novos cursos, ampliar novas oportunidades, mesmo com as grandes dificuldades que enfrentaram e com a política do governo, em nível central, que tem levado à desaceleração da expansão da oferta do setor público, no âmbito da educação superior do País.

Verifica-se, com os dados colhidos, que as iniciativas da criação de novos cursos partem dos departamentos das unidades de ensino. Por seu turno, nas propostas de abertura de novos cursos na UFBA, especialmente, nas justificativas, nos perfis profissionais, nos cenários apresentados nos projetos, assim como nos depoimentos dos coordenadores dos cursos, visualiza-se uma preocupação da comunidade acadêmica em atualizar a sua oferta, de forma a atender às modificações do contexto social, em contemplar os novos campos de trabalho, atentando-se para os novos paradigmas do mundo das profissões, inclusive,

fundamentando-se em estudos e pesquisas. Os projetos dos cursos de Decoração, Desenho Industrial, Produção em Comunicação e Cultura, Arquivologia, Licenciatura em Física deixam muito clara esta preocupação, que, inclusive, confirma a discussão contida na síntese da revisão de literatura da presente pesquisa, no que diz respeito aos reflexos das mudanças da sociedade, frente a novas realidades do mundo contemporâneo, nos sistemas educacionais.

Por outro lado, em quase todos os projetos transparecem as dificuldades sentidas pelas equipes para verem realizados os seus projetos. A falta de condições infra-estruturais prejudicaram, sobremaneira, o estabelecimento das bases para a efetivação dos cursos, conforme são idealizados. Faltam equipamentos, laboratórios e, sobretudo, professores para ministrarem as disciplinas dos currículos propostos. Fonoaudiologia foi a experiência mais marcante, neste sentido, seguindo-lhe os cursos de Arquivologia, Decoração e Desenho Industrial.

As dificuldades político-administrativo-burocráticas, também, deram o tom nessas dinâmicas. Constituíram em fatores dificultadores, em muitos dos processos. Os embates no campo político foram muito evidentes na criação do curso de Decoração e, em pequena escala, nos de Geofísica, Arquivologia e Licenciatura em Física, denotando conflitos de conceitos, de interesses, de áreas de trabalho e o cuidado em preservar certos domínios. Este aspecto fica bastante claro, conforme a ex-dirigente, em entrevista, no indeferimento da proposta de abertura do curso de Danças Populares, que teve uma resistência decisiva de representantes da área de Música e de Direito, na Câmara de Ensino de Graduação, o que impediu a criação de mais um novo curso, entre 1991 e 1992. No entanto, quanto às dificuldades administrativo-burocráticas que, em alguns casos fizeram retardar a instalação de alguns cursos por períodos letivos adiante, não foram observadas com intensidade na criação de outros cursos como o de Geofísica, Produção em Comunicação e Cultura e o de Licenciatura em Física.

Diante das múltiplas dificuldades, transpareceram, em geral, nos processos, os sentimentos e atitudes de tenacidade e firmeza que caracterizaram as lutas de alguns professores, diretores de unidades, coordenadores de cursos e até de alunos, que aspiravam ver seus projetos se transformarem em realidade. Ilustram estes aspectos, com bastante clareza, os processos de criação dos cursos de Fonoaudiologia, Decoração, Licenciatura em Física, Arquivologia e Produção em Comunicação e Cultura.

Sob este mesmo aspecto, o estudo revelou, também, as manifestações de satisfação e, até, orgulho de professores quanto aos resultados conseguidos dos seus projetos, ao mencionarem o bom desempenho ou sucesso de alunos e ex-alunos na academia e em retorno

à sociedade, como mostram as informações relatadas pelos coordenadores dos cursos de Geofísica, Desenho Industrial, Licenciatura em Física e Produção em Comunicação e Cultura.

Chamou a atenção, também, as atitudes de alguns professores, que, mesmo não sendo da área de educação, mostraram bastante sensibilidade para com as questões pedagógicas, nos seus projetos, como ilustram os casos do curso de Licenciatura em Física e Produção em Comunicação e Cultura.

Como um fator muito importante para a criação de alguns cursos, ressalta a influência da existência de programas de pós-graduação e/ou grupos de pesquisa em algumas unidades. A existência de cursos ou atividades desse nível, que aprofundam-se em campos específicos do conhecimento, funcionou como elemento estimulador do surgimento de cursos dirigidos a essas áreas, em nível de graduação, fortalecendo a Academia, no que diz respeito às suas atividades de pesquisa e, indiretamente, à extensão. Estes aspectos foram observados na criação do curso de Geofísica e da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Este achado leva a inferir, por outro lado, que a Universidade, mesmo de forma modesta, tem reagido à tendência de minimização das suas funções de pesquisa e de extensão, cuja discussão é contemplada na síntese da revisão de literatura deste projeto, insistindo na preservação de sua missão histórica de produção do conhecimento e autonomia, no trato de questões fundamentais da sociedade, estendendo estas ações ao ensino de graduação. Ao mesmo tempo, fortalecendo sua aproximação com os diversos setores da sociedade.

Um fator importante detectado nessa dinâmica de abertura de alguns cursos residiu na preocupação da Academia com a formação de professores para o sistema de educação básica e em adequar essa sua ação de preparação de profissionais às novas dinâmicas da sociedade. Foram observadas neste sentido manifestações, principalmente, no processo de criação do curso de Licenciatura em Física.

Por fim, uma observação deve ser registrada com relação aos dados que revelaram o grande esforço que a Universidade tem empreendido, ao logo desses anos, no sentido de diminuir e/ou anular a defasagem dos seus programas de ensino, em relação aos novos contextos sociais. Verifica-se que esta tem sido uma ação contínua, em todas as administrações da Universidade, apesar das infindáveis dificuldades, da complexidade da sua estrutura e da existência de inúmeros conflitos e tensões.

Vê-se que as lutas de muitos professores se colocavam como inadiáveis, servindo de estímulo para as outras áreas da Academia, como aconteceu com a criação do curso de Licenciatura em Física. É de se louvar o empenho, dedicação, sensibilidade e zelo ético desses

professores, dirigentes e coordenadores, inclusive, quando se levavam em conta questões muito sérias que envolviam o futuro das carreiras e da vida dos seus alunos.

4.3.2 A Universidade pública estadual

Conforme já mencionado, em capítulo anterior desta tese, que trata da evolução histórica da educação superior na Bahia, no final dos anos 60, quando em nível nacional, o crescimento das matrículas da rede de instituições federais e a expansão do setor privado davam novas características a esse sistema, o Estado da Bahia assumia uma singularidade com relação a esse aspecto, na medida em que o seu governo passava a empreender um movimento de expansão e interiorização da educação superior, como um traço marcante das suas políticas.

Esta postura política de desconcentração desse nível de educação no Estado começa, a partir de critérios estabelecidos no Plano Integral de Educação (1968), onde são demarcadas regiões geoeducacionais, que deveriam ser contempladas com determinadas ações de educação nos seus diversos níveis, conforme indicadores, principalmente, demográficos e econômicos. Dentro desta perspectiva, em 1968, é instalada a Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana, destinada a atender, em caráter prioritário, à demanda de formação de professores para o ensino fundamental, passando, neste mesmo ano, a oferecer o curso de Letras. Em 1970, esta faculdade passa a oferecer mais dois cursos, Estudos Sociais e Ciências, que, como o de Letras eram estruturados como licenciatura de curta duração (BAHIA/SEC. 1996).

Já, em 1969, por força da pressão local, ocasionada pela mobilização de intelectuais, lideranças políticas e comunitárias, o governo estadual autorizou a instalação da Fundação Universidade de Feira de Santana, em projeto aprovado pela Assembléia Legislativa e sancionado através da Lei Estadual de nº 2 784, de 24 de janeiro de 1970. Em 1972, a Faculdade de Educação é incorporada à Universidade recém-criada, dando início, a partir daí, o processo de autorização da Universidade, junto ao Conselho Federal de Educação, pleito concedido em 1976. De início, instalam-se cursos em áreas técnicas, voltados para o interesse regional (Tecnólogo em Construção Civil, Ciências Contábeis, Enfermagem Geral, Ciências Econômicas e Administração), além de conceder ênfase à formação de professores de 1º e 2º graus, considerando-se a carência da região e a tradição já estabelecida pela anterior Faculdade de Educação.

Em 1980, a Universidade é transformada em autarquia, de acordo com a Lei Delegada nº 12, do governo do Estado. Outra Lei Delegada, a de nº 67/83, deste mesmo governo, determina que a Autarquia Universidade de Feira de Santana passe a denominar-se Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (BAHIA/SEC, 1996 e UEFS, 2002).

Em 1986, acontece o reconhecimento global da UEFS, através da Portaria 874 de 19 de dezembro, do Ministério da Educação, com a qual esta Universidade ganha a plenitude institucional de autorizar seus próprios cursos e de registrar seus diplomas. A alteração dos cursos existentes e a ampliação do elenco inicial de cursos operam-se de forma gradual. Em 1981, cria-se o curso de Engenharia Civil, em substituição ao curso de Tecnólogos em Construção Civil. Entre 1986 e 1987, criam-se os cursos de Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia, extinguindo-se o de curta duração Licenciatura em Estudos Sociais. Criam-se, também, neste período, os cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Ciências Biológicas, extinguindo-se o de Licenciatura em Ciências. São, também, criados, entre 1986 e 1987, os cursos de Odontologia e de Licenciatura em Pedagogia (UEFS, 1996).

No ano de 2000, a Instituição oferecia 18 cursos, alguns desdobrados em licenciatura e bacharelado ou em algumas habilitações que, consideradas, individualmente, totalizavam 25 cursos. Destes, então, nove foram criados na década de 1990, os quais serão objeto de análise nesta tese (UEFS, 2001).

Em termos institucionais e organizacionais, a UEFS constitui-se de uma autarquia de direito público, vinculada à Secretaria da Educação do Governo do Estado da Bahia e possui uma estrutura em dois níveis de administração:

- Em nível superior, com órgãos deliberativos, a saber, o Conselho Administrativo – CONSAD, o Conselho Universitário – CONSU e o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. Ainda em nível superior, encontra-se a Reitoria, como órgão executivo, auxiliada pelos órgãos da administração básica.
- Em nível setorial, como órgãos executivos, existem as diretorias dos departamentos e exercendo função deliberativa, os conselhos dos departamentos e dos colegiados de cursos. Deste modo, as plenárias departamentais são órgãos deliberativos, no âmbito das respectivas unidades universitárias, em matéria administrativa e didático-científica. Integram-nas, todos os docentes lotados em cada departamento e uma representação discente. Os colegiados de curso são órgãos de deliberação e supervisão didático-pedagógica dos cursos, e sua composição compreende professores representantes do currículo mínimo e das disciplinas complementares obrigatórias dos cursos e membros da

representação estudantil. Por seu turno, os colegiados se vinculam diretamente à Reitoria (UEFS, 2002).

O modelo estrutural da UEFS é binário, portanto, posto que os departamentos, enquanto responsáveis pelo ensino, pesquisa e extensão, estão, diretamente, subordinados à Administração Central. Esta estrutura foi criada em 1982, nascendo dentro de uma nova perspectiva de organização universitária, que não se baseia em unidades de ensino, escolas ou faculdades, conforme a instituição pública federal, anteriormente, analisada. Assim, a UEFS conta com nove departamentos, que abrangem as grandes áreas de conhecimento. Estes, por sua vez, se dividem em menores células, que são áreas de conhecimentos mais delimitadas. A compreensão desta estrutura ajudará a analisar o processo de criação de cursos, nesta instituição.

Levando em conta o nosso interesse de estudo e as informações coletadas, ressalta-se que as idéias de abertura de novos cursos surgem, em geral, de iniciativas de professores ou grupo de professores, em geral, de forma articulada com setores da comunidade. Estas idéias, por sua vez, são levadas para a Reitoria, em forma de propostas, com alguns dados da realidade. Discutida a proposta e considerada a sua relevância, a Reitoria nomeia, através de uma portaria, uma comissão, para que sejam realizados os estudos sobre a necessidade social do curso e elaborado o seu projeto pedagógico, com a orientação e supervisão técnica da Pró-Reitoria de Graduação. Concluído o projeto, este é discutido e aprovado no conselho departamental e submetido à Câmara de Ensino de Graduação. Se aprovado, é apreciado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, para, depois ser encaminhado ao Conselho Universitário – CONSU, para a homologação.

Verifica-se, por outro lado, que a estrutura binária desta instituição, em termos gerais, facilita o processo da criação dos novos cursos. É importante frisar que o Conselho Estadual de Educação – CEE ou outra instância do governo do Estado não interfere nesse processo. O CEE irá se pronunciar no processo de pedido de reconhecimento do curso, procedimento este semelhante ao que desenvolve, hoje, o Conselho Nacional de Educação, para os cursos superiores das outras redes de ensino. Por sua vez, nenhuma instância do governo federal participa no processo de criação de novos cursos, nas universidades estaduais. Acrescenta-se que, no nível formal, para a abertura do curso de Direito, em 1998, houve a participação da sociedade civil, na medida em que o seu processo de autorização foi submetido à Ordem dos Advogados do Brasil, para o seu pronunciamento sobre a necessidade social do curso

O período em que se analisa a criação de cursos nesta Universidade, década de 1990, abrange, basicamente, dois reitorados, sendo que, durante o primeiro deles, nenhum curso foi

instaurado. Tratou-se de uma gestão iniciada em 1991, cuja característica principal significou o desenvolvimento de um processo de reestruturação da Instituição, em função das dificuldades sofridas no período anterior, decorrentes de sucessivas greves e da falta de recursos, que provocaram desdobramentos diversos. O reitorado de 1991 a 1995, portanto, teve como meta principal reestruturar a Universidade, montando infra-estrutura para o desenvolvimento das futuras atividades (JORNAL NOITE DIA, 2001).

É na gestão 1995/1999 e na que se segue, na atualidade, que se intensifica o processo de criação de novos cursos, sendo que algumas das propostas já vinham sendo germinadas e discutidas durante anos anteriores, conforme se verá, ao analisar cada curso, separadamente.

Ressalta-se que essa dinâmica torna-se mais evidente a partir da elaboração do Planejamento Estratégico Participativo, que a Instituição começa a elaborar, em 1995, inclusive, sob o estímulo de alguns documentos de avaliação, elaborados a partir de 1991, com a adesão, em 1993, ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, e concluído em 1994, com uma versão intitulada “A Universidade em Questão: Projeto de Avaliação Institucional” (UEFS, s.d.). Através destes documentos, a administração, dessa época, estabelece a sua missão e os princípios norteadores do seu plano de gestão, fixando como uma de suas metas, a de ampliar a sua função e a sua estrutura, procurando uma abrangência cada vez maior de suas ações. Assim, a Universidade passa a analisar a possibilidade de implantação de novos cursos de graduação, em função de demandas formalizadas pela comunidade.

Vale registrar que, quase todos os departamentos foram contemplados, com a criação de, pelo menos, um curso, a partir de 1997 até o final da década⁵ A seguir, o quadro demonstra a distribuição dos cursos estudados, segundo ano de criação, departamento e tipo de carreira ou área de formação, de acordo com a classificação de cursos elaborada nesta tese.

⁵ Os dados coletados sobre os processos de abertura desses cursos foram extraídos de publicações divulgadas pela Universidade, dos processos originados dos projetos de criação constantes nos arquivos da Reitoria e de entrevistas feitas a ex-dirigentes e servidores da Instituição.

Quadro II – Cursos criados na Universidade Estadual de F. de Santana, de 1992 a 2000

Cursos estudados	Criação	Departamento	Carreira ou área de formação
Lic. em Educação Física	1997	Saúde	Lic. C. Humanas ou Humanidades
Licenciatura em Física	1997	Física	Lic. Ciências Exatas e Naturais
Lic. em Letras/Espanhol	1997	Letras e Artes	Lic. C. Humanas ou Humanidades
Direito	1998	C. S. Aplicadas	Profissões Liberais
Engenharia de Alimentos	1999	Tecnologia	Prof. p/ a indústria e setor primário
Ciências Farmacêuticas	1999	Saúde	Profissões Liberais
Lic. em Ed. Fundamental	1999	Educação	Lic. C. Humanas e Humanidades
Bel. em C. Biológicas	1999	C. Biológicas	Bel. em Ciências Exatas e Naturais
Bacharelado em Física	1999	Física	Bel. em Ciências Exatas e Naturais

Desta forma, utilizando a classificação de cursos por carreiras ou área de formação, podemos considerar que a UEFS amplia, basicamente, a sua oferta, neste período, dirigida à formação de estudantes nas profissões liberais (Direito e Farmácia) à formação de professores para a Educação Básica e para a graduação de bacharéis nas várias áreas do conhecimento.

Em termos gerais, as informações coletadas demonstraram o esforço que a Universidade vem desenvolvendo a partir da elaboração do seu Planejamento Estratégico, para ampliar a sua oferta, com novos cursos. Pelos seus projetos, percebe-se que eles nascem sintonizados com a missão e os princípios norteadores da política estabelecida em nível sistêmica e a integração dos objetivos ensino, pesquisa e extensão; a partir das reflexões sobre as necessidades da região onde a instituição está inserida; e da articulação que a Universidade estabelece com os setores da sociedade. A análise da criação de alguns desses cursos vai ilustrar estes aspectos. Por outro lado, observa-se que a criação de novos cursos na UEFS denota o grau de autonomia que caracteriza esse processo, com relação às instâncias de poder, no nível estadual e no nível federal.

Por seu turno, o processo de abertura desses cursos é facilitado pela pequena dimensão da Instituição, pela simplicidade da sua estrutura e pela integração entre os níveis da administração. Sobre isto, vale ressaltar que, aceitas as propostas, no nível da Reitoria, os trabalhos de elaboração dos projetos são realizados sob a coordenação da Pro-Reitoria de Graduação, conforme já assinalado, cujo titular é o Presidente da Câmara de Graduação, onde o mesmo será analisado. Deste modo, a supervisão técnica sobre o cumprimento dos requisitos legais e técnicos (currículo mínimo, diretrizes curriculares, princípios da LDB e resoluções dos Conselhos Estadual e Nacional de Educação) é feita nesta Pró-Reitoria, juntamente com as comissões responsáveis pela elaboração. Neste sentido, não existe na UEFS um órgão técnico na sua burocracia que se incumba, de analisar e dar parecer sobre os projetos, conforme acontece na universidade, anteriormente, analisada. Em geral, os projetos

apresentavam: apresentação, justificativa, com necessidade social do curso e sua relevância econômica, concepção, com fundamentação legal e filosófica, objetivos e perfil profissional dos egressos. Todo esse trabalho era feito na sua Pró-Reitoria de Graduação, ao tempo da construção dos projetos. Por outro lado, no nível das decisões colegiadas, normalmente, os professores que analisavam os projetos na Câmara de Graduação, também, participavam das discussões dos mesmos, no CONSEPE.

Em termos de obstáculos para a concretização das propostas, as informações coletadas apontam, apenas, o receio de alguns docentes, quanto à efetiva possibilidade de garantir-se a infra-estrutura dos novos cursos, principalmente, em relação a laboratórios e contratação de professores, já que a Universidade é mantida pelo governo estadual. A abertura de novos cursos, por conseguinte, vai implicar em maiores aportes de recursos orçamentários desse governo. São colocações que têm sido feitas mais próximas aos dias atuais, quando estão sendo sentidas algumas dificuldades de infra-estrutura detectadas nos semestres mais adiantados dos cursos que estão sendo criados. Quanto à contratação de professores, as informações dão conta de que a Universidade tem a autonomia de realizar concursos públicos para o seu quadro docente, desde que não ultrapasse o limite já estipulado por lei, para a Instituição. No entanto, sendo mantida, financeiramente, pelo Governo do Estado, o trato desta questão irá depender, em princípio, de negociações dos seus dirigentes com representantes desta instância de poder. No entanto, este aspecto não tem sido entrave para a criação de novos cursos, embora tem-se constatado, nos últimos concursos realizados, o baixo número de candidatos inscritos nos concursos públicos para docentes, conforme informações coletadas.

Depois destas considerações iniciais sobre o histórico, a estrutura organizacional, sobre aspectos gerais da política de expansão da oferta da Instituição e sobre o processo decisório que caracteriza o surgimento de novos cursos, a análise atenta-se para as outras questões estabelecidas, metodologicamente, para esta fase da pesquisa, no que concerne aos cursos criados pela Instituição, na década de 90. Examinaremos, então, a seguir, as razões que levaram as escolhas dos cursos, os cenários e justificativas que compunham seus projetos, para demonstrar a necessidade de sua implantação, bem como as expectativas dos seus coordenadores, frente à situação de funcionamento dos mesmos, no momento da coleta de dados, tendo como referência cada um deles, na ordem cronológica em que foram implantados.

a) Curso de Licenciatura em Educação Física.

Segundo o projeto elaborado, a Reitoria constituiu em 30.05.95 a comissão de implantação do curso, com o fim de proceder aos estudos de necessidade e viabilidade. Com base no diagnóstico da realidade realizado sobre as escolas do município com dados da DIREC-02 – Feira de Santana, chegou-se à conclusão da necessidade do curso. As escolas contavam com 224 professores realizando trabalhos de forma precária, sem a formação técnica, nem conhecimentos adequados ao perfeito desenvolvimento da atividade. Desses professores, 42 possuíam graduação, sendo que, somente, 14,7% eram licenciados em Educação Física. Desta forma, a Educação Física desenvolvida na região, não atendia às reais necessidades da educação, em função do descompasso entre esta prática e o desenvolvimento acelerado das ciências básicas e aplicadas e de outras áreas do conhecimento técnico-científico, ligado a esta área. O projeto apontava que o Estado da Bahia possuía apenas três instituições que ofereciam cursos desta natureza e que a implantação do curso iria suprir as dificuldades quanto à realização de atividades e eventos que visassem a promover a atualização e reciclagem dos profissionais da área, não só aqueles que desenvolviam atividades na rede de ensino, como nas academias (UEFS, 1995a).

Buscando dar suporte à elaboração do projeto, a comissão consultou diversas grades curriculares de cursos existentes em outras instituições e visitaram instalações das universidades do Estado que oferecem este curso. Também participou do I Seminário de Educação Física, em Salvador, e promoveu o Seminário de Educação Física, na região. Com isto estabeleceu como objetivos do curso: formar profissionais em Educação Física, voltados para o desenvolvimento de ações integrativas bio-socio-culturais; promover a qualidade do ensino da Educação Física na região; subsidiar os alunos com relação aos conceitos e técnicas, que permitissem melhor atuação nas modalidades da Educação Física; possibilitar a qualificação dos professores que já atuam na região; e propiciar o desenvolvimento de atitudes éticas, reflexivas, críticas e democráticas entre os estudantes (UEFS, 1995a).

b) Curso de Licenciatura em Física.

Em 1983, um seminário sobre a melhoria do ensino de Ciências em Feira de Santana, revelou apenas um professor com habilitação para lecionar Física no 2º grau (licenciado em Eletrônica, pelo CETEBA). Com o objetivo de implementação do curso, o Conselho Departamental de Ciências Exatas formou uma comissão encarregada de realizar estudos de

viabilidade. Esta comissão aplicou, em 1989, questionário diagnóstico nas escolas da região que lecionam Física, para coletar dados sobre a demanda e qualificação dos professores. Constatou que dos 37 investigados, somente cinco possuíam graduação em Física, sendo quatro licenciados e um bacharel. Dezenove haviam concluído a licenciatura em Ciências em curta duração, na UEFS. Destes, onze haviam concluído a habilitação plena em Biologia e quatro, a habilitação plena em Matemática. Foram, também, encontrados cinco professores engenheiros, um agrônomo e um odontólogo. Constatou-se, então, a grande distorção na habilitação dos professores da rede de ensino pública, nesta área. Foram feitos os cálculos das necessidades de professores qualificados e habilitados para lecionar nas escolas existentes na região. Verificou-se que a UFBA vinha formando poucos professores para esta área de ensino. Através de um levantamento junto ao colegiado de Física da UFBA, verificou-se que de 1975 a 1990 (15 anos), esta Universidade licenciou apenas 77 professores, o equivalente a cerca de cinco professores/ano. Deste total, só a Escola Técnica Federal da Bahia havia admitido 20 professores, ficando 57 para todo o Estado. Comparando o número de professores habilitados para lecionar Física, em Feira de Santana, com a demanda de alunos matriculados na grande Feira de Santana, seriam necessários dezenas de anos para chegar a uma proporção normal de professores de Física, para atender ao ensino desta matéria, nessa região. Chega-se, então, à conclusão sobre a necessidade real de implantação do curso. Elaborou-se a estrutura curricular, tomando como referência o currículo do curso da UFBA e o da USP. A área de Física constituiu uma comissão para atualizar e adequar a proposta às especificidades da região e para acompanhar a tramitação do projeto nos conselhos superiores. O curso foi implantado no 1º semestre de 97, autorizado pela Resolução 08/96 do CONSEPE (UEFS, 1995b).

c) Curso de Licenciatura em Letras/Espanhol.

O curso de Letras foi criado, na UEFS, desde a fundação da Faculdade de Educação. Inicialmente, como Licenciatura Curta, foi, posteriormente, plenificado, sendo oferecida uma modalidade de Letras Vernáculas e outra de Letras, com Estrangeiras, ora ofertado com habilitação única (língua estrangeira), ora com dupla habilitação (língua estrangeira e língua portuguesa e respectivas literaturas), em função de alterações curriculares ocorridas ao longo de todo este período. Contudo, em todos os momentos, as opções de língua estrangeira restringiam-se ao Inglês e ao Francês (UEFS, 1997a).

Em agosto de 1997, o Departamento de Letras e Artes da UEFS nomeia uma comissão, com vistas à elaboração do projeto de implantação do curso de Letras/Espanhol. Desde o início, a comissão entendeu que deveria ser oferecido o curso com dupla habilitação (língua portuguesa e respectivas literaturas e língua espanhola e respectivas literaturas). Vale ressaltar que a esta época, os cursos de língua estrangeira (Inglês e Francês) eram oferecidos na UEFS, apenas com uma habilitação. A criação do curso de Espanhol motivou uma nova alteração curricular nos mesmos, que voltaram a oferecer dupla habilitação (estrangeiras/português).

Justificou-se a criação do curso, por ser, a língua espanhola, a quarta língua do mundo em número de falantes, a segunda língua, como veículo de comunicação internacional e a primeira língua neolatina mais falada no planeta. Outro fator, citado como de fundamental importância, foi a existência de grande número de publicações neste idioma, como obras literárias, científicas e periódicos diversos, cujo acesso poderia levar o Brasil a suprir a falta de livros especializados, no caso, importando estas publicações de países de língua espanhola. Observou-se, ainda, que a integração dos países do Cone Sul, estava gerando o crescente interesse pela língua espanhola no Brasil, propiciando não só o intercâmbio econômico, mas, também, o lingüístico-cultural (UEFS, 1997a).

Em Feira de Santana, observou-se, também, que diversos cursos, inicialmente, de língua inglesa, passaram a oferecer o ensino de espanhol, ampliando, assim, o mercado de trabalho, nesta área. Além disso, algumas escolas, principalmente, escolas particulares, passaram a colocar esta língua, como opção de estudo no ensino médio, atendendo ao previsto na LDB. À época de sua implantação, existiam, apenas, duas instituições de educação superior com a oferta deste curso, na Bahia: a UFBA, em Salvador e a UESC em Ilhéus (UEFS, 1997a).

d) Curso de Direito

Segundo o projeto, dentro das suas expectativas contidas no Plano Estratégico de ampliar a sua função e estrutura, a UEFS vinha propondo a análise da possibilidade de implantação de novos cursos, dentre eles o de Direito. Com isto, a Reitoria constituiu uma comissão de implantação do curso, com a colaboração de professores da instituição e de outras instituições. Com base no diagnóstico da realidade do município, obtiveram os subsídios confirmadores da necessidade do curso, utilizando como indicadores a alta relação candidatos/vaga, dos cursos existentes no Estado, oferta concentrada em Salvador e na UESC,

incremento populacional, situação propícia de Feira de Santana, como ponto de convergência regional, existência de estrutura e professores qualificados na instituição e grande massa de jovens sem acesso ao ensino superior. Observou-se um grande número de estudantes da região que buscavam este curso na capital do Estado, sendo, portanto, obrigados a se afastarem de sua cidade. Com a OAB – Secção Feira de Santana, obteve-se informações sobre os quantitativos de profissionais existentes e órgãos demandantes na região, além do apoio formal para a abertura do curso. Para a elaboração da proposta, a comissão estudou várias grades curriculares de cursos do País, além de promover debates na região com profissionais, chegando à apresentação da proposta preliminar aos Conselhos Superiores da Universidade (UEFS, 1997b).

A proposta do curso, segundo o projeto, estava, historicamente, vinculada à forma como se deu o processo de interiorização da educação superior na Bahia, resultado da política empreendida pelo Estado, a partir dos anos 70, para atender a necessidade de profissionais qualificados, para o desenvolvimento industrial, à necessidade de expansão da rede pública estadual e à necessidade de se dar respostas às pressões da comunidade, em prol da desconcentração da educação superior no Estado. Dessa iniciativa, resultou a criação de três universidades no interior e uma na capital. De todas elas, apenas a UESC oferecia o curso de Direito, com uma oferta anual de 100 vagas e uma relação candidatos/vaga de 23,44 e 18,47 nos últimos dois anos (UEFS, 1997b).

O projeto justificava a implantação do curso, com os seguintes fatores: o processo de interiorização do ensino superior não favoreceu a ampliação do curso de Direito, no Estado; As vagas existentes na UESC tinham efeito localizado, tendo em vista a sua localização, em Ilhéus, distante de muitos municípios do Estado; As famílias da região não se encontravam em condições socioeconômicas para enviar seus filhos para o estudo fora do município; a região experimentava um forte incremento demográfico; pressão da comunidade local e regional para a abertura do curso; situação de Feira de Santana, como ponto de convergência de várias regiões e com infra-estrutura suficiente, que facilitava a implementação do curso; existência da UEFS, como instituição credenciada pelo MEC, com infra-estrutura, planos de investimento e expansão, inserção na comunidade, com docentes qualificados. O projeto, ainda, apontava a existência de uma massa de jovens sem acesso ao ensino superior. Por outro lado, números registrados na OAB davam conta da insuficiência de profissionais, levando em conta a população do Estado e o número de órgãos existentes (UEFS, 1997b).

Além disto, no plano filosófico e técnico, o projeto argumentava que as alterações no campo do Direito, como as reformas constitucionais e a nova ordem mundial, colocavam

questões substantivas como, segurança jurídica, democracia participativa, novo reordenamento legal, e colocavam desafios para os operadores do Direito, em todos os níveis, estando a exigir uma atualização e reciclagens vigorosas dos atores jurídicos, a reestruturação dos cursos existentes e a implantação de novos, sintonizados com a nova realidade social e jurídica (UEFS, 1997b).

e) Curso de **Engenharia de Alimentos**

Segundo o projeto, a UEFS se constituía como uma instituição com forte identificação regional, caracterizando-se como pólo dinamizador das ações públicas na região. Neste contexto, a produção e transformação de alimentos apresentava-se como uma questão estratégica, vinculada ao desenvolvimento econômico e social da região e do País. Desde algum tempo havia sido diagnosticada a necessidade urgente de a UEFS desenvolver atividades, neste campo do conhecimento aplicado. Em outubro de 1992, a Superintendência do Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia - SUDIC, o Centro Industrial de Feira de Santana - CIFS, o Centro Industrial do Subaé - CIS e a UEFS, firmaram convênio para a implementação de projeto de pesquisa, sobre as potencialidades regionais neste campo, que foi desenvolvido pelo Centro de Pesquisa, ligado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UEFS. Em dezembro de 1993, foi publicado o relatório final desta pesquisa, onde constava que a região possuía potencial para sediar um pólo agro-alimentar, pelas condições estruturais presentes, enfatizando a importância da UEFS para trazer benefícios para a alavancagem deste pólo, quer com cursos de complementaridade *lato sensu*, quer com a formação de técnicos de nível superior de Engenharia de Alimentos. Constatou-se que, dos 20 cursos existentes no País, somente dois se situavam no Norte e Nordeste. A partir daí, a UEFS, de forma não sistemática, começa a discutir a questão até que, em julho de 1997, é constituída uma comissão multidisciplinar, para promover estudos de viabilidade do curso. Esta comissão estudou o funcionamento de cursos já existentes no País, e realizou um seminário em outubro de 1997, para a discussão e obtenção de subsídios para a elaboração do projeto. Com um professor visitante no Departamento de Tecnologia, iniciou-se a elaboração do projeto, que foi encaminhado à apreciação dos conselhos superiores da Instituição. Foi, então, considerado o grande potencial da região para a produção de alimentos, a expansão deste setor industrial e, em paralelo, a existência de pequenos pontos de produção de alimentos, de forma artesanal, necessitando de uma otimização dos processos (UEFS, 1999a).

Como justificativa, o projeto argumentava que, a partir dos anos 80, a UEFS estava buscando uma identidade própria, querendo integrar ensino, pesquisa e extensão, em resposta ao desafio de se transformar em universidade comprometida e integrada com a sua região, absorvendo assim cinco áreas do conhecimento. Com isso, procurava diversificar e fortalecer as suas ações, considerando o processamento industrial de alimentos uma questão estratégica para o desenvolvimento da região. Desta forma, o curso iria dar um suporte para o avanço, no sentido de qualificar a instituição para o atendimento a essas demandas (UEFS, 1999a).

f) Curso de Ciências Farmacêuticas

Para o projeto, uma das metas da UEFS era produzir e difundir conhecimento para a melhoria de qualidade de vida da população da região. No entanto, somente três cursos, até então, estavam alocados na sua área de Saúde. Buscando valorizar esta área, a Instituição, através da sua administração superior, instituiu em 1998, uma comissão de implantação do curso de Farmácia. Esta comissão realizou estudos de viabilidade e realizou um seminário para os debates. O projeto justificava a necessidade do curso, chamando a atenção para a carência de cursos dessa natureza no Brasil. Dos 59 existentes, 8 se localizavam no Nordeste. O Estado da Bahia tinha, apenas, um curso e a relação candidatos/vagas era alta, sendo que havia uma alta proporção de candidatos que se inscreviam nos vestibulares da UFBA, provenientes da região de Feira de Santana. Informações do Conselho Regional de Farmácia do Estado acusavam a carência de farmacêuticos, principalmente, considerando o montante da população do Estado (UEFS, 1998).

A comissão, então, propõe o curso para formação de farmacêuticos, comprometidos com a função social e engajados no contexto multiprofissional da Saúde. O curso deveria atender às atividades fim da UEFS – ensino, pesquisa e extensão – e deveria implantar, gradativamente, as seguintes carreiras: Farmácia Clínica Industrial; Farmácia Bioquímica – Análises Clínicas e Farmácia Clínica – Alimentos (UEFS, 1998).

g) Cursos de Licenciatura para o Ensino Fundamental – Séries Iniciais

Como cenário para justificar a abertura destes cursos, o projeto, assim, se posicionava. Situada no interior da Bahia, numa cidade que chama a si toda uma região geoe educacional, a Universidade Estadual de Feira de Santana vinha, desde a sua origem, preocupando-se com a problemática educacional circundante e, ao longo da sua história, principalmente nos últimos

dez anos, tinha desenvolvido atividades para a melhoria do ensino nos diversos níveis. A formação adequada dos profissionais que atuam nestas escolas deveria ser uma preocupação constante, considerando-se que a inadequação desta formação tende a gerar um círculo vicioso de má qualidade, envolvendo ensino fundamental, médio e superior (UEFS, 1999b).

Pesquisa realizada, em 1998, entre escolas da região, bem como dados oriundos de organismos federais, mostravam que a região possuía um dos menores índices de professores licenciados, atuando na rede escolar. Até então, as licenciaturas oferecidas na UEFS, atendiam, basicamente, ao ensino médio e ao ensino fundamental de 5a à 8a série (UEFS, 1999b).

O projeto ressaltava que informações disponíveis no IBGE, referentes ao ano de 1996, permitiam a constatação, na microrregião de Feira de Santana, de uma quantidade de, pelo menos, 3.330 professores sem a formação adequada para o exercício do magistério, no ensino fundamental. Essas referências numéricas, cuja magnitude deveria ser maior, considerando-se que os dados eram de 1996, justificaram a necessidade de buscar-se soluções alternativas para a formação desses profissionais.

A Universidade Estadual de Feira de Santana, como instância formadora de professores desde os seus primórdios, buscou então interagir com as prefeituras municipais, no sentido de aumentar, progressivamente, o número de professores, em exercício, com título universitário. Nesse sentido, avançando em suas propostas, e visando o atendimento à exigência da LDB, a UEFS propôs, para 1999, a implantação do Curso Licenciatura para o Ensino Fundamental - Séries Iniciais (Licenciatura Plena), que permitiria, efetivamente, a melhoria da experiência vivenciada em sala de aula (UEFS, 1999b).

O curso de licenciatura seria destinado a candidatos que fossem profissionais do ensino fundamental e que estivessem atuando nas quatro séries iniciais do ensino fundamental público. A proposta seria a de oferecer 80 vagas, em Feira de Santana, e 40 vagas, no Município de Santo Amaro, onde funciona um Campus Avançado da UEFS. A oferta neste local, visava possibilitar uma melhor expansão do ensino superior, notadamente nesta área, com um menor custo de implantação para a Instituição e para o Estado, visto que ela possui uma organização administrativa menos burocrática (UEFS, 1999b).

h) Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas

Inicialmente, oferecido na modalidade de Licenciatura Curta em Ciências (1976), depois plenificado, em 1987, o curso foi desmembrado, dando origem as licenciaturas em

Matemática e em Ciências Biológicas. Observou-se, entretanto, que a sociedade exigia um outro tipo de profissional; o compromisso com a região, e com a qualidade de formação de seus profissionais, levou a UEFS, através do Departamento de Ciências Biológicas, a elaborar o projeto de implantação do Bacharelado em Ciências Biológicas, em 1996 (UEFS, 1996).

Para o projeto, o referido departamento apresentava, à época, suficiente capacidade instalada para a sua implantação, não só em massa crítica (professores titulados), como, também, em grupos e linhas de pesquisas consolidadas. Assim, possuía um dos maiores índices de titulação docente e de realização de pesquisas dentro da UEFS, com diversas ações integradas com o CNPq.

Desta forma, a implantação da modalidade Bacharelado, constituía-se como importante fator para a consolidação da produção intelectual do departamento, não, somente, com o aumento da produção científica, mas, também, para a preparação dos alunos nas atividades de investigação científica, formando biólogos aptos a prosseguir nos estudos de pós-graduação. Neste sentido, destaca-se a oferta recente do Mestrado e Doutorado em Botânica, pelo Departamento, além de inúmeros cursos *lato-sensu*, em áreas diversas das Ciências Biológicas (UEFS, 1996).

i) Curso de Bacharelado em Física

A área de Física da UEFS, quando elaborou, em maio de 1996, a 3ª edição do Plano de Capacitação e Atividades Docentes, propôs a implantação de um curso de Bacharelado em Física. Objetivando a implementação daquela ação, o grupo de professores desta área, em reunião de 08.05.97, após discutir sobre a importância da Física no desenvolvimento científico e tecnológico da região do Semi-Árido baiano, indicou uma comissão para elaborar o projeto do curso. Esta ação foi incorporada ao Planejamento Estratégico da UEFS. O projeto partia das seguintes considerações: a UEFS deveria ser capaz de oferecer ensino de qualidade, indissociavelmente, vinculado à pesquisa e à extensão e uma produção acadêmica científica, técnica, literária, artística e cultural, que contribuísse para uma melhor qualidade de vida da população regional e nacional; a Universidade era uma instituição pluridisciplinar, de formação de quadros profissionais superiores e de domínio e cultivo do saber humano, sendo que a ciência básica é um dos pilares sobre o qual deve estar assentado o desenvolvimento científico e tecnológico de uma região (UEFS, 1997c).

O curso teria como objetivos: a) propiciar o estabelecimento do ambiente acadêmico necessário à plena atuação dos docentes de Física; b) possibilitar o surgimento de bolsistas de

projetos de extensão em Física – elemento indispensável para a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; c) contribuir para o aumento da produção acadêmico-científica, na medida em que, no seio do ambiente acadêmico, fluíssem discussões e intercâmbios de idéias, acerca das questões básicas que norteiam a Física; d) somar aos cursos já existentes, na busca da consolidação da pluridisciplinaridade de formação dos quadros profissionais superiores; contribuir para que a região do Semi-Árido baiano venha a ter um desenvolvimento científico e tecnológico autônomo e independente (UEFS, 1997c).

Sendo a região de Feira de Santana muito carente, e considerando que uma das funções da Universidade é a de formar profissionais, para atender às exigências da comunidade da região, uma das grandes preocupações estava relacionada com o oferecimento de cursos, que viriam modificar o atual estágio de desenvolvimento de sua comunidade. O curso iria suprir a falta de especialistas para atuar em diversas áreas de Física, como Energia Alternativa, Física Médica, Astronomia e nos setores das indústrias. Por outro lado, estudos da Sociedade Brasileira de Física tinham demonstrado a carência de físicos doutores no Brasil. Na Bahia, também, o número desses profissionais era pequeno. Considerando que o curso de Licenciatura, no futuro, serviria de base para a qualificação na área de ensino, seria necessária a existência de um curso de bacharelado, para qualificação em outras áreas, com perspectivas de que seus graduados viessem a capacitar-se em outras instituições do País, retroalimentando a sociedade de Feira de Santana, com profissionais, altamente, capacitados (UEFS, 1997c).

- Expetativas dos coordenadores dos cursos analisados, considerando as metodologias e conteúdos que estão sendo trabalhados e o cenário socioeconômico da atualidade.

Para o coordenador do curso de **Licenciatura em Física**, o curso corresponde às expectativas do projeto para o qual foi criado. Entretanto, o currículo carece de modificações. À época da elaboração, foi a melhor construção. Mas, após cinco anos de caminhada, observando melhor as modificações do alunado, do corpo docente, da infra-estrutura e, também, as políticas educacionais expressas nas resoluções e diretrizes, verifica-se que o projeto inicial necessita de pequenos ajustes, de maneira a melhor se enquadrar às necessidades de formação do profissional.

O coordenador do curso de **Licenciatura em Letras/Espanhol** faz uma avaliação, tomando como referências as licenciaturas em Letras, em geral, da Universidade. Para ele, em

termos gerais, as expectativas dos projetos de criação desses cursos têm se concretizado. Desde a implantação do curso de Letras, na antiga Faculdade de Educação, o curso vem formando profissionais que vêm atuando no mercado de trabalho. Segundo ele, não deixa de existir uma separação entre o perfil do alunado que é formado e o perfil ideal. Muitas vezes, em discussões no Colegiado, tem-se questionado que o período de quatro anos é pouco tempo para formar, adequadamente, um professor de Língua Portuguesa ou de língua estrangeira. Por outro lado, tem-se percebido uma quantidade cada vez maior de alunos formados que têm retornado para cursos de especialização e mestrado, tentando aprimorar, assim, a sua formação. Para o coordenador, o currículo tem de ser, freqüentemente, avaliado e atualizado. No caso do curso de Letras/Espanhol, processa-se, no momento, uma revisão no currículo, tentando torná-lo mais atual e mais eficiente.

O coordenador do curso de **Ciências Farmacêuticas** observa que o mesmo se encontra no sétimo semestre, faltando três para conclusão da primeira turma. Por conta disto, seria necessário um tempo maior para uma avaliação. No entanto, pode-se afirmar que o Colegiado vem cumprindo a filosofia proposta no projeto de criação. Para ele, o currículo proposto teve o cuidado de priorizar várias matérias/disciplinas e estágios que reforçam a formação específica do profissional farmacêutico, fornecendo, assim, embasamento sólido para sua efetiva contribuição na sociedade, como profissionais competentes e comprometidos com a provisão.

A coordenadora do curso de **Bacharelado em Biologia** considera que ele corresponde às expectativas do seu projeto original. Para ela, o curso está estruturado dentro da filosofia do aprender a aprender. Seus resultados estão sendo revelados no desempenho dos seus egressos em cursos de pós-graduação *stricto sensu* na Bahia e Brasil, e no índice de ex-alunos aprovados em concursos públicos.

Sob o prisma da coordenação do curso de **Bacharelado em Física**, as expectativas do projeto de criação vêm sendo cumpridas. E faz sua apreciação de forma conjunta com a do curso de Licenciatura em Física, quando admite a necessidade de que sejam realizados alguns ajustes no seu currículo para melhor adequá-lo às necessidades da realidade.

A descrição dos processos de criação dos cursos na década de 90, na UEFS, permite desenvolver algumas considerações sobre os fatores que concorreram para o surgimento de novos cursos nesta Instituição. Em primeiro lugar, pode-se perceber que os cursos nasceram, nesta década, no bojo de uma proposta institucional, cujos princípios norteadores serviram de referência para a formulação das propostas. Em quase todos os projetos analisados, estão sempre claras as referências à missão da Universidade e o compromisso tácito da comunidade

acadêmica em fortalecer a identidade regional da Instituição, caracterizando-a como pólo dinamizador das ações públicas na região. Neste sentido, os projetos sempre recorrem à necessidade de a Universidade contribuir para o desenvolvimento da região do Semi-Árido baiano. Os projetos dos cursos de Engenharia de Alimentos e os das licenciaturas para as diversas áreas de ensino revelam bem esse compromisso com relação às questões regionais e essa determinação em se constituir, a Universidade, uma instituição líder regional. Suas ações, nesta direção, demonstram o grau de entrosamento e aproximação com a Comunidade, que caracteriza o planejamento da ampliação de sua oferta. A concepção dos cursos de Direito, Engenharia de Alimentos, Ciências Farmacêuticas, mostra a articulação que esta Universidade estabelece com os setores da Comunidade. Por outro lado, as metas ligadas à produção e difusão do conhecimento, fixadas no Planejamento Estratégico, delineando uma estratégia de articulação dos objetivos de ensino, pesquisa e extensão estão demarcadas e perseguidas com a proposição da criação dos cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento, na medida em que os departamentos fazem suas proposições. Os cursos de bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Física e Engenharia de Alimentos, nas suas justificativas, argumentam a necessidade de desenvolver capacidades na produção e difusão do conhecimento que possam reverter em benefícios para a população. Neste sentido, verifica-se que as ações de pesquisa e extensão, desenvolvidas nos departamentos, significaram estímulos para a proposta dos novos cursos. Deve-se atentar, por outro lado, que o tamanho da Instituição, o seu modelo de organização institucional, com uma estrutura binária e ênfase mais centralizada, em termos dos processos decisórios, assim como a existência do plano de gestão, elaborado no meado da década, constituíram-se em fatores facilitadores do processo de expansão dos seus novos cursos.

Conclui-se, assim, a análise da criação de cursos nas duas instituições de educação superior públicas selecionadas, que foram criadas antes da década de 1990, uma, mantida pelo governo federal, e localizada na capital e a outra, mantida pelo governo estadual, e localizada no interior do Estado.

A análise agora se dirige para a criação dos cursos em duas instituições de educação superior privadas, uma universidade e uma faculdade. No caso da primeira, constituída universidade em 1997, no entanto, derivada de faculdades integradas já existentes e, no caso da segunda, credenciada no ano de 1997, ambas localizadas na capital do Estado.

4.3.3 A universidade particular

A Universidade Salvador – UNIFACS teve a sua origem com a criação da Escola de Administração de Empresas da Bahia, instituição de educação superior particular, criada em 1972, por iniciativa de professores das universidades locais, que haviam concluído curso de Mestrado, fora do País, nesta área. Em 1980, a instituição, buscando modernizar o seu ensino e avançar suas ações, também, na área tecnológica, passa a oferecer o curso de Tecnologia em Processamento de Dados. Em 1990, na perspectiva de ampliar suas ações de ensino, implanta mais três cursos: o de Comunicação Social, em habilitação em Relações Públicas, o de Ciências Contábeis e o de Ciência da Computação, com ênfase em Análise de Sistemas, quando o seu nome é mudado para Faculdades Salvador- FACS. Neste mesmo ano, os seus mantenedores, após ouvirem especialistas da área de educação e imbuídos do interesse e entusiasmo de criar uma nova universidade, no Estado da Bahia, contando com o apoio de sua comunidade interna, decidiram pela transformação das Faculdades, em Universidade. Para tanto, em 1992, a Instituição dá entrada no, então, Conselho Federal de Educação de uma Carta Consulta, pleiteando esta transformação, solicitação aprovada em fevereiro de 1993, iniciando, a partir daí, o desenvolvimento do projeto, que deu origem à Universidade. Em 1994, mais quatro cursos foram autorizados, visando alcançar o requisito de universalidade de campos. A legislação exigia, para a transformação em universidade, que os cursos contemplassem as áreas básicas do conhecimento. Foram, então, criados os cursos de Ciências Sociais, com ênfase em Consultoria, Planejamento e Pesquisa Sociológica, Educação Artística, com ênfase em Computação Gráfica, Letras, com Português/Inglês e ênfase em Tradução e Matemática, com ênfase em Informática, todos com habilitação em licenciaturas plenas e bacharelados, estes guardando uma identidade com a sua vocação institucional para as áreas gerencial e tecnológica. Em 1996, passam a ser oferecidos, nesta Instituição, os cursos de Direito e Turismo. Em setembro de 1997, a UNIFACS é credenciada pelo MEC, como universidade e nela são implantados mais dois cursos: Administração, com habilitação em Comércio Exterior e Ciências Econômicas, com ênfase em Economia Empresarial. Outros cursos foram criados, alguns decorrentes de projetos antes encaminhados ao MEC para autorização, antes de se tornar universidade e outros, já utilizando da prerrogativa garantida pela legislação de implantar seus próprios cursos, totalizando, no ano de 2000, sua oferta, em 21 cursos de graduação. Na década de 1990, foram implantados 17 novos cursos, conforme a distribuição a seguir, agrupados conforme a classificação de cursos por carreira ou áreas de trabalho (UNIFACS, s.d.).

Estes cursos cobrem, praticamente, toda a tipologia de cursos desenvolvida nesta tese, com exceção da categoria relativa às profissões especializadas para o setor Saúde. Chama a

atenção, por outro lado, o número de cursos criados para as novas áreas de trabalho, como novas alternativas de oferta do ensino de graduação no Estado, seguindo as tendências contemporâneas, analisadas neste documento.

Quadro III – Cursos criados na UNIFACS, de 1992 a 2000

Tipos de carreira ou área de trabalho	Cursos criados na década de 1990
Profissões Liberais	Direito
	Engenharia Civil
	Arquitetura
Profissões para o setor primário e secundário	Engenharia Elétrica
	Engenharia Mecânica
	Engenharia Química
Profissões para Administração Economia e Comércio	Ciências Contábeis
Profissões especializadas para o setor Saúde	-
Bacharelado em Ciências Exatas ou C. Naturais	Ciência da Computação
Bacharelado em Ciências Humanas, Filosofia ou Letras	Ciências Sociais
	Psicologia
Profissões para as Artes	Educação Artística
Licenciatura em C. Exatas ou C. Naturais	Licenciatura em Matemática
Licenciatura em C. Humanas ou Humanidades	Licenciatura em Letras
Graduação em serviços específicos em novas áreas	Comunicação/Relações Públicas
	Administração/Comércio Exterior
	Turismo
	Administração/Hotelaria

Outra observação, digna de nota, diz respeito à abertura de cursos na área das engenharias, voltados para as profissões que atendem ao setor secundário da economia, se considerarmos as tendências de diminuição da oferta de ensino para as profissões voltada para esse setor, registradas com os dados quantitativos, analisados em capítulo anterior desta tese. Todos estes cursos são oferecidos na cidade de Salvador, em três campi: Federação, Imbuí e Iguatemi.

Pela sua história e com base nos dados levantados, verifica-se que os processos de criação de novos cursos, nesta Instituição, se caracterizam, conforme estas duas etapas: a) ainda como faculdades, até 1997, quando o rito de abertura de novos cursos requeria a solicitação da autorização de funcionamento ao Ministério da Educação e do Desporto, seguindo-se os requisitos que a legislação pertinente exigia e b) depois, a partir deste ano, exercendo a autonomia de criar seus próprios cursos, levando em conta os direitos que esta mesma legislação lhe conferia. Desta forma, os processos de solicitação de autorização de novos cursos, na década de 1990, são distintos, conforme estas etapas: Na primeira, o diretor da FACS encaminha os projetos ao Diretor Geral do Conselho Federal de Educação, solicitando a tramitação do processo já existente naquele Conselho, referente à Carta Consulta, na intenção de agregar outros cursos no conjunto oferecido pela Instituição,

visando a sua transformação em universidade. Nesta fase, as idéias sobre quais cursos deveriam ser criados, partiam do corpo diretivo da Instituição, com base em estudos sobre a realidade social, sobre as necessidades econômicas, vocações regionais, não deixando de atender para a necessidade de cobrir as áreas de conhecimento, conforme exigência para a obtenção do pleito de se transformar em universidade. Assim, as decisões sobre a criação desses cursos ficavam circunscritas à direção da entidade mantenedora das Faculdades.

Na segunda etapa, os processos de abertura de novos cursos vão resultar de decisões colegiadas e contar com a participação do corpo técnico e docente da nova Universidade, na elaboração dos projetos. Desta forma, a partir de um planejamento estratégico, elaborado pela Administração Superior, baseado em estudos da realidade e sobre a viabilidade econômica, social e financeira dos projetos, são traçadas as diretrizes e estabelecidas as linhas de ação, para um determinado período, dentre elas a que definia sobre a criação de novos cursos. Estes, nesta segunda etapa, então, nascem desse processo de planejamento, sendo os seus projetos elaborados nos departamentos, com a participação do Núcleo Técnico-Pedagógico. Deve-se observar que a concepção de novos cursos, também, poderia sofrer a influência de discussões realizadas nos departamentos, concretizadas por sugestões dos professores dos departamentos e técnicos, sugestões estas que seriam submetidas à administração superior.

Vale destacar que, em termos organizacionais, a UNIFACS está estruturada, numa primeira instância, com uma Administração Superior, formada de órgãos executivos (Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias), auxiliados pelos órgãos da administração básica (coordenações de ensino, de pesquisa, assessorias, departamentos de serviços administrativos e outros) e órgãos deliberativos, representados pelo Conselho Diretivo e os Colegiados Superiores (Conselho Universitário - CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE). Em outra instância da estrutura ficam os Departamentos de Ensino, as Coordenações de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação e o Centro Cultural.

Dentre os dezessete cursos criados na década de 90, nesta Universidade, sete foram selecionados para serem estudados nesta pesquisa, a partir de critérios de representatividade de acordo com a classificação de cursos por tipologia de carreiras e áreas de trabalho⁶. Os períodos de tramitação dos processos de criação desses cursos podem ser demarcados conforme as indicações a seguir.

⁶ Os dados coletados sobre os processos de abertura desses cursos foram extraídos dos seus projetos de criação constantes nos arquivos da Reitoria da Universidade e de entrevistas feitas a assessores da Instituição.

Quadro IV – Cursos da UNIFACS criados de 1992 a 2000, selecionados para este estudo

Cursos	Solicitação	Par. CFE/CNE	Autorização	Res/CONSUNI	Início	Reconh.
Educação Artística	1993	10.03.94	Dec 23.05.94	-	1995	27.01.97
Turismo	1993	05.05.94	Dec 22.03.95	-	1996	03.08.99
Ciências Econômicas	1993	04.05.94	Dec 17.11.95	-	1997	11.03.02
Administ./Hotelaria	1994	04.12.96	Port 28.11.97	-	1999	18.12.01
Psicologia	1996	02.12.97	Port 27.07.98	-	1999	-
Engenharia Civil	1995	-	-	18.09.98	1999	-
Engenharia Mecânica	1995	-	-	18.09.98	1999	-

Como podemos observar, os cinco primeiros cursos foram criados, a partir de solicitação da autorização e aprovação dos pleitos pelo Ministério da Educação e do Desporto e os dois restantes, embora solicitados ao MEC, antes de a Instituição se transformar em universidade, foram criados através decisões da própria UNIFACS. Deve-se observar que os trâmites dos projetos de cursos, que foram submetidos à aprovação pelo MEC, tiveram seus percursos influenciados pela edição, àquela época, de alguns instrumentos legais do governo federal, no sentido de adequar as normas de autorização para o funcionamento de novos cursos superiores no País ao novo contexto, caracterizado pela extinção do Conselho Federal de Educação – CFE e a instalação do novo Conselho Nacional de Educação, inclusive, para dar prosseguimento aos processos em andamento, naquele CFE. Outros atos diziam respeito aos novos procedimentos que passariam a ser adotados na dinâmica da tramitação dos processos, por conta da reestruturação do Sistema de Educação Superior que vinha sendo empreendida, principalmente, a partir de alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, editada em dezembro de 1996, artigos estes referentes a este assunto e, também, por conta da adoção de novas políticas no setor. Com isto, estes atos fixavam as competências e a participação de órgãos do MEC, mais precisamente, da sua Secretaria da Educação Superior – SESU, na avaliação dos pedidos de abertura de novas instituições e novos cursos de nível superior no País, assim como sobre as regras de encaminhamento dos pleitos, até os órgãos decisores.

A partir do trâmite estabelecido pela legislação, protocolados os projetos no MEC, eles passam a constituir em processos, que são analisados em algumas instâncias desse Ministério, sendo designada para cada um deles uma comissão de verificação, que faz uma visita “in loco” ao estabelecimento de ensino, para verificar as condições de implantação dos cursos, daí emitindo um relatório, com um parecer sobre tais condições. Na Câmara de Educação Superior – CES, do Conselho Federal/Nacional de Educação, um relator designado faz um parecer sobre o projeto, que é submetido à votação entre seus pares, que, se aprovado, é

encaminhado ao Gabinete do Ministro, para homologação, através de uma portaria ministerial, a ser publicada no Diário Oficial da União, ato que marca, formalmente, a autorização do funcionamento dos cursos. Note-se que os três primeiros cursos criados foram autorizados mediante decretos do Presidente da República, seguindo a legislação em vigor naquela época. A partir daí, as autorizações passam a ser feitas, mediante portaria do Ministro da Educação e do Desporto.

Os processos dos cursos criados, a partir de 1998, passaram a adotar outro trâmite após o seu credenciamento em Universidade, resultando de decisões tomadas pelos seus conselhos, conforme já mencionado, encaminhando-se, em seguida, para outros órgãos internos da Instituição, para as providências cabíveis, no sentido da sua efetivação. Para o reconhecimento desses cursos, assim como daqueles autorizados pelo MEC, após alguns semestres de seu funcionamento, a Instituição submete, junto àquele Ministério, um novo projeto que, seguindo a um trâmite semelhante ao do pedido de autorização, é apreciado pela Câmara de Educação Superior – CES do Conselho Nacional de Educação – CNE.

Como se percebe, até a transformação das Faculdades, em Universidade, os processos de abertura de novos cursos na Instituição se apresentaram complexos, caracterizado pelo formalismo e nível de exigência, em termos de elaboração dos projetos e apresentação de informações, de acordo como estabelece a política do MEC quanto aos procedimentos de autorização de novos cursos, situação que é intensificada pelas mudanças nesses procedimentos, derivadas da implantação de novos instrumentos legais de normatização e pelas mudanças das próprias políticas no âmbito nacional. Sob este prisma, as informações coletadas nesta pesquisa dão conta de que a dinâmica desenvolvida por aquele Ministério, dentro desse período de solicitação de autorização de novos cursos até o reconhecimento dos já existentes, tem demonstrado constantes modificações na condução desse processo, principalmente, com relação aos roteiros de observação, critérios, pontuações, conceitos que balizam as avaliações, ao tempo das visitas de verificação. Pelas informações colhidas nesta Instituição, neste período, os roteiros de registros de dados para a elaboração dos relatórios e emissão de pareceres, por parte dos componentes das comissões verificadores, são, sempre, modificados e, num certo sentido, foram sendo aperfeiçoados com o tempo. Com isto, no período em análise, a Instituição acumulou uma experiência razoável para atender às comissões, quanto às informações solicitadas nessas inspeções. Por outro lado, as informações, também, apontam que, em determinados casos, ocorriam excessos de exigências de alguns avaliadores, que costumavam utilizar referências do meio acadêmico de suas realidades, nas apreciações das condições encontradas na Instituição.

Segundo as informações colhidas, para fazer frente à complexidade desse processo e dar cumprimento às exigências dessa tramitação, a Instituição tem lançado mão de estratégias para acompanhar, de perto, a tramitação dos projetos, e de estar sempre preparada para prestar as informações solicitadas e para atender às diligências, porventura, dirigidas, assim como para atualizar-se, nos registros dos dados e quanto às mudanças da legislação. Deve-se observar, que esta situação não muda quando da sua transformação em universidade, vez que os processos de reconhecimento e credenciamento continuam e, também, face às constantes demandas de informações de outros organismos, vinculados à área educacional, no nível nacional, como por exemplo, da CAPES e do CNPq, com relação às atividades de pesquisa e da pós-graduação.

Depois destas considerações iniciais sobre o histórico da Universidade, os cursos nela criados, especialmente, os instalados na década de 1990, sobre os processos desenvolvidos nessa expansão, dirige-se à análise para o entendimento sobre as razões e justificativas contidas nos projetos dos cursos selecionados na pesquisa, que possam demonstrar os fatores de criação desses cursos. Em seguida, analisa-se as expectativas dos seus coordenadores sobre os mesmos, tendo em vista o cenário socioeconômico atual. Vale ressaltar que, nos projetos dos cursos de Educação Artística, Turismo e Ciências Econômicas, os primeiros solicitados e criados na década, as justificativas, os objetivos, a importância do curso estavam expressas no seu primeiro item, que tratava das bases filosóficas e socioculturais para a criação dos mesmos. Após isto, eram traçados os perfis profissiográficos e o mercado de trabalho, referente ao futuro egresso. Por seu turno, os projetos dos cursos de Administração, com habilitação em Hotelaria, Psicologia, Engenharia Civil e Engenharia Mecânica seguiram outro modelo de elaboração, como antes foi mencionado. Inicialmente, um item sobre as necessidades sociais dos cursos se subdividia em três sub-itens, que foram comuns a todos eles, desenvolvendo: Caracterização da região de influência de abrangência do curso, onde foram analisados indicadores socioeconômicos do Estado, em uma perspectiva histórica, até os dias recentes; ensino de 1º e 2º graus; ensino de 3º grau, onde foram apresentados dados sobre número de matrículas, de vagas, de concluintes das IES do Estado e quanto aos cursos pretendidos, os indicadores de demanda revelados pela relação número de candidatos por vaga nos últimos vestibulares. Seguiu-se, um outro item, que tratava da importância dos cursos para o desenvolvimento da região, onde eram apresentadas informações e análises mais gerais sobre o contexto social e econômico, que justificavam a abertura dos cursos, com dados de população e emprego, distribuição de renda, condicionantes e perspectivas, ressaltando em cada projeto, os aspectos específicos de cada curso.

a) Curso de Educação Artística, com ênfase em Computação Gráfica

O projeto deste curso ressalta a crescente importância do uso dos símbolos e idéias, no mundo moderno e a importância das artes, como execução prática das idéias, como linguagem universal e seu crescente emprego, em todas as áreas. Acentua a ênfase que é dada, no mundo contemporâneo, à computação gráfica, dada a estreita relação entre arte e tecnologia, assim como no aspecto funcional da aplicação da informática, nesta área do conhecimento. Chama a atenção para o grande potencial artístico, existente na Bahia, que pode ser aproveitado para o desenvolvimento regional. Com isto, considera que a FACS, no seu projeto de transformação em universidade, procura integrar seu projeto, ao desenvolvimento regional, especificamente, investindo na formação de profissionais habilitados, que possam aproveitar esse potencial. Deste modo, propunha o curso de Bacharelado em Desenho, para habilitar profissionais a participarem de projetos de programação visual e trabalharem em áreas que precisam do processamento de imagens, atuando na criação, definição, concepção e desenvolvimento das artes gráficas e publicitárias, em geral. Esses profissionais deveriam atuar em empresas, instituições e veículos de comunicação visual, podendo lidar, também com outras empresas vendendo seus produtos, assim como gerenciar empresas do ramo. Propunha, também, o curso de licenciatura em desenho, procurando preparar o profissional, de modo a associar o uso da tecnologia ao exercício da docência nas artes, além de habilitá-lo na produção de “*softwares*”, de caráter didático. O licenciado deste curso poderia, também, exercer a função de programador visual, junto a empresas de comunicação visual e agências de publicidade, caracterizando-se como educador e artista (UNIFACS, 1993a).

b) Curso de Turismo

O projeto ressalta as grandes e profundas transformações na área do lazer, provocadas pelo processo de desenvolvimento social, político e econômico do último século, que tem levado à necessidade de profissionais de turismo, capazes de dominar conteúdos teóricos, dessa área do conhecimento. Com isto, a Instituição, comprometida com o desenvolvimento cultural, social, político, tecnológico e regional, propunha um projeto pedagógico criativo, onde a técnica e a lógica formal não impusessem às realidades, mas promovessem a integração entre saber científico e o universo de atuação do profissional. Para o projeto, o curso objetivava formar profissionais para atender às diferenças regionais e as tendências

vocacionais, desenvolvendo neles, a noção do seu papel no processo social de mudança, em sintonia com o universo que iriam atuar.

Assinala a grande importância da atividade turística para a economia, pois seu desenvolvimento incide sobre muitas áreas: construção civil, obras públicas, comércio, imprensa, bancos e outros, assim como na criação de empregos. Reconhece, também, a importância do curso para a preservação, divulgação e expansão do patrimônio histórico-cultural. Neste sentido, coloca que esta atividade, na Bahia, tem um impacto especial, principalmente, depois da consolidação do processo industrial, a partir da década de 70, e expansão do setor terciário. Além disto, este Estado conta com especiais condições geográficas, históricas, arquitetônicas, assim como de aspectos que se destacam de sua identidade étnico-cultural. Para o projeto, o turismo, na Bahia, se encontrava, àquela época, em franca expansão, demandando pessoal qualificado, capaz de potencializar os recursos disponíveis e que levasse à maximização da movimentação turística (UNIFACS, 1993a).

c) Curso de **Ciências Econômicas**

As bases filosóficas e socioculturais do projeto chamam a atenção para a necessidade de se repensar as formas de produção e aplicação do saber, pois, o desenvolvimento das ciências promoveu conquistas, em todos os níveis, mas não foi capaz de elaborar respostas que elevassem as condições de vida da humanidade. Chama, também, a atenção para o fato de que a produção e reprodução do conhecimento, na área específica das Ciências Econômicas, têm ganho destaque na construção de uma nova realidade, uma vez que toda organização social, política e cultural é, fortemente, marcada pelas formas de produção e distribuição dos meios materiais. O projeto ressalta ainda que a sociedade brasileira, nas últimas décadas, tem experimentado um processo continuado de transformações econômicas, marcado por uma estratégia de adaptação às condições ditadas de fora para dentro, depois da fase das substituições das importações, a partir dos anos 30, que, por seu turno, foi concentrador de rendas, não apenas em termos sociais, como em termos regionais. Com as mudanças atuais no nível mundial do paradigma econômico-social, a industrialização brasileira sofre os impactos da dependência externa, uma vez que prescinde de condições estruturais e autonomia tecnológica (UNIFACS, 1993c).

Voltando-se para o contexto socioeconômico do Estado, ele ressalta que a Bahia, acompanhando o Nordeste, sempre como uma economia periférica, possui no entanto, características distintas e dinâmica própria, no que se refere à sua integração ao modelo

industrial implantado no centro-sul, dadas as suas vinculações como entreposto rodoviário, como fonte de recursos naturais importantes e como geradora de divisas das exportações agrícolas. Com isto, antecipou à SUDENE, com um processo de mobilização social e político, instalando o seu sistema de planejamento, nos anos 50, implantando e consolidando seu parque industrial, a partir daí. No entanto, a Bahia tem carecido de autonomia, em termos de geração de renda e de um desenvolvimento auto-sustentável, que reduza a pobreza de sua população. Entretanto, as perspectivas de adaptação ao modelo atual de dependência, para a Bahia e para o Nordeste, vinculam-se, de um lado, à necessidade de retomada do desenvolvimento regional, à superação da crise em nível nacional e, de outro, a uma redefinição de sua própria integração ao modelo nacional, daí a importância da antecipação das mudanças para essa retomada de crescimento e para essa redefinição de modelo. Com esta perspectiva, o projeto coloca que é com esse cenário, que o curso de Ciências Econômicas da FACS era proposto. Neste sentido, previa-se a solicitação da sociedade para o profissional que demonstrasse habilidades, a nível do entendimento do que se passa no contexto nacional e suas vinculações mundiais, mas, sobretudo, capaz de traduzir tais conhecimentos, na redefinição da organização econômica e no redesenho da economia do Estado e do Nordeste. No curso proposto, as disciplinas profissionalizantes teriam como referências, técnicas e estratégias que melhor compatibilizassem com a realidade regional, possibilitando a concentração final, em duas áreas: a da Economia Empresarial ou da Economia Pública Regional (UNIFACS, 1993c).

Para tanto, os profissionais deveriam ser capazes de desenvolver pesquisas, análises e formular soluções para as grandes questões socioeconômicas, mas que fossem, ao mesmo tempo, aptos a atuar na realidade regional, desenvolvendo, também, o espírito empreendedor, que os habilitassem a atuar nas áreas gerenciais.

A base comum dos projetos dos outros cursos criados a partir daí, faz uma análise sobre a evolução da economia do Estado, estabelecendo alguns cenários setoriais com relação ao futuro, no âmbito industrial, a retomada do crescimento, com o aumento dos investimentos, a partir de um determinado momento histórico do Estado, apontando o processo acelerado do crescimento e diversificação do setor terciário da economia, que justificavam alguns desses cursos propostos (UNIFACS, 1993c).

d) Curso de Administração, com habilitação em Hotelaria

Delineando as perspectivas futuras para o administrador com esta habilitação, o projeto acentuava que a Bahia, especialmente, a cidade de Salvador e a região do litoral sul, deveria registrar um incremento significativo de fluxo de turismo e, a permanecerem as condições favoráveis, tornar-se-ia o segundo principal pólo turístico do País. Apontava alguns indícios, neste sentido: a desregulamentação do tráfego aéreo, a promoção dos órgãos oficiais de turismo e a maior divulgação das belezas naturais e dos sítios históricos. Para ele, Salvador se insere neste modelo, como cidade, essencialmente, terciária, voltada para os serviços, o lazer, o turismo e a cultura, concentrando os investimentos industriais no seu entorno. Com sua industrialização iniciada na metade do século XX, a Bahia chega aos anos 70, com a superação da condição de estado agro-exportador. Nos anos 80 até 94, a taxa de crescimento do PIB era maior que a média nacional. Para o projeto, nos tempos atuais, o Estado convive com o desenvolvimento do mercado interno, nele incluindo o setor turismo, que desponta, sinalizando como a maior potencialidade econômica para o Estado. Com isto, a atividade de turismo constitui-se importante, como fonte de divisas, integradora de culturas, restauradora do equilíbrio do homem, captadora de investimentos de retorno rápido, geradora de empregos e incentivadora de outros segmentos da economia, em especial, o hoteleiro (UNIFACS, 1994).

Por outro lado, o projeto assinalava que o governo do Estado tinha já desenvolvido várias ações de estímulo a essa área, aliando-se a isto, as condições geográficas, históricas, arquitetônicas e de identidade étnico-cultural da Bahia. No entanto, era evidente a fragilidade dessa atividade que demanda, tanto qualitativa, quanto quantitativamente, profissionais. Diante disto, acentuava o projeto, a Instituição propunha a criação desse curso com a habilitação em Hotelaria, de forma a que capacitasse profissionais para potencializar os recursos disponíveis e inserir mudanças necessárias na gestão dos Meios de Hospedagem, estimulando e maximizando a movimentação turística (UNIFACS, 1994).

e) Curso de **Engenharia Civil**

Seu projeto assinala na concepção, justificativa, objetivos, perfil do egresso e mercado profissional, que o modelo de desenvolvimento industrial até, então, adotado, no Brasil, começou a ser reformulado, no início da década de 90, a partir de um conjunto de medidas, envolvendo o comércio exterior e a desregulamentação dos mercados, ações que se anteciparam ao surgimento de um novo modelo de desenvolvimento que está sendo adotado: a integração competitiva, auxiliada pela velocidade do desenvolvimento tecnológico. As transformações vinculadas ao contexto mundial têm inviabilizado estratégias, até então

adotadas na sociedade brasileira, como a de uma economia altamente centralizada no Estado. A indústria brasileira viu-se obrigada a proceder ajustamentos, com vistas a alcançar o padrão de concorrência dos mercados globais. A indústria baiana sofre os efeitos dessas transformações e, por isso, faz-se necessário ajustar seu parque produtivo às condições estruturais e institucionais, para a retomada do desenvolvimento baiano e a melhoria da posição do Estado no todo da economia brasileira (UNIFACS, 1995a).

O projeto acentua que o Complexo da Construção tem importância capital, pois responde por 16,65% do faturamento da produção do Estado e participa com 26,82% da geração de empregos, além de ser muito abrangente. Em nível de Brasil, o Complexo da Construção, há algum tempo, se restringia a poucos segmentos. Estudos feitos dão conta da necessidade de que sejam desobstruídos os caminhos para o Complexo da Construção no Brasil, remodelando as estruturas empresariais, removendo os entraves, e criando um ambiente sistêmico adequado à modernização dos empreendimentos, o que poderia ser feito, com a ajuda das condições ditadas pela estabilidade econômica, já presente. Segundo o projeto, o Complexo da Construção na Bahia, espelhou, de forma crítica, as dificuldades acima descritas, em função do atraso tecnológico e organizacional (UNIFACS, 1995a).

Como entidade vocacionada a atender às demandas do desenvolvimento socioeconômico da Bahia, a Instituição propunha a criação de um curso de Engenharia Civil, com uma grade curricular voltada à formação de um profissional para o Brasil do tempos atuais, sem perder de vista o profissional de amanhã. Pelo exposto, em relação ao Complexo de Construção do Brasil e da Bahia, o projeto ressalta a necessidade de se formar profissionais qualificados técnica e gerencialmente, para atender aos reclamos do mercado atual, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico do meio em que estiver inseridos, com uma formação politécnica e um denso embasamento técnico-científico (UNIFACS, 1995a).

f) Curso de Engenharia Mecânica

O projeto concebe e justifica o curso, considerando, inicialmente, que o desenvolvimento industrial da Bahia, a partir dos anos 50, tem demandado serviços mecânicos. A UFBA procurou atender a esta demanda, criando um curso de Engenharia Mecânica, em 1970. Posteriormente, a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari e o crescimento simultâneo da indústria metalúrgica (SIBRA, USIBA, Caraíbas Metais e outras indústrias) vieram não só alimentar a demanda por engenheiros mecânicos, como exigir

mudanças no seu perfil tecnológico. Embora, depois, tenha reduzido o crescimento industrial da Bahia, com a terceirização, surgem novos inúmeros pequenos negócios no setor de prestação de serviços, devendo-se assinalar, segundo o projeto, que a preocupação com maior competitividade faz com que os empresários procurem técnicos capacitados (UNIFACS, 1995b).

O projeto ressalta que a estagnação industrial dos últimos anos tem preocupado lideranças empresariais, que têm realizado estudos, para identificar pontos de estrangulamento e estratégias para superá-los, juntamente, com o governo, de modo a que acelerem as transformações, para que o setor alcance o melhor nível concorrencial. Segundo a proposta do curso, era de se esperar a reestruturação do quadro industrial do Estado, principalmente, nos setores petroquímicos, metalúrgico, químico e de construção, que lideram o PIB industrial do Estado. E, para tanto, seria necessário contar com recursos humanos, realmente, capacitados e na quantidade suficiente, para atender ao crescimento desejado. Neste sentido, a maior demanda de engenheiros mecânicos deveria se dar na indústria, seguida dos segmentos de prestação de serviços, na manutenção e/ou instalação de equipamentos e transportes, nas construções, nas montagens. Assim, a formação do engenheiro mecânico deveria enfatizar as áreas de produção e manutenção, agregando a isto competência gerencial, forte base científica e tecnológica e prática experimental (UNIFACS, 1995b).

g) Curso de Psicologia

Seu projeto, para enfatizar a necessidade social do curso, argumenta que, no Estado da Bahia, existia em funcionamento um único curso de Psicologia, oferecido pela UFBA, com 80 vagas. O grau de interesse revelava uma demanda, em 1995, de 18,36 candidatos/vagas. Como concepção e justificativa, o projeto ressaltava, em primeiro lugar, a necessidade do homem de mudar perspectivas e se ajustar ao meio. Tarefa considerada difícil, dadas as situações conflitivas, dolorosas e ambíguas da existência humana, principalmente, nos contextos atuais. O curso, então, partia da necessidade do homem em se ajustar, por isso, pretendia formar psicólogos, professores de Psicologia, pesquisadores em Psicologia. Compreendendo a Psicologia como função integradora do homem consigo mesmo e com seus papéis e perspectivas, o curso pretendia formar profissionais não só capacitados a detectar e diagnosticar problemas de ajustamento, mas apontar, de forma científica, soluções que levem-nos a uma adaptação favorável, comprometendo-se com as condições mantenedoras da saúde e otimizadoras das instituições. O perfil do psicólogo, de acordo com o novo currículo

elaborado em trabalho conjunto Conselho Federal de Psicologia, MEC e CFE, se delineava como sendo aquele profissional que estuda os fenômenos psicológicos, técnicas e táticas e estratégias de intervenção, visando a otimização da saúde mental, enfatizando sempre o caráter preventivo que as ações humanas deveriam ter, para garantir tal situação. Para tanto, ele deveria intervir nas várias instituições (educacionais ou produtivas de bens e serviços).

Para o projeto, dado o direcionamento para a formação, o desafio permanente do Psicólogo será o de, utilizando-se dos referenciais científicos, poder extrapolar a visão pragmática, vindo a introduzir, em sua conduta profissional, princípios e reflexões multideterminísticas sobre as realidades onde visa atuar (UNIFACS, 1996).

- Expectativas dos coordenadores dos cursos analisados sobre as metodologias e conteúdos dos mesmos, considerando o cenário socioeconômico atual⁷.

O curso de **Educação Artística** se encontra em fase de extinção, dado que, em seu lugar um outro, do mesmo gênero, está sendo implementado, com o nome de *Design*. Segundo o seu coordenador, desde que foi criado, o curso apresentou alguns problemas. Um deles se referia ao fato de que ele nasceu, como Licenciatura e Bacharelado, não aparecendo interessados na modalidade Licenciatura (foram formados apenas três licenciados). Já com a modalidade de bacharelado, obtinha-se uma boa demanda. Contudo, havia uma incongruência no termo Bacharel em Educação Artística. Ainda, os alunos não se identificavam com esta nomenclatura. Por seu turno, o mercado, também, não absorvia bem esse título. Para finalizar, as novas Diretrizes Curriculares alteraram o nome do curso para Artes Visuais, tendo o Bacharelado e a Licenciatura. Verificando o perfil do alunado, as expectativas do mercado local e as características da UNIFACS, com o perfil tecnológico e empresarial, concluiu-se que o curso de *Design* atenderia melhor o alunado, o mercado e a Universidade. Visto que o curso seria alterado em função das diretrizes, a Instituição se antecipou e realizou a alteração, extinguindo o curso de Educação Artística e criando um outro curso, em seu lugar.

Para a coordenadora de **Turismo**, o curso, em funcionamento, corresponde ao estabelecido no seu projeto de criação. Ele veio suprir as necessidades do mercado local, no que diz respeito à formação de bacharéis capacitados a planejar e gerenciar as atividades turísticas, conforme previsão do projeto de autorização. O seu conteúdo programático, assim como a metodologia desenvolvida, estão direcionados para a formação de um profissional generalista, que, entretanto, também, conheça, profundamente, a realidade social e econômica da região em que está inserido. Para tanto, o curso busca desenvolver, dentre outras ações, trabalhos interdisciplinares que possibilitem, através da investigação, um conhecimento mais

⁷ As expectativas dos coordenadores foram coletadas através de entrevistas via e-mails.

aprofundado da realidade regional, sem esquecer, porém, de capacitar o aluno a interpretar essa realidade em meio ao contexto dinâmico e mutável da economia mundial e brasileira.

O coordenador de **Ciências Econômicas** considera que o curso está correspondendo às expectativas do projeto original, embora sendo válido acrescentar que o seu projeto pedagógico se encontrava em fase de reformulação, com o objetivo de atender melhor aos seus objetivos.

Para o coordenador de **Administração/Hotelaria**, o curso tem correspondido às expectativas do projeto. A lei que instituiu o currículo mínimo para os cursos de Administração possibilita pouca margem de manobra e o curso se apresenta de acordo com a proposta autorizada. No momento da autorização do curso, o mercado local e as exigências na formação de gestores hoteleiros tinham características parecidas com o momento atual, que privilegia gestores de áreas, conforme a proposta autorizada, mas, também, habilidades específicas do setor, a exemplo dos idiomas, das ferramentas específicas e da visão global. Assim, segundo ele, os conteúdos e a metodologia do curso estão em total consonância com a proposta de perfil profissiográfico, contribuindo, decisivamente, para a formação específica dos graduandos. De qualquer forma, sempre há a possibilidade de melhorias, o que vem sendo realizado, dadas as novas diretrizes curriculares para os cursos de Administração e a profissionalização do setor, na Bahia, que, recentemente, recebeu investimentos de grandes redes internacionais, que transformaram o cenário competitivo e gerencial.

Para o coordenador do curso **Engenharia civil**, o mesmo tem sofrido algumas alterações, com vistas à sua modernização. Ainda está sendo feita a implantação de alguns laboratórios, conforme previsto no projeto. No entanto, o curso seguiu, em linhas gerais, o quanto projetado. Foram implantadas algumas modificações, baseando-se nas tendências modernas de qualidade da construção e, principalmente, para adaptar melhor a matriz curricular ao regime anual. O curso ainda não tem alunos formados, mas o coordenador acredita que, com as recentes alterações, o perfil dos engenheiros formados corresponderá às necessidades do mercado. Os conteúdos sobre a qualidade da construção, tecnologias para construção de habitações populares e a introdução da disciplina Construções e Obras de Terra, visaram a atender às necessidades e especificidades locais.

Para o coordenador de **Engenharia Mecânica**, a matriz curricular já foi alterada, em relação ao projeto original, para adequar o perfil do formando às necessidades do mercado. O projeto original, apesar do nome "engenharia mecânica", tinha uma ênfase não muito bem definida em "produção". Assim, talvez fosse mais indicado ter utilizado o nome "produção mecânica". Com as alterações feitas, tem-se um curso de "engenharia mecânica". O

coordenador afirma ser difícil fazer esta avaliação sobre a contribuição do curso para a formação do profissional, considerando o contexto atual, vez que a primeira turma ainda se encontra na quarta série. No entanto, ele acredita que, com a mudança da matriz curricular, que teve como propósito adequar as competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo do curso, às necessidades do mercado regional atual, as expectativas são positivas, considerando o momento presente e o futuro próximo, até onde se pode vislumbrar.

O coordenador de **Psicologia** ressalta que o curso passou, recentemente, por uma reformulação curricular. Os pontos contidos no projeto inicial foram significativos. Todavia, diante das discussões efetivadas, via Parecer das Diretrizes Curriculares, para os cursos de Psicologia, alguns deles necessitaram ser reformulados, já que não atendiam à nova realidade. Para o coordenador, pontos centrais como estágio básico e profissionalizante, habilidades, competências, para a formação de um profissional com perfil científico e as novas ênfases a serem dadas, proporcionaram uma nova proposta que, na sua opinião, é adequada ao novo contexto brasileiro da Psicologia e que estavam frágeis, nos inícios dos trabalhos do curso. O projeto do curso, mesmo com as modificações, apresenta como característica básica, investimentos em pesquisas e consultorias por parte do corpo docente. Os professores do curso orientam trabalhos dos estudantes que aprofundam as reflexões e intervenções para o cenário socioeconômico regional.

As informações colhidas sobre a dinâmica de criação de novos cursos na UNIFACS, sobre as razões, justificativas e cenários, contidos nos seus projetos, assim como sobre as expectativas dos seus coordenadores quanto à efetivação dos mesmos, frente às circunstâncias atuais, revelam alguns pontos característicos nesses processos.

Foi significativo o número de cursos criados na década de 1990, nesta Instituição. Este período, para ela, se constituiu em uma fase importante e decisiva de sua expansão e de sua consolidação como uma nova Universidade no contexto baiano, quando foram criados cursos, em quase todas as áreas do conhecimento, dirigidos a uma variedade de programas de formação. Um dos fatores que concorreram para a criação desses cursos, portanto, com a diversidade de oferta, segundo diferentes alternativas, se deve à necessidade de a Instituição cobrir essas áreas, como requisito para se transformar em universidade.

Mesmo vocacionada para a área das Ciências Sociais Aplicadas, com uma forte característica de formação de pessoal qualificado para o campo gerencial e tecnológico, conforme foi idealizada e de acordo com os seus primeiros cursos, a Instituição lança-se na oferta de cursos arrojados e que demandam investimentos consideráveis, tanto em termos de

recursos humanos capacitados para levar adiante os projetos, como em termos de investimentos financeiros, dados os requisitos para implantação de condições físicas como laboratórios e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino. Estes foram os casos dos cursos das engenharias (Civil, Elétrica, Mecânica e, mais tarde Química). Nos seus projetos eram sempre levados em conta o compromisso da Instituição, ao se constituir em Universidade, de participar, como instituição de educação superior, na formação de profissionais qualificados, com reforço especial para o setor da indústria, como contribuição para o desenvolvimento econômico do Estado.

Neste sentido, os projetos demonstram uma visão otimista com relação aos cenários futuros da economia do Estado, a partir de uma análise histórica da sua evolução e dos desdobramentos dos setores econômicos, vinculando-os aos movimentos da política econômica e social do País, destacando o comportamento do Estado e da região Nordeste, neste panorama. Em todos os projetos, um traço característico consistiu em situar a importância do curso pretendido, com vistas a esses cenários, principalmente, nos de Ciências Econômicas, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Turismo e Administração, com habilitação em Hotelaria. Nesta direção, os projetos situavam suas propostas, sintonizadas com o planejamento econômico-regional e com aspectos sociais e culturais do Estado.

Um outro fator que, também, contribuiu para a escolha de determinados cursos, residiu na existência de uma demanda reprimida no Estado, com relação a algumas qualificações profissionais. Os dados de alguns desses projetos apontavam a existência de poucos cursos no Estado para atender à formação de profissionais em algumas áreas. Os projetos do curso de Psicologia e o de Engenharia Mecânica ressaltavam esta necessidade. No caso de Psicologia, a Instituição procurava, inclusive, dar ao curso uma conotação dirigida à área organizacional, fiel à sua vocação institucional, assim como para abrir novas possibilidades para esta formação, no contexto baiano.

As informações coletadas com os coordenadores mostraram o processo que estes cursos passam numa fase de adaptação ao contexto em que estão inseridos. Algumas alterações têm levado a efeito em função da realidade social, do mercado de trabalho e em função das diretrizes curriculares que o MEC está elaborando e estabelecendo, ultimamente, para os cursos, dentro da política de reestruturação do sistema de educação superior do País. Este trabalho de reflexão e de reformulação dos currículos, buscando esta aproximação com a realidade fez, inclusive, a Instituição desativar um curso, o de Educação Artística e implementar um outro curso em seu lugar, que atendesse melhor às novas expectativas da sociedade, da Instituição, da população demandante e da política educacional. Vale assinalar

que este trabalho de adaptação do elenco dos seus cursos com a realidade e as demandas da sociedade se consubstanciou em outros cursos que não foram estudados nesta pesquisa, como foi o caso da desativação progressiva do curso de Processamento de Dados, um dos primeiros criados na, então, Escola de Administração, que foi substituído pelo de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação.

Neste esforço de reformulação dos currículos, cumpre ressaltar o que revelaram os coordenadores dos cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Psicologia e Administração, com habilitação em Hotelaria, que fizeram modificações substantivas nos seus currículos, com estes propósitos. Por fim, vale registrar, nestes comentários, o grau de complexidade político-administrativa que envolveu essa dinâmica de criação de cursos, especialmente, neste período de reformas da política educacional e de instalação de novo Conselho Nacional de Educação. Mesmo que estes fatores não tenham se constituído em elementos impeditivos para a obtenção dos pleitos formulados pela Universidade, eles contribuíram para o retardo, na efetivação de alguns de seus cursos.

4.3.4 A faculdade particular

A Faculdade Integrada da Bahia – FIB inicia suas atividades em 02 de fevereiro de 1998, em Salvador, implantando, neste ano, seis cursos: Administração Geral, Administração, com habilitação em Hotelaria, Marketing, Relações Internacionais, Secretariado Executivo Bilingüe e Turismo. Em 1999, implanta o curso de Ciências Contábeis e, em 2000, os cursos de Direito e Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Em 2001, mais dois cursos são criados: Fisioterapia e Sistema de Informação. Trata-se de uma instituição de educação superior segundo o modelo de faculdades integradas, mantida pela Sociedade Tecnopolitana da Bahia, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 12 de abril de 1996, por um grupo de pessoas com experiência na atividade de manutenção e administração do ensino, que pretendia, com a assessoria técnica e acadêmica da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, desenvolver um projeto pedagógico e institucional, voltado para os interesses e necessidades da comunidade local e regional, no Estado da Bahia, conforme assinalam os documentos da Instituição, analisados. De início, esta faculdade se instala em uma instituição de Educação Básica da cidade do Salvador, oferecendo seus cursos no turno noturno e com uma infra-estrutura básica para atender aos requisitos essenciais para o seu funcionamento. Dois anos depois, se transfere para instalações

construídas, em um *campus* que, no momento da pesquisa, se encontrava em fase de conclusão.

Para um dos seus dirigentes, a motivação para a criação da Faculdade decorreu da mudança da política educacional implementada, a partir de 1995, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a meta de expansão do sistema de educação superior. Dada a sinalização dessa nova política, a intenção do grupo acima mencionado era a de abrir novos cursos superiores, em Salvador. Os primeiros contatos desse grupo com educadores locais se deram em dezembro de 1995. Para definir as áreas e tipos de cursos a serem implantados procedeu-se a um acompanhamento do noticiário sobre a realização do vestibular daquela época, visando o ano letivo de 1996. Foram, então, analisadas algumas constatações:

- Descobriu-se que em torno de 8.600 candidatos baianos saíam de Salvador para se submeterem ao vestibular, fora da Bahia;
- Constatou-se que algumas universidades do sul do País aplicavam suas provas de vestibular na Bahia, com isto, provocando a emigração dos jovens aprovados para aquela região;
- Verificou-se que, em Salvador, o nível de absorção dos candidatos ao vestibular local correspondia a 12% do número de candidatos inscritos nesse concurso, configurando-se uma demanda potencial não atendida.

Em sucessivas reuniões do grupo, discutia-se sobre o elenco dos cursos a oferecer. Em princípio, dever-se-ia implantar cursos em várias áreas. As discussões realizadas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1996 levaram à consideração sobre a abertura de quatro cursos. Administração Geral, pela grande procura registrada nos concursos vestibulares. Outro escolhido foi o de Turismo e Hotelaria, áreas, normalmente, integradas em um único curso. Dever-se-ia oferecer, de forma separada em dois cursos: um de Turismo e outro de Administração, com habilitação em Hotelaria. Segundo um dos diretores da Instituição, já havia, no Brasil, a idéia de se montar um Hotel Escola, para um curso deste gênero. Esta seria uma novidade, a de oferecer o curso dentro de um hotel. O curso de Marketing foi pensado, no intuito de separar esta área da Administração Geral, num curso específico, tanto que este foi o primeiro concebido no Nordeste, inteiramente, voltado para o Marketing.

Fechada a idéia de implantar, inicialmente, quatro cursos, considerou-se que este era um número pouco viável, economicamente. O curso de Relações Internacionais já existia na Universidade Estácio de Sá. O grupo já dispunha de experiência nesta área. Considerou-se, por outro lado, que a Bahia ocupava um espaço na participação com o comércio exterior, com a presença de companhias internacionais, fato que sinalizava a necessidade de profissionais

para os serviços nesta área da economia local. Optou-se, portanto, para implantar, também, este curso. Decidiu-se, por outro lado, pela implantação do curso de Secretariado Executivo Bilingüe, principalmente, levando em conta a necessidade de profissionais para apoio aos serviços empresariais. Concluiu-se, então, em solicitar ao MEC o credenciamento da nova faculdade, assim, como os pedidos de autorização do funcionamento desses cursos, agregando, também, o de Ciências Contábeis, pela crença da existência de uma demanda e o de Informática, apostando numa nova área de ensino voltada para as novas tecnologias. Outros cursos, também, foram pensados, para posteriores solicitações, à medida em que se solidificavam os primeiros.

Deste modo, criada a sociedade mantenedora, em abril de 1996, uma equipe de consultores passa a elaborar os projetos, que foram apresentados ao MEC, em maio de 1996. Seis deles foram aprovados em novembro e dezembro de 1997. O de Ciências Contábeis teve uma tramitação mais longa, pela necessidade de ser reformulado. O projeto do curso de Informática, por outro lado, teve a sua tramitação interrompida, para ser feita uma reformulação que acabou por não se realizar. De acordo com o Diretor da Instituição entrevistado, nesta ocasião, travava-se no Ministério, internamente, algumas discussões sobre a concepção dos cursos na área de Tecnologia da Informação. A Instituição, então decidiu não acompanhar mais este processo e elaborar, posteriormente, um outro projeto, o de Sistemas de Informações, com nova proposta que, submetido ao MEC, depois, foi aprovado em 2001.

Com isto, a Faculdade inicia suas atividades docentes em fevereiro de 1998 com seis cursos, concluindo a década de 1990 com mais três cursos, conforme os períodos de tramitação de suas aprovações a seguir especificados⁸.

Quadro V – Tramitação dos processos de criação de cursos na Faculdade Integrada da Bahia

Cursos	Entrada no MEC	Parecer CES	Port. Ministro	Reconhecim.
Administração Geral	Maio de 1996	Abril 1997	19.12 de1997	04.03.2002
Administ./Holetaria	Maio de 1996	Dezembro 96	19.12 de1997	04.03.2002
Secret. Executivo	Maio de 1996	Dezembro 96	19.12 de1997	04.03.2002
Turismo	Maio de 1996	Janeiro 1997	28.11 de1997	22.03.2002
Marketing	Maio de 1996	Dezembro 97	19.12 de1997	06.03.2002
Rel. Internacionais	Maio de 1996	Dezembro 97	19.12 de1997	04.03.2002
Ciências Contábeis	Maio de 1996	Dezembro 98	23.12 de1998	-
Informática	Maio de 1996	-	-	-
Comunicação Social	Dezembro 1997	Outubro 99	28.10 de1999	-
Direito	Dezembro 1997	Abril de 2000	03.05 de2000	-

⁸ Os dados coletados sobre os processos de abertura desses cursos foram extraídos dos projetos de autorização constantes nos arquivos do Núcleo Pedagógico da Faculdade e de entrevistas feitas a dirigentes e funcionários da Instituição.

O período de maio de 1996 até novembro de 1997, corresponde à fase de tramitação dos processos referentes aos seis primeiros cursos implantados. Os projetos foram elaborados conforme a Portaria 181 de 23 de fevereiro de 1996, que definia as competências da Secretaria da Educação Superior – SESU, do MEC, para a elaboração de relatórios com vistas à autorização de cursos e habilitações a serem oferecidos por estabelecimentos federais e particulares, cujos projetos deveriam ser submetidos à deliberação da Câmara de Educação Superior – CES do Conselho Nacional de Educação – CNE, tratando, também, esta portaria, das informações que deveriam compor tais projetos. Estes são os mesmos procedimentos já comentados nesta tese, quando foram analisados os processos de criação dos cursos da UNIFACS, a partir da publicação desta portaria, quando esta Instituição, ainda, se constituía como Faculdades Integradas. Descrito com mais detalhes, o artigo 3º desta portaria estabelecia os passos que os projetos, transformados em processos, deveriam seguir para a aprovação dos seus pleitos. São eles:

1. Verificado, pela SESU, o cumprimento dos requisitos básicos para a apresentação do projeto, este é analisado pela Comissão de Especialistas da área de ensino, que emite parecer sobre o projeto.
2. A SESU elabora relatório a ser submetido a CES, sobre esta análise, que emite parecer, retornando o processo à SESU, para dar continuidade, conforme este parecer.
3. Favorável o parecer, a SESU constitui Comissão Verificadora, com o fim de realizar visita “in loco” à Instituição, observando roteiro, previamente, estabelecido e emitindo relatório conclusivo, com parecer recomendando ou não a autorização do curso.
4. A SESU emite novo relatório, fazendo um histórico de todo o processo, encaminhando-o a CES, para análise e votação final.
5. Na CES, um conselheiro relator elabora um parecer, que é votado entre seus pares, deferindo ou não a solicitação.
6. Aprovado o parecer sobre o funcionamento de curso, retorna o processo à SESU para as providências cabíveis.
7. A autorização do funcionamento do curso é concedida, através de portaria ministerial que homologa a decisão da Câmara, sendo publicada no Diário Oficial da União.

A partir daí, a instituição solicitante já pode realizar o vestibular e implantar o curso, que é submetido, novamente, a uma avaliação semelhante para o seu reconhecimento, alguns semestres depois de pleno funcionamento.

Conforme já indicado nesta tese, a solicitação de abertura de um curso, por parte de uma faculdade particular, constitui-se de um processo complexo, o envolvimento de vários órgãos e de vários agentes e com o controle rigoroso por parte do Ministério, em termos de verificação de documentos, condições físicas de instalação do curso, qualificação de professores, existência de biblioteca com acervo atualizado, laboratórios, equipamentos, sendo que a verificação dos vários itens segue critérios que as comissões de especialistas por área de ensino estabelecem, como padrões de qualidade dos cursos. Nas visitas de verificação, as comissões analisam os documentos da instituição de ensino, da entidade mantenedora, fazem entrevistas nos vários setores da instituição, com destaque aos responsáveis pelo projeto pedagógico, como os coordenadores e os professores, inspecionam, pessoalmente, as condições inscritas em cada item, conferindo valores a cada um deles, sendo que, ao final, para cada grupo de itens analisados, dentro de uma categoria, é dado um conceito, geralmente, de A a E, cuja média responderá ao conceito global do curso.

As comissões, em geral, analisam os itens com muito rigor. No caso de verificação para a autorização de funcionamento de novos cursos (porque fazem isto, também, para o reconhecimento do curso), quando algum item não responde ao requisito básico, estipulado pela Comissão de Especialistas, dentro dos padrões de qualidade que, segundo a comissão, não compromete a qualidade inicial do curso, os avaliadores, ao recomendar a aprovação do pleito, notificam em seu parecer, a necessidade da realização dos ajustes e complementações. Se for o caso, anexa a seu relatório, declarações dos responsáveis pelo cumprimento, com o compromisso de a Instituição atender ao requisito determinado, ficando, assim, de ser verificada a alteração sugerida, na próxima visita de verificação, quando o curso for submetido ao processo de seu reconhecimento.

Em alguns dos relatórios das comissões que fizeram verificação para a autorização dos cursos da FIB constam algumas dessas observações como, por exemplo, a inclusão, retirada ou substituição de disciplinas dos currículos, atualização do acervo da biblioteca, aquisição de equipamentos para laboratórios, aumento do tempo de dedicação do corpo docente, apresentação de projeto de auto-avaliação de caráter permanente dos cursos, dentre outros. Por outro lado, a Instituição observa, de um modo geral, que não houve dificuldades na tramitação dos processos, dado que foram seguidos todos os passos que constam como normas para a consecução dos pleitos.

Assim, os cursos da FIB nasceram a partir da iniciativa do corpo dirigente da entidade mantenedora, que decidiu criar os cursos que acreditava existir uma demanda potencial, na área das Ciências Sociais Aplicadas, com a participação de consultores externos na elaboração

dos projetos, dos dirigentes e técnicos da faculdade que estava sendo implantada. Depois de criados os onze primeiros cursos, a Instituição decidiu não solicitar a autorização de mais outros, vez que tem em vista a sua transformação em centro universitário, condição que vai lhe facultar a criação dos seus próprios cursos, no futuro.

Abaixo os cursos criados de 1998 até o final da década de 90, estão discriminados, conforme o primeiro ano de funcionamento e a tipologia de cursos, conforme carreira ou área de trabalho.

Quadro VI – Cursos criados na Faculdade Integrada da Bahia, de 1992 a 2000

Curso	Início	Tipo de curso, conforme carreira ou área de trabalho
Administração Geral	1998	Profissões p/ Administração/Economia/Comércio
Administração/Hotelaria	1998	Graduação p/ serviços específicos em novas áreas
Secret. Execut. Bilingüe	1998	Profissões p/ Administração/Economia/Comércio
Turismo	1998	Graduação p/ serviços específicos em novas áreas
Marketing	1998	Graduação p/ serviços específicos em novas áreas
Relações Internacional	1998	Graduação p/ serviços específicos em novas áreas
Ciências Contábeis	1999	Profissões p/ Administração/Economia/Comércio
Comunicação Social	2000	Graduação p/ serviços específicos em novas áreas
Direito	2000	Profissões Liberais

Segundo a classificação de cursos elaborada nesta tese, observa-se que a maioria dos cursos criados, nesta Instituição, se colocam na categoria daqueles que preparam o profissional para novas áreas de trabalho. Cinco dos nove cursos criados se enquadram nesta categoria. Três deles se dirigem para a formação nas profissões ligadas ao setor serviços da Administração, Economia e Comércio e um deles (Direito) voltado para a formação de profissão liberal.

Seguindo o que estabelece a Portaria 181/96, que determina as informações a serem fornecidas para a análise dos pleitos, os projetos de criação de cursos da FIB, conforme já mencionado, apresentaram informações sobre as necessidades sociais dos cursos, justificativas e importância dos cursos para o desenvolvimento socioeconômico da região, deferenciando-se entre si, no que se refere aos indicadores de demanda e sobre os dados dos cursos pretendidos. É sobre esta parte específica de cada projeto dos cursos, que aborda objetivos, justificativas e perfis do profissionais a serem formados, que se concentra a atenção a partir de agora, assim como sobre a avaliação feita pelos seus coordenadores, no que se refere ao cumprimento das expectativas dos seus projetos, do mesmo modo, como foram feitas as análises, com relação aos cursos das outras instituições, já feitas nesta tese.

a) Curso de Administração Geral

Segundo o projeto, o curso foi concebido para uma nova era de revoluções radicais nos sistemas de comunicações, de parcerias e alianças. Com isto, tem por objetivo formar executivos que saibam alocar conhecimento para usos produtivos, em qualquer nível de qualquer organização. O profissional a ser formado deveria ter familiaridade com os recursos da informática, indispensável ao armazenamento, trato e desenvolvimento de informações, que instrumentalizam os tomadores de decisões para ações rápidas e oportunas. Ao mesmo tempo, deveria ter uma visão universal das suas funções e dos objetivos das organizações e da sociedade, embora se especializando em determinadas áreas. O curso, também, adicionaria formação humanística e conhecimentos de ciências exatas, propiciando uma ampla visão de mundo. Por outro lado, estaria voltado para a formação de empreendedores, agentes de mudanças e desenvolvimento, numa perspectiva de valores éticos superiores, numa sociedade responsável e solidária. Um profissional comprometido com a inovação e a consciência ambiental. Desta forma, o profissional deveria possuir sólida formação acadêmica, onde deveriam ser priorizadas a ciência competitiva, a tecnologia globalizada, a organização baseada no conhecimento da demanda, considerando, sempre, o aspecto social dessa demanda. Seria, enfim, um “*Problem Solver*”, perfeitamente adaptado e ágil às mudanças de mercado, sempre receptivo às novas tecnologias e, permanentemente, atento às situações novas, freqüentemente, propiciadas pela própria natureza da sociedade de serviços (FIB, 1996a)

b) Curso de Administração, com habilitação em Hotelaria

O curso proposto, conforme o projeto, conta com um currículo pleno que, apesar de conter a habilitação Administração Hoteleira, formaria um profissional conhecedor de todo o contexto da administração, dotado de espírito empreendedor, com amplo domínio das estratégias negociais. Formaria profissionais para o século XXI, apto a observar, analisar, conceituar, sintetizar e aplicar os conceitos da Administração, imprescindíveis na implementação dos objetivos propostos na área de meios de hospedagem e atividade afins. O currículo contemplaria aspectos outros como a eletividade de valores sociais, morais e éticos. Tais valores enfocariam temas como o desenvolvimento nacional, distribuição de renda, integração nacional, competitividade internacional, abertura de novos mercados.

Para o projeto, o curso consagraria uma visão sistêmica, fruto da interdisciplinaridade, complementaridade e multidisciplinaridade, já que problemas complexos não podem ser equacionados com teorias simplistas e isoladas. Segundo a proposta, o crescimento e a complexidade progressiva do mercado consumidor têm gerado maiores especializações. Este é o caso do administrador, voltado para a Hotelaria: um campo de trabalho recente e em franca expansão, especialmente, no Nordeste brasileiro. O curso objetivava, então, a preparação de profissionais aptos a administrar não, apenas, grandes redes de hotéis, mas, qualquer empreendimento na área de hotelaria, incluindo-se aí os setores de gastronomia, cruzeiros marítimos, *spas*, parques temáticos, hotéis temáticos, parques aquáticos, etc. (FIB, 1996b)

c) Curso de **Secretariado Executivo Bilingüe**

Segundo o projeto, a complexidade do mundo dos negócios e, conseqüentemente, das atividades e tarefas dos altos executivos, transformou, radicalmente, a profissão do Secretário, esperando-se que o mesmo tenha capacidade de tomar decisões administrativas que otimizem o tempo do gerente e melhorem o desempenho da organização. Este profissional deve estar capacitado a trabalhar em equipe, porque a tendência do mercado, atualmente, registra a formação de *pools*, descentralizando as funções e coletivizando os serviços. Além de executar, por vezes, a função de atender vários executivos ao mesmo tempo, poderá ser chamado a desempenhar função interdepartamental, fazendo a ponte entre os vários setores, preparando reuniões setoriais e seminários, resolvendo problemas burocráticos e mantendo o corpo funcional informado sobre a agenda da organização. Para o projeto, a Instituição preocupa-se em dotar o curso de um caráter de modernidade, pela sua própria essência. Desta forma, ao concebê-lo, a preocupação com o futuro seria o referencial onipresente em todas as atitudes. Outra não poderia ser essa preocupação, pois, os vestibulandos de hoje serão os profissionais do Terceiro Milênio(FIB, 1996c).

d) Curso de **Turismo**

O projeto argumentava que, apesar de possuir 8 mil Km de litoral, variada vegetação e diversas opções de lazer, o Brasil não consta na lista dos 40 principais destinos turísticos internacionais. Não se explora o potencial turístico, faltando programas para satisfazer o consumidor, promover o desenvolvimento de um produto turístico competitivo, como,

também, a preservação do meio ambiente, a qualidade de vida das populações regionais, o desenvolvimento sustentado, a geração de empregos e a formação de mão-de-obra especializada. Além disso, constata-se uma crise no setor, de 1986 a 1990, representada pelo retrocesso no número de turistas. O projeto considerava que, mesmo recuperando este cenário em 1994, ainda existiam desafios a serem vencidos. As crises política e econômica do País abalaram o setor, mas acreditava-se que esta situação se transformaria, tendo como base fazer da indústria do turismo uma ferramenta fundamental da criação de empregos e distribuição de renda, partindo da colaboração entre setor público e privado, para definir objetivos e estratégias comuns (FIB, 1996d).

e) O curso de **Marketing**

O projeto concebe o curso, levando em conta que a complexidade econômica, o agigantamento e a diversificação empresarial (comércio, indústria, entidades públicas, bancos, cooperativas e outros), a expansão e o desenvolvimento dos mercados produtor e consumidor, trouxeram a necessidade de se formar profissionais capazes de atender às necessidades sociais, através da identificação do melhor fluxo de bens e serviços, do produtor ao consumidor. Para tanto, tornou-se necessária a realização de atividades como: estudo sistemático de mercados; gerenciamento dos instrumentos disponíveis, para alcançar satisfação do consumidor; qualidade, preço, publicidade e propaganda, produção de vendas e distribuição; gerenciamento do retorno das informações, para permitir à empresa contato direto com a realidade do mercado.

Para o projeto, até pouco tempo, o trabalho na área existia em virtude da necessidade de atendimento, no entanto, aquele que atuava não tinha especialidade alguma, ou quando muito, um curso de graduação em Administração. Contava, somente, com sua experiência de trabalho e sensibilidade. Com o avanço progressivo do mercado consumidor e a sua complexidade, inúmeras especializações começaram a surgir. Dentro desta situação, o Marketing representava uma área nova que se encontrava em expansão. Para o projeto, o profissional, formado por este curso, deverá ter condições de organizar, coordenar e dar apoio administrativo à empresa, mantendo-se sempre atual e em contato com o mercado, habilitado a elaborar pesquisas de mercado, definir estratégias para o lançamento de produtos, orientar campanhas de publicidade e atividades de vendas (FIB, 1996e).

f) O curso de **Relações Internacionais**

O curso, de acordo com o seu projeto, tem por concepção, atender às carências do mercado de trabalho, isto é, da comunidade socioeconômica contemporânea e futura, por profissionais com formação adequada para o atendimento de suas necessidades. Assim, o profissional da área possui um vasto e diversificado mercado de trabalho, com excelentes oportunidades para aqueles que reúnem dinamismo e espírito empreendedor. Com atenção voltada para os vínculos que se estabelecem entre os países, este especialista pode atuar na direção, gerenciamento e comercialização de bens e de serviços, bem como no assessoramento e prestação de consultoria, colaborando na confecção de contratos e de acordos internacionais, quer em nível particular, quer em nível público. O campo de trabalho do profissional em RI pode ampliar-se muito mais, com o aumento das exportações de produtos brasileiros e a maior presença do Brasil na conjuntura internacional. A área de RI constitui um mercado em grande expansão e, embora sujeita às dificuldades que o País atravessa, oferece algumas garantias, vista a possibilidade de atuar na Europa, Estados Unidos ou Japão, entre outras. Para o projeto, o Brasil precisa estar preparado para uma nova fase de competição externa. Para enfrentar tal concorrência, a palavra de ordem é “qualidade”. Portanto, assinala o projeto, para que os produtores sejam competitivos, precisa-se de maior abertura na economia. O avanço tecnológico é que dita a competitividade e se não houver modernização, o parque industrial brasileiro estará condenado a exportar, apenas, para países com grau de desenvolvimento similar ou inferior ao seu. E, provavelmente, sem reservas cambiais, para pagar as importações, no nível necessário (FIB, 1996f).

g) O curso de Ciências Contábeis

Para o projeto deste curso, as mudanças nas atitudes sociais combinadas com o progresso da tecnologia da informação, a utilização dos métodos quantitativos e das ciências do comportamento, tem afetado, profundamente, o cenário onde atua a contabilidade, criando a necessidade de uma reavaliação dos objetivos do seu ensino, numa perspectiva mais ampla. Assim, a contabilidade está migrando de sua base tradicional, voltada aos procedimentos para escrituração, ou mesmo, preparação de orçamentos e balanços, para um papel gerencial que enfatiza sua importância social. Na visão do projeto apresentado ao MEC, deve-se considerar que o mercado é muito amplo para o Bacharel em Ciências Contábeis, em virtude da imposição legal da presença de contador no controle das contas de todas as empresas e, mesmo considerando a possibilidade de mudança nessa imposição legal, o mercado ainda será

promissor para aqueles, cuja competência e adaptabilidade aos novos paradigmas, sejam comprovadas.

Com isto, o profissional de Ciências Contábeis, neste projeto, seria um profissional responsável pelo ambiente de geração de informações fundamentais ao processo decisório – estratégico da organização. Para tanto, deveria estar capacitado, plenamente, para o domínio da linguagem de negócios. Assim, deverá ser capaz de entender eventos que afetem o patrimônio e o resultado das empresas, adaptar-se às mudanças estruturais advindas com a globalização, estar apto a exercer sua habilidade de cidadão, considerando sua responsabilidade social, valorizando-se, profissionalmente, através da qualidade do serviço oferecido, estar apto a detectar e adaptar-se às mudanças, contribuindo para engrandecer as Ciências Contábeis, considerando o desenvolvimento de requisitos como competência, visão de futuro, flexibilidade, ética, capacidade de adaptação às necessidades gerenciais das organizações, capacidade de abertura às novas oportunidades e prontidão para adaptar-se aos novos desafios profissionais (FIB, 1996g).

h) Curso de Comunicação Social/Jornalismo e Publicidade e Propaganda

Depois de uma apresentação que expõe a grande demanda deste curso, as necessidades sentidas pela sociedade atual em acompanhar as mudanças na evolução do conhecimento e das tecnologias, sobretudo, devido ao desenvolvimento acelerado dos bens simbólicos e da expansão das mídias, o projeto sinaliza a forte conexão desse movimento com a economia, ao transformar, através das indústrias culturais, esses símbolos em mercadorias. Ao situar o Brasil dentro desse processo e, em particular, a Bahia, como berço e raiz da identidade cultural brasileira e partícipes desse movimento mais abrangente, onde domina uma constelação de tendências e formatação da contemporaneidade, de demandas sociais, políticas e mercadológicas em termos culturais e comunicacionais, o projeto compunha o quadro de justificativas que estimularam a Instituição a propor este novo curso. Para o projeto, a demanda crescente por comunicólogos insere-se no contexto das mudanças estruturais por que tem passado a sociedade mundial e brasileira, nestas últimas décadas do século. A fantástica transformação que afetou os meios de comunicação criou novos padrões de referência, em termos de exigências de qualificação e atualização profissional, com reflexos profundos no setor de serviços. A concorrência acirrada pelo ingresso de novas tecnologias, intensificou a crescente sofisticação dos produtos de comunicação e tornou os consumidores muito mais exigentes. Particularmente, na área de comunicação, o impacto foi sentido em todos os

setores, transformando as mídias em elementos estruturais e estruturantes da sociedade, fazendo com que a exigência de profissionais qualificados da área passasse a ser regida por referências e condutas altamente profissionalizadas. Para os comunicólogos, o impacto dessa nova situação foi profundo e abrangente. Ao mesmo tempo em que se ampliaram a demanda e os padrões de remuneração, intensificou-se a competição, num mercado cada vez mais aberto, porém, exigente, tanto de uma incessante qualificação profissional superior, como de trabalhos, altamente, especializados (FIB, 1997a).

Conforme o projeto, o profissional deveria ser capaz de atuar nos meios de comunicação de massa convencionais, tais como o jornal, o rádio, a televisão, assim como nos mercados emergentes da comunicação institucional e dos novos meios tecnológicos em ascensão: a Internet e a televisão por assinatura. Para realizar suas tarefas, o jornalista precisaria atender a alguns requisitos, em termos de habilidades, que poderiam ser executadas ou aprimoradas ao longo do curso e que envolveriam o desenvolvimento do interesse por notícias e atualização constante dos acontecimentos políticos e sociais mais diversos, além do aprimoramento estético, retórico e da capacidade de narrativa. São elementos indispensáveis para um trabalho que produz acesso às notícias e aos novos valores narrativos da sociedade (FIB, 1997a).

i) O curso de Direito

O projeto expõe a concepção e justificativa do curso, focalizando que na tarefa de formação de juristas, a questão básica é a fixação dos programas com que deve formar o futuro bacharel em Direito. Para tanto, pensava-se em não ensinar o Direito e, sim, fazer aprender o Direito, seguindo-se um processo inovador calcado no princípio de que o saber não é imutável. Pretendia-se formar juristas e advogados com uma noção dinâmica e aberta do Direito. Por outro lado, o projeto entendia ser necessário preparar uma elite dirigente, pois o País, para ele, precisava de bacharéis de Direito para o trato dos assuntos do Estado. Suas presenças eram reclamadas nas casas legislativas e pelos segmentos sociais. O curso deveria ser direcionado para o campo da profissionalização, formando bacharéis aptos para a aplicação do direito. Este objetivo, porém, não seria alcançado por via de um adestramento pragmático do estudante para atuar no foro. A Faculdade não seria um mero campo de treinamento e, sim, um centro cultural, por excelência. Assim, na ministração do Curso Jurídico proposto, haveria uma forma específica de metodologia, resultante do ajustamento global do seu projeto aos termos da Portaria MEC nº 1886/94 e da Portaria OAB nº 5/95,

além dos postulados da Comissão de Especialistas do Ensino de Direito do MEC, relacionados nas conclusões do Relatório final do Seminário Nacional dos Cursos Jurídicos, em dezembro de 1993, em Brasília (FIB, 1997b).

Para o projeto, dificilmente um curso de graduação oferecia tantas possibilidades no mercado de trabalho quanto o de Direito e assinalava que, do exercício da advocacia como profissional liberal às funções públicas, mediante concurso, o bacharel possuía todas as chances para concretizar sua realização pessoal e financeira (FIB, 1997b).

- Expectativas dos coordenadores dos cursos analisados sobre as metodologias e conteúdos dos mesmos, considerando o cenário socioeconômico atual⁹.

O coordenador de **Administração Geral** coloca-se otimista. Para ele, o aluno recebe uma formação acadêmica generalista, capacitando-o ao pleno exercício de suas funções na área de gestão, seja pública, ou privada, nos diversos setores econômicos, formando, assim, um profissional apto ao exercício das atividades como empregado ou como empreendedor, sendo este o foco principal do curso. Para ele, o curso tem contribuído para a formação específica desse profissional, levando em conta o cenário regional. O projeto acadêmico é, relativamente, novo, contemplando uma grade curricular eclética e contemporânea, na tentativa de proporcionar o melhor preparo para os futuros administradores em um mercado competitivo, em constante processo de mudança. O aluno tem uma carga significativa de trabalhos individuais e em grupo, fazendo-o vivenciar a dinâmica do meio empresarial. Fazem muitas visitas às empresas, para exercer as atividades práticas do curso, orientados pelos professores.

A coordenadora do curso de **Secretariado Executivo** considera que parte das expectativas do projeto de autorização é atendida com o funcionamento atual do curso. Por seu turno, as disciplinas que integram o currículo pleno, a formação e qualificação do quadro docente, as estratégias metodológicas adotadas, os eventos realizados, todos esses fatores, no seu conjunto, tentam responder às novas exigências do mundo do trabalho, considerando, inclusive, as características do contexto regional. Além disto, segundo a coordenadora, tem-se trabalhado, com professores e alunos, a identidade do curso que precisa ser fortalecida. Sobre isto tem-se consultado estudos realizados, especialmente, os que tentam detectar os fatores de evasão dos alunos em outros contextos.

Para a coordenadora de **Turismo**, o curso tem correspondido às expectativas do projeto, sendo que os conteúdos oferecidos e a metodologia utilizada têm contribuído para a

⁹ As expectativas dos coordenadores foram colhidas através entrevistas, via e-mails.

formação do bacharel de Turismo, ressaltando que o curso foi classificado com o conceito A, no processo de reconhecimento, avaliado, recentemente, pela comissão do MEC.

O seu coordenador de **Marketing** considera que o projeto de autorização foi bastante tímido, tanto no que se refere ao desenvolvimento do perfil do egresso, quanto no que se refere às ementas e conteúdos programáticos das disciplinas. Em ambos os casos, houve uma profunda revisão desse material por ocasião da visita da comissão de reconhecimento, pois, a coordenação considerava que o material, originalmente, desenvolvido para a autorização, precisava de um maior embasamento teórico. Desta forma, para o coordenador, o curso, atualmente, corresponde a uma realidade superior àquela em que foi concebido para a autorização. Ainda que sejam necessários alguns ajustes na grade de disciplinas, o conteúdo que atualmente é desenvolvido, ajuda a formar um profissional que deve possuir um perfil adequado às necessidades atuais do mercado, pois abrange uma formação específica na área de mercadologia, sem perder de vista seu cunho gerencial, através da existência de disciplinas voltadas ao estudo da administração e das ciências humanas (sociologia, antropologia e psicologia). Em relação à metodologia de ensino, o curso, atualmente, incentiva o desenvolvimento de espaços alternativos de aprendizagem, através do apoio a trabalhos interdisciplinares e do desenvolvimento de aulas fora do espaço da sala de aulas (visitas externas). Além disso, o incentivo às atividades extra-curriculares (Empresa Jr e organização do Workshop Nacional do Empreendedor) favorece o desenvolvimento do perfil empreendedor dos alunos, o que fortalece os aspectos comportamentais da formação do egresso do curso.

O coordenador de **Relações Internacionais** acentua que o curso se encontra em processo de reestruturação, com um perfil que não mais corresponde ao do projeto inicial. Para atender aos novos padrões de qualidade para os cursos de Relações Internacionais, foi necessário proceder a uma reformulação do projeto pedagógico. Esse processo de mudança ainda não se encontra concluído. E acentua que a carreira de Relações Internacionais é nova no Brasil. Há oito anos só existiam dois cursos em todo o País. Ainda existe, por conta disso, uma grande indefinição sobre sua identidade, apesar do debate ter avançado muito. O coordenador admite que não haverá um lugar cativo para esse profissional no mercado de trabalho, como acontece com outras profissões já consolidadas. Ele disputará espaço com administradores, economistas, advogados e sociólogos nas empresas, ONGs e órgãos do governo que realizam intercâmbio com o exterior. Uma outra grande área de atuação é a do comércio internacional. Na sua opinião, a grade curricular do curso tem uma carga pesada de disciplinas teóricas, muito maior que nos outros cursos da faculdade. E acrescenta que é um

grande desafio para a FIB implantar um curso com essas características, numa realidade periférica como a do Brasil. A implantação de multinacionais na região pode trazer boas perspectivas para esta região, mas ainda é cedo, segundo ele, para fazer um prognóstico mais completo.

O coordenador de **Direito**, em sua análise sobre o andamento do curso, informa que o mesmo está em fase de conclusão do seu quarto semestre, portanto, sendo cedo ainda para emitir alguma opinião sobre ele. No entanto, considera que ele atende e corresponde às expectativas estabelecidas no projeto autorizado, não obstante já ter sido redimensionado o seu conteúdo, em projeto apresentado e aprovado pelo Ministério da Educação, o qual será posto em prática, a partir do semestre seguinte. Em termos da contribuição do curso para a formação do profissional, levando em conta o cenário atual, o coordenador entende que, mesmo fazendo algumas restrições com relação aos parâmetros adotados, a proposta da nova grade curricular, já aprovada, contribuirá para uma boa formação do profissional.

Pelo exposto sobre a criação dos cursos da faculdade particular selecionada para análise nesta pesquisa, verifica-se que eles surgem a partir das possibilidades criadas pela política educacional empreendida no País, na segunda metade da década de 1990. Surgem no bojo das transformações que vão acelerar o crescimento do setor particular de educação superior e, neste caso, na Bahia, a FIB constitui uma das pioneiras neste recente movimento. Vale registrar que à época da tramitação dos pedidos de autorização no MEC dos seus primeiros cursos, mais duas outras instituições particulares, também, solicitavam a autorização dos seus cursos para serem implantados no território baiano. Na realidade, o “boom” de faculdades particulares na Bahia se estabelece a partir de 1999.

Verifica-se que as decisões para a abertura de seus cursos são sustentadas pelos resultados de estudos sobre a demanda potencial para esse nível de educação, desenvolvido pelo grupo interessado nesse empreendimento. As opções assumidas em termos da diversidade dos cursos tenderam a contemplar a área das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente, explorando novas áreas de formação e atentando para o que se supunha mais adequado para os novos cenários contemporâneos e às novas conjunturas e mais viável para a entidade mantenedora. Atentas para esses novos cenários, as equipes que elaboraram os projetos lançaram mão de informações e conceitos que procuram configurar uma mudança paradigmática no mercado de trabalho, de maneira a prognosticar algumas direções em termos de novos perfis profissionais que, segundo os documentos analisados, são requeridos para o presente e, principalmente, para o futuro de toda a sociedade.

Uma tônica em quase todos os projetos foi a crença na necessidade de formar empreendedores, agentes de mudanças, acentuando a importância de formar lideranças no corpo estudantil. Os projetos ressaltam o crescimento na sociedade dos serviços e o acirramento do grau de competitividade, que caracteriza o novo momento em nível mundial, sempre referindo-se à ampliação dos mercados entre as nações, a complexidade do mundo dos negócios, a intensificação do fenômeno da globalização, as mudanças estruturais do sistema econômico. Este conjunto de conceitos e considerações pareceu decisivo para definir a vocação da instituição de ensino: formar empreendedores para um mundo em constante transformação, conforme estabelecem os seus documentos de planejamento estratégico.

Alguns cursos estão quase que, inteiramente, vinculados a essa vocação: Relações Internacionais, Marketing, Turismo, Administração, com habilitação em Hotelaria, Comunicação Social, com habilitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda, que se dirigem a novas áreas de trabalho. Outros, mesmo já sendo consolidados em termos dos perfis inscritos nas suas carreiras, e categorizados, conforme esta tese como os que surgem a partir da década de 1930, no Brasil, para formar profissionais para a área dos serviços no campo da Economia e Administração e Comércio, agregam tais conceitos e informações nos seus projetos, dando-lhes novas bases e novas definições. São os casos dos cursos de Ciências Contábeis e Secretário Executivo Bilingüe.

Por outro lado, pelos projetos de alguns cursos que se encontram já consolidados no sistema educacional, pode-se perceber que os seus elaboradores partem do pressuposto da existência de nichos certos e garantido no mercado de trabalho, mesmo assim buscando nas suas propostas uma modernização pedagógica. Estes são os dos cursos de Direito e Ciências Contábeis. Eles fazem transparecer uma segurança com relação a um espaço cativo dos seus futuros egressos no meio profissional e na estrutura da sociedade.

Outros projetos, daqueles cursos ainda não, inteiramente, consolidados no sistema educacional, mas que trabalham com novas áreas do setor serviços, demonstram firmeza em termos da reflexão sobre o perfil almejado do profissional. No que se refere à concepção e justificativas das suas propostas, mostram seguros com relação à sua visão de futuro e confiantes quanto à obtenção dos resultados de formar graduados para esses novos cenários. São os casos dos cursos de Turismo, Marketing e Comunicação Social.

Os depoimentos dos coordenadores confirmam algumas destas considerações e acrescentam mais outros aspectos. Neles, percebe-se os resultados de revisões constantes nos projetos pedagógicos dos cursos, até porque tais atividades foram necessárias para os processos de reconhecimento dos mesmos, realizados, recentemente. Em todos eles, os

projetos originais sofreram alterações e ajustes significativos. Segundo o dirigente da Instituição entrevistado, tais alterações teriam que acontecer, vez que os projetos iniciais foram elaborados por consultores externos. No momento das revisões, os próprios coordenadores, juntamente com os professores, sentem, com a experiência, as necessidades desses ajustes e reformulações.

No caso do curso de Secretariado Bilingüe (que, depois do processo de reconhecimento passou a denominar-se de Secretariado Executivo Trilingüe), uma das preocupações da coordenação girava em torno da identidade do curso. O curso de Secretariado Executivo, no Brasil, já existe há algum tempo no elenco de cursos do sistema de educação superior, antes de curta duração e, depois, com longa duração. As dificuldades citadas pela coordenadora no que tange à fixação da própria identidade do curso parecem se vincular a uma tensão em torno das expectativas do próprio papel que o futuro profissional formado deve e pode desempenhar nos contextos contemporâneos, dadas as transformações na área da Administração, sobretudo, com o uso das novas tecnologias da comunicação e informação e com os novos paradigmas de flexibilidade das condições de trabalho reinantes nas novas configurações sociais.

Já as dificuldades sentidas pela coordenação do curso de Relações Internacionais, sobre a identidade desse curso, parecem ser de outra natureza. Sugere-se tratar-se de um curso que pretende formar profissionais para uma nova área que está se delineando nas novas conjunturas e, que, ainda não se confirmou no mercado. As dificuldades e desafios de que fala o seu coordenador devem se derivar da contingência do fato de que o curso está sendo construído ao tempo em que o espaço onde seus profissionais deverão atuar ainda se encontram em definição pelos novos movimentos da sociedade.

O processo de autorização do funcionamento dos cursos nessa faculdade revela uma das novas experiências na Bahia de criação de uma Instituição de educação superior no novo contexto da política educacional, adotada a partir de 1995, que se consubstancia no crescimento de uma rede privada desse nível de ensino no Estado, marcadamente de cunho empresarial, que se encontra em franca fase de expansão, ajustes e consolidação.

Este capítulo procurou responder à terceira questão colocada no primeiro capítulo desta tese na ocasião em que foi delimitado o objeto de estudo desta pesquisa, qual seja:

Que fatores levaram as instituições de educação superior selecionadas a criarem novos cursos na década de 1990?

Assim, tentou estudar os condicionantes da criação dos cursos de educação superior no Estado da Bahia, na década de 1990, tendo como campo de análise, quatro instituições desse nível de ensino. Com isto, procurou responder a algumas questões que diziam respeito aos processos de decisão, aos motivos que levaram às proposições de novos cursos, as justificativas e os cenários delineados nos seus projetos, assim como as avaliações feitas pelos seus coordenadores sobre o andamento dos mesmos, levando em conta o contexto social presente. Uma última questão foi levantada, também, no início deste capítulo, dentre aquelas que dirigiam a investigação nesta pesquisa. Consistia em averiguar em que medida as respostas a esses questionamentos diferiam, considerando a natureza, a dependência administrativa, a localização, o tempo de existência das instituições estudadas, as áreas de conhecimento e a tipologia dos cursos criados, questão que será tratada nas considerações finais desta tese, que seguem no próximo capítulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já mencionado no capítulo 3 desta tese, a presente pesquisa adota como parâmetro de análise dos seus dados, a perspectiva histórico-estrutural, admitindo que o sistema educacional, articulando-se com os demais componentes da estrutura social, ao tempo em que provoca transformações, recebe os impactos das dinâmicas e mudanças daí decorrentes, assumindo novas configurações a depender dos contextos históricos onde se situa.

Nesta perspectiva de análise, sendo as sociedades criadas e mantidas pelas pessoas e grupos, que possuem interesses e valores diversos, as transformações nessa estrutura se dão em clima de tensões e contradições, cuja compreensão ajuda a entender esses processos de mudanças. Nesses contextos, o Estado ocupa papel fundamental, como entidade, historicamente construída, que exerce uma função hegemônica, cujos atos são os resultados da ação sistemática e organizada de grupos de interesses, que impõem, fundamentados em uma ideologia, uma dinâmica de interação interna e externa, de onde decorre o seu poder de transformação.

Foi sinalizado, também, no capítulo 3 desta tese, que, modernamente, a emergência de fenômenos como a globalização, a criação de blocos econômicos e políticos regionais e a existência de organismos supra-nacionais, têm redefinido o escopo e as funções do Estado, principalmente, a partir das últimas décadas do século XX. Este, ao responder às pressões e interesses dos grupos nesta dimensão, acabam diminuindo seu poder de decisão em nível nacional, particularmente, na formulação das políticas socioeducacionais, subordinando tais políticas aos ditames de outras esferas, especificamente, da economia internacional.

Partindo destas considerações, conclui-se a comunicação dos resultados desta pesquisa, procurando relacionar os seus achados com as inferências que o modelo analítico acima referenciado permite realizar, e com as idéias centrais das discussões teóricas constantes no início deste documento, apresentadas no capítulo sobre a síntese da revisão de literatura, realizada para fundamentar o presente projeto. Depois faz-se uma sumarização desses achados, em função das três questões elaboradas no projeto para o desenvolvimento da pesquisa, fazendo-se algumas observações conclusivas e discutindo algumas implicações sobre os fenômenos estudados, a partir das análises efetuadas.

A discussão sobre os efeitos das mudanças estruturais das formações sociais contemporâneas sobre as demandas educacionais, contida no capítulo 2, foi útil para a interpretação de algumas informações. Assim, as reflexões sobre o processo atual de transição

dessas sociedades para uma nova era em que imperam novas relações sociais, sobre as novas relações estabelecidas nos recentes processos de produção, das novas formas de interdependência entre as esferas econômica, política e cultural nessas formações sociais, sobre os efeitos das mudanças tecnológicas na produção dos bens e dos serviços no mundo do trabalho, estudados pelos diversos autores, contribuíram para melhor compreender a dinâmica do surgimento de novos cursos, as tendências da distribuição dessa oferta, segundo os aspectos analisados, assim como a contribuição de alguns fatores na abertura de novas instituições e novos cursos, no período estudado, deste modo, sinalizando para novos direcionamentos na formação em nível de graduação da educação superior, no contexto focalizado.

De igual modo, o surgimento de novos tipos de cursos, dirigidos para a preparação de profissionais para novas áreas, inclusive, buscando detectar as futuras configurações no mercado de trabalho, que o modelo do capitalismo globalizado está a requerer, na visão dos que se empenham neste campo de formação, revelaram efeitos dessa dinâmica. Algumas repercussões nos sistemas de educação superior derivadas dos efeitos desses novos cenários, referidas por outros autores, ficaram evidenciadas, no recorte da realidade estudada, nas constatações dos fenômenos de diversificação dos modelos de instituições e tipos de cursos, no fraco crescimento do setor público federal, na ampliação, nos últimos anos, do setor privado, sobretudo, no subsetor de absorção da demanda, no aumento fenomenal do número de instituições não-universitárias, como um dos traços marcantes dessa nova dinâmica, apontados por alguns analistas.

Outras repercussões referem-se ao enfraquecimento do papel do sistema da educação superior, da Universidade, melhor dizendo, como instituição hegemônica de produção desinteressada do conhecimento, sobretudo, no que concerne às atividades de pesquisa nas Ciências Básicas; à intensificação do seu papel na qualificação profissional e dirigido para o crescimento da economia; assim como às suas dificuldades em conciliar a formação humanística e a preparação para o trabalho, no atendimento à sua demanda.

Por seu turno, a identificação dos períodos históricos da evolução do sistema de educação superior do Estado da Bahia, um dos objetivos deste estudo, realizada de forma sintonizada com esse mesmo processo em nível nacional, tentando relacionar os seus movimentos com os sucessivos quadros econômicos e políticos, nessa trajetória, foi um exercício que proporcionou verificar as novas configurações, através das quais este sistema foi se delineando nessa dinâmica. Neste esforço de interpretação, chegou-se a uma classificação de cursos que surgiram, predominantemente, de acordo com esses períodos,

classificação esta que ilustra bem essa concepção teórica de interdependência dos sistemas, dentro das estruturas. Mesmo com a singularidade do sistema de educação superior baiano, com relação às tendências de crescimento desse sistema no nível nacional, tendo em vista fatores endógenos da sua história e do papel que o governo estadual jogou nesta dinâmica, o estudo ratifica as conclusões inspiradas nesse modelo teórico de análise, vez que permite visualizar a influência dos sistemas econômico e político da estrutura social em foco, nas novas conformações da educação superior do Estado.

A intensificação da concentração da oferta de cursos dos últimos anos, na área das Ciências Sociais Aplicadas, especialmente, para o setor Serviços, acentuadamente, no campo da administração, da economia e do comércio, como também, em novas áreas de trabalho nesse setor, que refletem novas ênfases de flexibilidade da esfera econômica, demonstra efeitos dessas novas tendências no sistema de educação superior e o atrofiamiento relativo de funções históricas da Universidade, com respeito aos seus objetivos básicos consagrados na Modernidade, principalmente, no que concerne à universalidade do seu conhecimento.

Dado que as mudanças no setor educacional se inserem em um conjunto mais geral de mudanças econômicas e políticas, em um contexto histórico determinado, elas se constituem em resultado de disputas e conflitos travados por diferentes grupos de interesse (BALL, 1990, 1994; DALE, 1989; APPLE, 1983, *apud* GOMES, 2001). Como uma ação de política social, a política educacional é condicionada pelos principais atores localizados na esfera pública (OFFE, 1984 e outros, *apud* GOMES, 2001). Daí o grande papel que o Estado desempenha na formulação e implementação das políticas educacionais, na discussão presente das políticas de educação superior.

Observou-se, nesta pesquisa, que mudanças significativas foram operadas e sentidas neste sistema, intensificadas a partir de 1997, como efeito de uma reestruturação da política da educação superior brasileira, inaugurada com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases e seus conseqüentes atos de regulamentação, assim como de outras medidas do governo, no sentido de dar novas direções a esse nível de educação. Em várias passagens deste documento foram feitas alusões a essas ações e medidas, desde o capítulo que apresenta a concepção do objeto de estudo da pesquisa até a apresentação dos resultados. Como conseqüência dessa postura do governo, o grupo de instituições políticas que ordenam, ou melhor, coordenam as ações desse governo, no estabelecimento dessas políticas, estão influenciando, tenazmente, os direcionamentos desse setor.

De fato, o processo de reestruturação no campo da educação superior no Brasil, empreendido a partir da segunda metade da década de 90, visou à transformação da moldura

legal e dos instrumentos de política educacional que estabeleciam as relações entre o Estado e os setores do sistema, traduzindo nas alterações dos mecanismos de coordenação e controle do Estado, do mercado e da comunidade acadêmica sobre a organização e os destinos da educação superior no Brasil (GOMES, 2001). Estas alterações de ordem institucional e legal, por conseguinte, serviram de base para que se facilitasse o processo de diversificação das instituições, para que se estabelecesse maior autonomia de decisão acadêmica e descentralização das responsabilidades da função da educação para as instituições de educação superior, seguindo a tendência internacional, para que se reconhecesse definitivamente a existência de instituições particulares com finalidades lucrativas no sistema de educação superior, para que se permitisse a liberação das IES para incursões competitivas e, sobretudo, lucrativas no mercado de ensino superior no Brasil (GOMES, 2001).

Neste sentido, para Gomes, seguindo o pensamento de Jessop (1997), a política para a educação superior no Brasil vem, crescentemente, subordinada às necessidades do mercado de trabalho flexível, sendo que as instituições de educação superior têm sido redefinidas como um setor estratégico para promover a inserção competitiva das nações no mundo globalizado (GOMES, 2001). Os achados desta pesquisa deixam transparentes os resultados dessa política, tanto no capítulo que trata da dinâmica da criação dos cursos superiores na Bahia, na década de 1990, como no capítulo onde analisa os fatores condicionantes da abertura de novos cursos em quatro instituições do Estado.

Sumarizando os achados desta pesquisa e desenvolvendo algumas observações em função das questões levantadas no seu projeto, pode-se assim colocar:

Quanto à primeira que procurou analisar a evolução da criação de instituições e cursos na Bahia, relacionando-o com aspectos econômicos, políticos e sociais identificados neste processo, observa-se que este Estado seguiu de perto o movimento evolutivo do sistema de educação superior em nível nacional, apresentando, no entanto, especificidades em alguns momentos históricos de sua trajetória. Identifica-se, de início, um primeiro período cuja ênfase no surgimento dos cursos se dirige à formação dos estudantes para as profissões liberais, período que prevalece até as três primeiras décadas do século XX.

A emergência de cursos modernos que, nas regiões Sul e Sudeste surgem a partir dos anos 30, em função de um novo modelo de desenvolvimento que o País experimenta, na Bahia, vai acontecer na segunda metade do século, coadjuvada pela instalação da Universidade da Bahia e sob uma nova dinâmica econômico-político-social que o Estado desenvolve nas décadas de 50 e 60. A consolidação desses cursos modernos, em nível nacional, também, é efetivada no Estado da Bahia, em um terceiro momento desta história,

período em que o sistema vai ampliar, sobretudo, de modo particular, neste Estado, com um forte estímulo do governo estadual, que passa a adotar em suas políticas, metas de interiorização da educação superior, movimento este que se prolonga até os dias atuais. Em um quarto período, dessa evolução, percebe-se que o sistema de educação superior baiano vem assumindo as características desse sistema em nível nacional, sob os impactos de uma nova política para o setor, baseada na ampliação do setor privado, na diversificação dos tipos de unidades de ensino e cursos, e no atrofamento do setor público federal.

Nesta dinâmica, novos tipos de cursos são incorporados ao elenco dos existentes, especialmente, voltados à formação profissional para o setor Serviços, em consonância com as tendências de contextos mais amplos, até em âmbito mundial. A identificação desses períodos, por conseguinte, permitiu, inclusive, a proposição de uma classificação de cursos, cujos surgimentos foram, historicamente, definidos, classificação esta que serviu de base para as análises dos dados nos outros capítulos desta tese.

Quanto à segunda questão que se refere à investigação sobre as dimensões e característica da expansão da oferta, levando em conta a evolução do número de cursos e de matrículas, considerando algumas variáveis, observa-se que os movimentos de ampliação e diversificação da educação superior na Bahia, na década de 1990, vão expressar, conforme já mencionado, as tendências de expansão da rede de instituições não universitárias e do crescimento do setor privado, a partir de 1998, quando o governo federal reformula as políticas da educação superior nacional, dando o suporte político-institucional à acentuação dessas tendências.

Em termos espaciais, verifica-se que, no ano de 2000, todas as regiões econômicas do Estado estão contempladas com a oferta de educação superior, sobretudo, por conta das ações das universidades estaduais, no entanto, valendo-se ressaltar que a Região Metropolitana de Salvador continua, neste final de década, sendo um ponto forte de concentração dessa oferta, principalmente, devido à ampliação do setor privado.

Por seu turno, as análises sobre a evolução da criação de novos cursos durante a década no Estado, considerando os conteúdos de formação, constataram a tendência da concentração da oferta nas áreas de conhecimento das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, principalmente, para os setores da administração, da economia e do comércio, assim como de novas áreas do setor Serviços. No ano de 2000, em torno de 70% das matrículas se vinculavam a essas áreas. Observou-se, por outro lado, que o grande número de cursos criados na área das Ciências Humanas e, também, na modalidade das licenciaturas, constituíam-se de Licenciatura em Pedagogia. Foram poucos os cursos de licenciatura criados

para as áreas das Ciências Exatas e Biológicas, cuja carência de professores qualificados é notória para o sistema da Educação Básica do Estado. Assim, os dados analisados revelaram o relativo atrofiamiento da oferta de oportunidades educacionais de nível superior em áreas fundamentais do desenvolvimento social.

Reconhece-se as dificuldades e, até, impossibilidades de se estabelecer metas de criação de cursos novos a partir de previsões sobre as futuras necessidades sociais, sobretudo, nos contextos das sociedades atuais, caracterizados por transformações rápidas e imprevisíveis. Em época não muito remota, o planejamento da educação representava um exercício considerado necessário para aumentar o crescimento econômico, época em que a elaboração das políticas educacionais se dava sob a influência da teoria do Capital Humano. Nos dias atuais, a situação é bem diversa e autores têm colocado dúvidas acerca de trabalhos desta natureza, questionando a possibilidade de previsão de profissionais, a longo prazo, assim como a validade dos próprios conceitos trabalhados sobre esta temática (PAUL, 1989).

Simon Shwartzman, também, tem ressaltado esta impossibilidade de controle e planejamento da expansão da educação superior, a partir das necessidades sociais, por meio do estabelecimento de metas quantificáveis, a não ser em setores muito delimitados e quando associadas a programas públicos bem definidos, citando a área de saúde e formação de professores como exemplos para uma razoável possibilidade neste sentido, a depender das situações (SHWARTZMAN, 1994). No entanto, mesmo com estas dificuldades, considera-se importante que haja alguma coerência entre as demandas sociais e a oferta de oportunidades nas diversas opções de formação dos estudantes. Os dados coletados nesta pesquisa não permitem averiguar se essa dinâmica de criação dos cursos, na Bahia, vão ao encontro das necessidades sentidas pela sociedade. Mesmo assim, a análise do comportamento das variáveis estudadas, revelando maior expansão de vagas em algumas áreas e pouco crescimento e, até estagnação, em outras, desperta para alguns questionamentos, de ordem geral, que se arrisca apresentar.

A política que vem sendo adotada pelo governo federal, de restrição ao financiamento das instituições públicas, limitando suas possibilidades de abertura de novos cursos com as características que os novos contextos requerem e que possam cobrir com maior amplitude as diversas áreas do conhecimento, não seria um possível fator de desequilíbrios entre oferta de oportunidades *versus* necessidades da sociedade?

Colocado em outros termos, a política que vem sendo adotada pelo governo, principalmente, nos últimos anos, ao criar mecanismos e instrumentos que favoreçam a ampliação da rede privada, através do incentivo ao credenciamento de novas instituições e,

consequentemente, à abertura de novos cursos, não acabaria por proporcionar o aumento exacerbado de determinados tipos de cursos, em detrimento de outros que pudessem ser fundamentais para a sociedade?

Não faltariam, à política de expansão do sistema da educação superior no Brasil, diretrizes gerais que orientassem, incentivassem ou apoiassem iniciativas do surgimento de cursos para áreas prioritárias, levando em conta dados sistematizados, de forma regionalizada e, regularmente, atualizados, sobre a realidade da oferta de cursos já existentes e as demandas emergentes, de modo a auxiliar o surgimento de propostas de abertura de novos cursos?

Os dados desta pesquisa mostram, por exemplo, que foram criados entre 1998 e 2000, 49 cursos de Administração, nos seus diversos desdobramentos, basicamente, na Região Metropolitana de Salvador. Uma questão pode ser, então, formulada, diante desta expansão e multiplicidade de oferta de vagas em um curso, numa só região e em pouco tempo: Até que ponto a oferta desses cursos e a quantidade de estudantes formados nestas áreas terão relação com as reais demandas desta região, em termos de profissionais qualificados?

Estas questões levam a concluir que, se a política do sistema não contempla, mesmo que em termos muito gerais, um mínimo de ordenamento no movimento da expansão da oferta de cursos, pode-se configurar, em futuro próximo, um aumento do contingente de desempregados qualificados, demasiadamente, em uma área e grandes carências de profissionais, em outras. Por outro lado, estas considerações levam a ressaltar a importância estratégica da rede federal de ensino, nas políticas públicas, para proporcionar a cobertura da oferta, nas áreas em que o setor privado não tende a atender, levando em conta, por outro lado, a necessidade de se atentar para a universalidade do conhecimento.

Quanto à terceira questão, que levou a investigar os fatores condicionantes da criação de cursos em quatro IES do Estado, algumas considerações podem ser colocadas. As universidades públicas, criadas antes da década de 1990, revelaram alguns pontos em comum e outros específicos, segundo esses aspectos. Ambas, mostraram um grande esforço empreendido para a ampliação da sua oferta, sendo que as iniciativas das propostas nasceram da comunidade acadêmica, especialmente, dos professores. Elaborados os projetos, estes eram avaliados pelos órgãos da Administração Superior dessas instituições.

No caso da universidade federal, as idéias surgiram das constatações das necessidades da sociedade, discutidas nas unidades e departamentos, tendo como referências a análise sobre aspectos da realidade social, das aspirações da comunidade estudantil e da necessidade de atualização e modernização da oferta do ensino, frente às mudanças do contexto social. Em alguns casos, tomando-se como suporte dessas discussões a participação de professores em

eventos e trabalhos articulados com outras instituições. As idéias dos cursos na universidade estadual estudada, também, partiram de iniciativas dos professores, cuja discussão se desenvolvia através de trabalho participativo com a Administração Superior, num processo de envolvimento com setores da comunidade do seu entorno, principalmente, dada a sua menor dimensão e localização como um pólo regional do Estado e pelo compromisso tácito constante em todos os documentos analisados de ligação da instituição com as questões regionais.

Sob outra ótica, a instituição federal demonstrou sofrer os efeitos, neste período, de fatores dificultadores dessa expansão. O crescimento do número de cursos criados foi pequeno, apesar de ser constatado, nos documentos analisados, seus propósitos de expandir sua oferta com novas vagas, principalmente, no turno noturno, em virtude de grandes dificuldades financeiras, de falta de recursos para a manutenção de sua infra-estrutura, da falta de professores. Outras dificuldades se prenderam às divergências políticas internas, somadas à sua complexidade burocrática. Já, na universidade estadual não foram registrados estes entraves. É de se considerar que o tamanho desta instituição, a simplicidade do seu modelo organizacional e maior concentração do processo decisório no nível da Administração Superior facilitaram os movimentos dessa expansão.

Em termos de áreas de conhecimento e tipo de curso, conforme formação para as carreiras e profissões, as duas universidades contemplaram, neste período, um leque variado de oferta, com nítida preocupação com as licenciaturas. Neste sentido, utilizavam sempre como referência, na elaboração dos seus projetos, informações sobre as deficiências de formação de professores, detectadas no sistema escolar. Vale lembrar que, em ambas, a presença de cursos de pós-graduação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão funcionaram com estímulo para a criação de cursos, especialmente, voltados para as ciências básicas. A UEFS deixa bem clara, nos projetos, a articulação que pretende imprimir entre os objetivos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Cumprе acrescentar, também, que, no caso da federal, o surgimento de novos cursos acontece em uma instituição já consolidada, com tradição cinquentenária na oferta de educação superior no Estado. No caso da estadual, os movimentos de criação de novos cursos buscam a consolidação da Universidade, como instituição líder, no contexto regional, como provam os documentos de políticas e planejamento analisados. Por outro lado, nas duas universidades, percebe-se uma preocupação constante dos coordenadores em buscar atualizar e aperfeiçoar o projeto pedagógico dos seus cursos, no intuito de deixá-los próximos das novas características do contexto social e das necessidades da população.

As instituições particulares surgem durante a década de 1990. Mesmo considerando que a UNIFACS tenha sido fruto da transformação das faculdades integradas já existentes, ela se constituiu universidade em 1997, sendo que é neste período que acontece o grande crescimento do número dos seus cursos, principalmente, por conta dessa transformação. Os movimentos de criação de novos cursos constituem estratégicos para esse momento da Instituição. Também com relação às instituições particulares foram encontrados alguns pontos em comum e outros específicos, quanto aos aspectos estudados.

Em termos das instâncias da administração onde acontecem as proposições de novos cursos, vale considerar que as idéias surgiram das suas direções. Por outro lado, os projetos de solicitação de autorização de seus novos cursos se submeteram a rigorosos trâmites e mecanismos de controle, por parte do Ministério da Educação (no caso da UNIFACS, antes do seu credenciamento como universidade). Ambas se identificaram, na proposição dos seus cursos, com uma forte vocação para a área gerencial e do desenvolvimento tecnológico, buscando aproximar suas ações aos movimentos do setor econômico do Estado e do País.

No entanto, a UNIFACS se aproxima das universidades públicas, quanto à diversidade de áreas de conhecimento e tipologia de cursos, principalmente, quando dá ênfase, na sua oferta, à área das tecnologias, mais especificamente, das engenharias, com uma firme justificção para formar profissionais para o incremento da economia regional, notadamente, na formação de profissionais para o setor industrial. Entretanto, não deixa de salientar sua tendência em oferecer cursos para as novas áreas de trabalho, com grande atenção para os novos cenários econômicos e as novas expectativas em termos de trabalho. Nesta década, foram criados quatro cursos nesta linha.

Mas é a faculdade particular que se volta, quase que totalmente, nesta direção de criar cursos para novas áreas de trabalho. Criada a partir da constatação da existência de uma demanda potencial e motivada pela reforma da política educacional, que prioriza o aumento quantitativo das matrículas, através do estímulo à expansão do setor privado, ela assume, na sua oferta, um leque de opções de formação para novas áreas, que ainda vem se configurando como novos nichos no mercado de trabalho, deixando bem nítida sua convicção de estar sintonizada com as recentes dinâmicas do mercado de trabalho globalizado, com a fase atual da economia e com os seus desdobramentos.

Com estas considerações, conclui-se a comunicação desta tese, enfatizando o papel da Universidade pública no momento histórico atual. Embora as novas dinâmicas observadas em contextos mais amplos e analisadas no recorte desta pesquisa tenham acarretado novas configurações e novas funções ao sistema de educação superior e abalado a missão da

Universidade, provocando crises e apresentando novos desafios, a Universidade pública há que descobrir novos caminhos, visando manter seu traço histórico de uma instituição criada pela sociedade, para preservar e recriar a cultura, constituir-se como *locus* de pensar a sociedade, produzir conhecimentos e formar as novas gerações.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. H. Passado e futuro dos serviços: o caso da RMS. In: BAHIA.SEPLANTEC/CEI. *Bahia Análise e Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 10, n. 1, jun/2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Ed., 1999. 258p.
- AZEVEDO, J. S. G. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. In: BAHIA/SEPLANTEC/CEI. *Bahia Análise e Dados*, v. 10, n. 1, jun/2000.
- BAHIA/SEC. *As universidades estaduais da Bahia*. Salvador, 1996.
- BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- BOAVENTURA, Edvaldo Machado. *Universidade e multiversidade*. Rio de Janeiro : Tempo Presente, 1986. 108p.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação*. Portugal: Porto Editora Ltda, 1994. 336p (Coleção Ciências da Educação).
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3.ed. São Paulo : Perspectiva, 1992.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1998.
- BRAGA, Ronald. *Qualidade e eficiência do modelo de ensino superior brasileiro: uma reflexão crítica*. São Paulo: USP/NUPES, 1989 (Documento de Trabalho, 10).
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.134, n.248, , p. 27833-27841, 23 dez.1996. Seção 1, pt.1.
- _____. Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos art. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em:< URL: [http:// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) >Acesso em: 15 de maio de 2000.
- _____. Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. Disponível em:< URL: [http:// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) >Acesso em: 07 de dezembro de 2002.
- BRASIL/MEC/SEEC. *Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1954*.
- BRASIL/MEC/SEEC. *Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1960*.
- BRASIL/MEC/SEEC. *Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1968*.
- BRASIL/MEC/SEEC. *Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1974*.
- BRASIL/MEC/SEEC. *Sinopse Estatística da Educação Superior – Graduação. Censo 1994*.

BRASIL/MEC/INEP/DAES. *Sinopse da Educação Superior 1998*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2000.

BRASIL/MEC/INEP/DAES. *Sinopse da Educação Superior 2000*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 24 de abril de 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. INEP. *Exame Nacional de Cursos - Provão*. Disponível em: <URL: <http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 09 de julho de 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SESU. *Diretrizes curriculares para os cursos de graduação superior*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>>. Acesso em: 09 de julho de 2001.

BRASIL/MEC/INEP. Classificação Internacional de Cursos. Eurostat/Unesco/OCDE. Manual de Classificação, 2001 (mensagem pessoal). Mensagem recebida por mariacunha@zaz.com.br em 26 de agosto de 2001.

BRASIL/MEC. Cadastro das Instituições de Educação Superior. Disponível em: <[URL:http://www.mec.gov.br/sesu](http://www.mec.gov.br/sesu)>. Acesso em: 01 de agosto de 2002.

BRUNNER, José Joaquin. *El contexto actual de la educación superior en America Latina*. São Paulo : USP/NUPES, 1991. (Documento de Trabalho, 7).

BUCKLWY, Walter. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. 2 ed. Campinas, SP: Cultrix, 1976.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis : Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 maio 1999. Caderno Mais!, p. 3.

COULSON, Margaret; RIDDELL, David S. *Introdução Crítica à Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CRAWFORD Michael; NIELSEN, Lauritz Holm. *Ensino superior brasileiro: características e desafios*. [S.l.: s.n., 1998?].

DEJOURS, Cristhophe. Centralité ou déclin du travail. In: KER GOAT, J. et. al. *Le monde du travail*. Paris : Ed. La Découvert, 1998. p. 40-49.

DELUIZ, Neise. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. *Boletim Técnico do SENAC*, São Paulo, v.2, n. 22, p. 15-21, maio/ago. 1996.

DURHAM, E. *Uma política para o ensino superior brasileiro: diagnóstico e proposta*. São Paulo : USP/NUPES, 1998. (Documento de Trabalho, 1).

DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 24/25, p. 21-40, jan/dez. 1996.

DRUCK, Graça e FILGUEIRAS, Luiz. O Projeto do Banco Mundial, o Governo FHC e a Privatização das Universidades Federais. s. d.

FIALHO, Nadia. *Universidade multicampi: um enfoque sobre a modalidade organizacional, sua espacialidade e seu funcionamento*. Salvador, N. Fialho, 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da UFBA.

FIB. Projeto de autorização do curso de Administração Geral. Salvador: FIB, 1996a.

FIB. Projeto de autorização do curso de Administração/Hotelaria. Salvador: FIB, 1996b.

FIB. Projeto de autorização do curso de Ciências Contábeis. Salvador: FIB, 1996g.

FIB. Projeto de autorização do curso de Comunicação Social. Salvador: FIB, 1997a.

FIB. Projeto de autorização do curso de Direito. Salvador: FIB, 1997b.

FIB. Projeto de autorização do curso de Marketing. Salvador: FIB, 1996e.

FIB. Projeto de autorização do curso de Relações Internacionais. Salvador: FIB, 1996f.

FIB. Projeto de autorização do curso de Secretariado Executivo Bilingüe. Salvador: FIB, 1996c.

FIB. Projeto de autorização do curso de Turismo. Salvador: FIB, 1996d.

FILGUEIRAS, Luis M. A desestruturação do mundo do trabalho e o mal-estar desse final de século. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 171, p. 9-29, 1997.

GIROUX, Henry A. O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p.41 –69.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1987.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 7. ed. Campinas : Papyrus, 1998.

GOMES, Alfredo Macedo. *Respostas de Instituições de Ensino Superior à Política Federal para a Educação Superior durante a Gestão do Ministro Paulo Renato Souza (1995 – 2002)*, Universidade Federal de Pernambuco, 2001 (Projeto de Pesquisa).

JEZINE, Edineida. A relação universidade e sociedade e a perspectiva da construção da hegemonia. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: avaliação institucional 14, Salvador, 1999. *Anais...* Salvador: UFBA/FACED/ Pós-Graduação em Educação, 1999. [compact disc]

- KIZILTAN, U. Mustafa et al. Condições pós-modernas: repensando a educação Pública. In: SILVA, Tomaz Tadeu de. (Org.) *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993. p. 205 – 232.
- KLEIN, Lúcia. *Política e políticas de ensino superior no Brasil: 1970-1990*. São Paulo: USP/NUPES, 1992. (Documento de Trabalho 2).
- LAKATOS, Eva Maria. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas, 1997.
- LEVY, Daniel C. *La educación superior y el Estado en Latinoamérica: Desafios privados al predominio publico*. México, D.F.: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 1995.
- LUDKE, Menga, ANDRÉ, M. E.D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo : EPU, 1986.
- LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDU, 1998.
- MACHADO, Lucila R. S. Mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora. In: MACHADO, Lucila R. S. *Trabalho e educação*. Campinas: Papyrus, 1992. p.9 -23 (Coletânea CBE).
- NEIVA, Cláudio. *As iniciativas de planejamento e avaliação na formulação de políticas públicas para o ensino superior*. São Paulo: USP/NUPES, 1990. (Documento de Trabalho, 4).
- OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: _____ (Org.). *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989. p. 13-41.
- PAIVA, Vanilda; WARDE, M. Jorge (Org.). *Dilemas do ensino superior na América Latina*. São Paulo : Papyrus, 1994. 179p. (Coleção e Transformação).
- PAUL, Jean Jacques. *Algumas reflexões sobre as relações entre o ensino superior e o mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: USP, NUPES, 1989 (Documento de Trabalho 8).
- PRETTO, Nelson. *Uma escola sem/com futuro*. Campinas: Papyrus Editora, 1996. 247p.
- REITOR DA REESTRUTURAÇÃO. *Jornal Noite Dia*. Feira de Santana, jun/2001.
- RUBIM, A. A. C. Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea. In: BAHIA.SEPLANTEC/CEI. *Bahia Análise e Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 9, n. 4, mar/2000.
- SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: USP/NUPES, 1991. (Documento de Trabalho, 8).
- SAMPAIO,H.; BALBACHESKI, E., PEÑALOSA, Verônica. *Universidades estaduais no Brasil: características institucionais*. São Paulo : USP/NUPES, 1998. (Documento de Trabalho, 4).

SANTOS, Boaventura Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1995. 157p.

SCHWARTZMAN, S. *O ensino superior no Brasil - 1998* (versão 2). Disponível em: <URL://www.10minutos.com.br/simon>. Acesso em: 10 de novembro de 2000.

_____. *Ensino superior no Brasil: os interessados*. [S.l. : s.n., 199-]. 25 f.

_____. O futuro do ensino superior no Brasil. In: PAIVA, Vanilda, WARDE, M. Jorge. *Dilemas do ensino superior na América Latina*. Campinas : Papyrus, 1994. p.143-169.

SERPA, Luiz Felipe Perret. *Ciência e historicidade*. Salvador : Ed. do Autor, 1991.

_____. Uma política de ensino superior. *Estudos e Debates*, Brasília, CRUB, n. 20, p. 11-35, mar. 1999a.

_____. *A questão da Educação Superior: A Universidade Pública*. Gestão Universitária, Salvador: ISP, n. 2, nov. 1999b.

TEIXEIRA, Ana. Trabalho, tecnologia e educação: algumas considerações. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 177, p. 25-40, set/out. 1998.

TEIXEIRA, F. e GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica In: BAHIA/SEPLANTEC/CEI. *Bahia Análise e Dados*, v. 10, n. 1, jun/2000.

TOURAINÉ, Alain. *A crítica da modernidade*. 3.ed. Petrópolis : Vozes, 1995. 431p.

UEFS 20 anos. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1996.

UEFS. *Administração: Aspectos estruturais e organizacionais*. Disponível em: <URL: <http://www.uefs.br>>. Acesso em: 10 de setembro de 2002.

UEFS. *A Universidade em Questão: 1º Relatório-Síntese da Avaliação Institucional em curso na UEFS*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana (s.d.)

UEFS. Projeto de autorização do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1996.

UEFS. Projeto de autorização do curso de Bacharelado em Física, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1997c.

UEFS. Projeto de autorização do curso de Ciências Farmacêuticas, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

UEFS. Projeto de autorização do curso de Direito, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1997b.

UEFS. Projeto de autorização do curso Engenharia de Alimentos, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999a.

UEFS. Projeto de autorização do cursos de Licenciatura em Educação Física, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1995a.

UEFS. Projeto de autorização do curso de Licenciatura em Física, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1995b.

UEFS. Projeto de autorização do curso de Licenciatura em Letras/Espanhol, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1997a.

UEFS. Projeto de autorização do curso de Licenciatura para o Ensino Fundamental, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999b.

UEFS. *Relatório de Atividades 2001*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

UFBA. *Relatório de Atividades 1990*. Salvador: UFBA, 1990.

UFBA. *Relatório de Atividades 1991*. Salvador: UFBA, 1991.

UFBA. *Relatório de Atividades 1992*. Salvador: UFBA, 1992.

UFBA. *Relatório de Atividades 1993*. Salvador: UFBA, 1993.

UFBA. *Relatório de Atividades 1994*. Salvador: UFBA, 1994.

UFBA. *Relatório de Atividades 1995*. Salvador: UFBA, 1995.

UFBA. *Relatório de Atividades 1996*. Salvador: UFBA, 1996.

UFBA. *Relatório de Atividades 1997*. Salvador: UFBA, 1997.

UFBA. *Relatório de Atividades 1998*. Salvador: UFBA, 1998.

UFBA. *Relatório de Atividades 1999*. Salvador: UFBA, 1999.

UFBA. *Relatório de Atividades 2000*. Salvador: UFBA, 2000.

UFBA. *Catálogo 1998/1999*, Salvador: UFBA, 1999.

UFBA/CEG. Projetos de criação dos cursos de Decoração e Desenho Industrial. Salvador, UFBA, 1990.

UFBA/CEG. Projeto de criação do curso de Geofísica. Salvador: UFBA, 1991.

UFBA/CEG. Projeto de reformulação do curso de Comunicação. Salvador: UFBA, 1995a.

UFBA/CEG. Projeto de criação do curso de Arquivologia. Salvador: UFBA, 1996.

UFBA/CEG. Projeto de criação do curso de Licenciatura em Física – Noturno. Salvador: UFBA, 1998.

UFBA/CEG. Projeto de criação do curso de Fonoaudiologia. Salvador: UFBA, 1995b.

UNIFACS. Projeto de autorização do curso de Administração/Hotelaria. Salvador: UNIFACS, 1994.

UNIFACS. Projeto de autorização do curso de Ciências Econômicas. Salvador: UNIFACS, 1993c.

UNIFACS. Projeto de autorização do curso de Educação Artística. Salvador: UNIFACS, 1993a.

UNIFACS. Projeto de autorização do curso de Engenharia Civil. Salvador: UNIFACS, 1995a.

UNIFACS. Projeto de autorização do curso de Engenharia Mecânica. Salvador: UNIFACS, 1995b.

UNIFACS. Projeto de autorização do curso de Psicologia. Salvador: UNIFACS, 1996.

UNIFACS. Projeto de autorização do curso de Turismo. Salvador: UNIFACS, 1993b.

UNIFACS. Universidade Salvador. Salvador, s.d.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. *Planejamento, universidade e modernidade*. Curitiba: All-Graf, 1998. 142p.

APÊNDICE A

INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA, POR PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO

Ano de referência - 2000

N	Denominação utilizada no projeto¹	Início²	Denominação conforme cadastro da MEC/SESu	criação³
01	Universidade Federal da Bahia	1808	Universidade Federal da Bahia	1946
02	Escola de Engenharia de Agrimensura	1934	Escola de Engenharia de Agrimensura	1934
03	Universidade Católica do Salvador	1951 ⁴	Universidade Católica do Salvador	1961
04	Escola Superior de Estatística da Bahia	1953	Escola Superior de Estatística da Bahia	1953
05	Faculdades Fundação para o Desenvolvimento da Ciência	1953	Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	1953
			Escola Bahiana de Administração	1997
06	Faculdade Católica de C. Econômicas da Bahia	1960	Faculdade Católica de C. Econômicas da Bahia	1960
07	Faculdades Integradas Olga Mettig	1967	Faculdades Integradas Olga Mettig	1967
08	Universidade Estadual de Feira de Santana	1968 ⁵	Faculdade Estadual de Feira de Santana	1960
09	Universidade do Estado da Bahia	1968 ⁶	Universidade do Estado da Bahia	1983
10	Faculdades Salvador/Universidade Salvador	1972	Universidade Salvador	1972

¹ Faculdades mantidas pela mesma entidade que oferecem cursos no mesmo *campus* foram agrupadas na categoria de faculdades integradas ou, simplesmente, faculdades.

² Ano do funcionamento do primeiro curso.

³ Ano de criação da instituição, conforme cadastro do MEC/SESu.

⁴ Ano de criação dos cursos de Música, que depois se integraram a outros cursos, para o reconhecimento da universidade em 1961.

⁵ Ano de criação da Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana, com os cursos de Lic. em Letras, Estudos Sociais e Ciências, incorporados, em 1970 à Universidade

⁶ Ano de autorização do Centro de Educação Técnica da Bahia – CETEBA, cujos cursos foram absorvidos pela Universidade do Estado da Bahia

CONTINUAÇÃO				
11	Faculdades Visconde de Cairu	1972	Faculdade de Ciências Contábeis	1972
			Faculdade Visconde de Cairu	1999
12	FESPI ⁷ /Universidade Estadual de Santa Cruz	1972	Universidade Estadual de Santa Cruz	1995
13	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	1976	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	1976
14	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	1980	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	1980
15	Faculdade Ruy Barbosa	1989	Faculdade Ruy Barbosa de Tecnologia de Proc. de Dados	1989
			Faculdade Ruy Barbosa de Administração	1990
			Faculdade Ruy Barbosa de Ciência da Computação	1997
			Faculdade Ruy Barbosa de Psicologia	1998
16	Faculdades Montenegro	1989	Faculdade de Educação Física Montenegro	1989
			Faculdade de Educação Montenegro	1990
17	Faculdade de Ciências Contábeis de Jequié	1990	Faculdade de Ciências Contábeis de Jequié	1990
18	Faculdade São Camilo	1998	Faculdade São Camilo	1997
19	Instituto de Educação Superior Unyahna - Barreiras	1998	Instituto de Educação Superior Unyahna – Barreiras	1997
20	Faculdades Integradas da Bahia	1998	Faculdade Integrada da Bahia	1997
21	Instituto de Educação Superior Unyahna - Salvador	1998	Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador	1998
22	Faculdade de Tecnologia e Ciência de F. de Santana	1998	Instituto de Educação Superior Unyahna de F. de Santana	1997

⁷ Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna - FESPI

CONTINUAÇÃO				
23	Faculdades UNIBAHIA	1998	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	1998
			Faculdade de Turismo e Hotelaria	1998
			Escola de Educação Superior de Ipitanga	1998
			Escola Politécnica	1999
24	Faculdades IAENE	1998	Faculdade Adventista de Educação do Nordeste	1998
			Faculdade Adventista de Administração do Nordeste	1998
			Faculdade Adventista de Fisioterapia	1998
25	Faculdade Metropolitana de Camaçari	1998	Faculdade Metropolitana de Camaçari	1998
26	Faculdade Baiana de Ciências Contábeis	1999	Faculdade Baiana de Ciências Contábeis	1998
27	Faculdades Jorge Amado	1999	Faculdade Diplomata	1999
28	Faculdade de Tecnologia Empresarial	1999	Faculdade de Tecnologia Empresarial	1999
29	Faculdade Metropolitana – POLIFUCS	1999	Faculdade Metropolitana	1999
30	Faculdade São Francisco de Barreiras	1999	Faculdade São Francisco de Barreiras	1999
31	Faculdade Batista Brasileira	1999	Faculdade Batista Brasileira	1999
32	Faculdade Dois de Julho	2000	Faculdade Dois de Julho	1999
33	Faculdade de Engenharia Elétrica da Bahia Área 1	2000	Faculdade de Engenharia Elétrica da Bahia	2000
34	Faculdade de Tecnologia e Ciência – Salvador	2000	Faculdade de Tecnologia e Ciência	2000
35	Instituto de Educação Superior Juvêncio Terra	2000	Instituto de Educação Superior Juvêncio Terra	2000
36	Faculdade Castro Alves	2000	Faculdade Castro Alves	2000

CONTINUAÇÃO				
37	Fac. de C. e Tecnologia de Vitória da Conquista	2000	Faculdade de Ciência e Tecnologia de V. da Conquista	2000
38	Faculdades UNIME	2000	Faculdade UNIME de Ciências Jurídicas	2000
			Faculdade UNIME de Ciências Sociais	2000
39	Faculdades UNICE	2000	Faculdade de Ciências Econômicas de Eunápolis	2000
40	Faculdade Santíssimo Sacramento	2000	Faculdade Santíssimo Sacramento	2000
41	Faculdade de C. Sociais Aplicadas de Itamaraju	2001	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Itamaraju	2000

Fonte: MEC/SESu (elaboração da autora)